

Heloísia Nunes Dos Santos

**MEMÓRIAS MILITANTES: NARRATIVAS  
AUTOBIOGRÁFICAS DE MILITANTES DA AÇÃO POPULAR**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do grau de Mestra em  
História Cultural.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joana Maria Pedro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana Maria Pedro

FLORIANÓPOLIS

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Heloísa Nunes dos  
MEMÓRIAS MILITANTES: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE  
MILITANTES DA AÇÃO POPULAR / Heloísa Nunes dos  
Santos ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2017.  
145 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. História. 2. Memórias. 3. Ditadura civil  
militar. 4. Mulheres. 5. Autobiografia. I. Maria  
Pedro, Joana. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

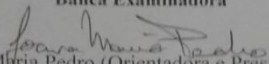
**MEMÓRIAS MILITANTES: NARRATIVAS  
AUTOBIOGRÁFICAS DE MILITANTES  
DA AÇÃO POPULAR**

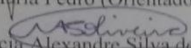
**Heloísa Nunes dos Santos**

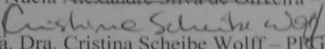
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

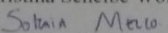
**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

  
Prof.ª. Dra. Joana Maria Pedro (Orientadora e Presidente) – PPGH/UFSC

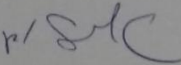
  
Prof.ª. Dra. Núcia Alexandre Silva de Oliveira – PPGH/UESC

  
Prof.ª. Dra. Cristina Scheibe Wolff – PPGH/UFSC

  
Prof.ª. Dra. Soraia Carolina de Mello – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza (Suplente interno) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira (Suplente externo) –  
PPGH/UESC

  
Prof.ª. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian  
Coordenadora do PPGH/CFH/UFSC  
Florianópolis, 11 de abril de 2017.



Dedico este  
trabalho ao meu avô  
Edmundo Ovídio  
Nunes (*in memoriam*)  
e a todas e todos que  
lutaram e ainda lutam  
bravamente por um  
mundo mais justo.



## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria da Glória e Ademir, pelo apoio incondicional durante toda minha vida escolar e acadêmica. Obrigada por estarem sempre presentes em minha vida, me ajudando sempre desde as horas mais difíceis e desesperadoras. Obrigada também a minha irmã, Natália, e aos meus irmãos Luiz Miguel e Otávio por estarem ao meu lado. E ao meu afilhado Emanuel, por alegrar meus dias. E minha avó Verônica.

À minha orientadora, professora Joana Maria Pedro, por suas orientações, indagações e sugestões. Pelas reuniões de orientação regadas a cafezinho e o tão esperado bolo da Salete. Sou grata, ainda mais pela paciência e dedicação, nos momentos mais difíceis.

As professoras, Cristina Scheibe Wolff e Janine da Silva Gomes, por todos os ensinamentos compartilhados nas reuniões do LEGH. Agradeço, também, aos demais professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

À professora Ana Maria Veiga por toda sua generosidade e contribuições na banca de qualificação. Assim como a professora Janine da Silva Gomes pelas sugestões e por ter aceitado participar da banca de qualificação.

Ao professor Fernando Cândido da Silva, por sempre me dizer que seria possível realizar esta dissertação, mas principalmente, agradeço por uma das conversas mais importantes da minha vida, muito obrigada.

As professoras Cristina Scheibe Wolff, Nucia Alexandra Silva de Oliveira, Soraia Carolina de Melo, aos professores Rogério Luiz de Souza e Paulo Rogério Melo de Oliveira, por aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação.

Ao pessoal do LEGH por todos os conselhos, conversas e ensinamentos: Tamy, Larissa, Lídia, Musa, Gleidiane, Cintia, Mirian, Thiago, Dayanne, Josiely, Eloisa e Marilene. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Hélio, meu companheiro, que acompanhou de perto minhas angústias e alegrias ao finalizar este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pela bolsa concedida para a realização desse mestrado.

Obrigada!





## RESUMO

Entre as décadas de 1960- 1970 muitas organizações políticas e movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira ganharam força, como foi o caso da organização clandestina Ação Popular- AP. Esta dissertação tem como objetivo analisar, através de escritas autobiográficas, alguns aspectos da militância de cinco mulheres atuantes na Ação Popular durante a oposição à ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, utilizamos como fonte os livros autobiográficos escritos por Loreta Valadares *No corpo e na alma* de Derlei Catarina de Luca, *Geração 60 geração esperança* de Maria Lúcia Resende, *1968 o tempo de escolhas* de Catarina Meloni e *Pouso em pouso em busca do repouso prometido* de Solange Silvany Rodrigues Lima, para compreendermos como essas mulheres ex-militantes narraram e construíram suas memórias de militância desse período, uma vez que a memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional. Ao refletirmos e problematizarmos, por um viés dos estudos de gênero, as memórias produzidas sobre a tortura como consequência da prisão e da clandestinidade por Loreta Valadares, Catarina Meloni, Solange Silvany Rodrigues Lima, Derlei Catarina de Luca e Maria Lúcia Resende Garcia, estamos focalizando gestos e trazendo novas problematizações para o âmbito pessoal e político. Ao longo da pesquisa percebemos que entre as mulheres ex-militantes da Ação Popular, assim como de outras organizações, existe uma barreira que vem sendo rompida quanto ao tornar pública suas narrativas, já que o número de autobiografias escrita por homens é muito maior do que a escrita por mulheres, acreditamos que esta dificuldade é resultado de uma sociedade que invisibiliza as mulheres, onde a voz autorizada a narrar os acontecimentos relacionados a resistência à ditadura civil-militar, ainda é a dos homens. Por isto, este trabalho, se junta a outros, no esforço de visibilizar as narrativas autobiográficas das mulheres ex-militantes.

Palavras chave: Ditadura civil militar, memórias, mulheres, autobiografias, clandestinidade , tortura e gênero.



## ABSTRACT

Between the 1960s and 1970s many political organizations and movements of resistance to the Brazilian civil-military dictatorship gained strength, as was the case of the clandestine Popular Action-AP organization. This dissertation aims to analyze, through autobiographical writings, some aspects of the militancy of five women acting in the Popular Action during the opposition to the Brazilian civil-military dictatorship. To do so, we use as a source the autobiographical books written by Loreta Valadares *In the body and soul of Derlei Catarina de Luca*, *Generation 60 generation hope of Maria Lúcia Resende*, *1968 the time of choices of Catarina Meloni and Pouso in landing in search of the promised rest* By Solange Silvano Rodrigues Lima, to understand how these former militant women narrated and constructed their memoirs of militancy during this period, since memory is an essential element in the constitution of individual, collective and institutional identity. In reflecting and problematizing, through a bias of gender studies, the memories produced about torture as a consequence of the arrest and clandestinity of Loreta Valadares, Catarina Meloni, Solange Silvano Rodrigues Lima, Derlei Catarina de Luca and Maria Lúcia Resende Garcia, we are focusing Gestures and bringing new problematizations for the personal and political scope. Throughout the research, we noticed that among women formerly active in Popular Action, as well as in other organizations, there is a barrier that has been breached in making their narratives public, since the number of autobiographies written by men is much larger than The writing by women, we believe that this difficulty is the result of a society that invisibilizes women, where the voice authorized to narrate the events related to resistance to the civil-military dictatorship, is still that of men. Therefore, this work joins others in the effort to visualize the autobiographical narratives of ex-militant women.

Keywords: Military dictatorship, memoirs, women, autobiographies, clandestine, torture and gender



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC- Ação Católica  
AI 5 – Ato Institucional nº 5  
AP – Ação Popular  
CAMDE- Campanha da Mulher pela Democracia  
CEB -Comunidades Eclesiais de Base  
CPC- Centro Popular de Cultura  
DOI- CODI- Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna  
EUA- Estados Unidos da América  
IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM- Inquérito Policial Militar  
JUC – Juventude Universitária Católica  
LIMDE- Liga da Mulher pela Democracia  
MAF- Movimento de Arregimentação Feminina  
MEB- Movimento de Educação de Base  
MFPA- Movimento Feminino pela Anistia  
OBAN- Operação Bandeirantes  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
SUPRA- Superintendência para Reforma Agrária  
UCF- União Cívica Feminina  
UNE – União Nacional de Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I: Narrativas em construção: autobiografia, memória e escrita de si</b> .....	32
A prática cultural da “Escrita de si” .....	34
A memória como escrita autobiográfica .....	40
O <i>boom</i> da produção memorialísticas das mulheres .....	49
Escrevendo palavras, compondo memórias .....	68
<b>CAPÍTULO II: Sonhar e resistir: recordar o passado para repensar o presente</b> .....	85
A força mobilizadora da Igreja Católica brasileira .....	87
Ação Popular: concepções e fragmentos .....	92
Ditadura Civil- Militar: participação das mulheres na resistência ..	107
<b>CAPÍTULO III: Contando histórias, narrando memórias</b> .....	112
O trauma que gera a narrativa: o indizível necessário .....	113
“O primeiro trauma, tudo começa com a prisão e as torturas” .....	117
“Dentro da anormalidade tentamos levar uma vida normal...” .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	163
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	166





## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, através de escritas autobiográficas, alguns aspectos da militância de cinco mulheres atuantes na organização de esquerda denominada Ação Popular – AP – durante a oposição à ditadura civil-militar<sup>1</sup> brasileira. Procuramos identificar a maneira como Loreta Valadares, Catarina Meloni, Solange Silvany Rodrigues Lima, Derlei Catarina de Luca e Maria Lúcia Resende Garcia narraram e construíram memórias de militância desse período, uma vez que a memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional. No entanto, vale ressaltar que a memória não é apenas uma conquista individual ou coletiva, mas define-se também como um instrumento e um objeto de poder<sup>2</sup>.

A participação das mulheres na resistência<sup>3</sup> ao regime civil militar desenvolveu-se em um cenário particular para as mulheres em todo o mundo e também no Brasil. Mesmo com restrições de liberdade e com repressão, o movimento feminista surgiu e adquiriu forma em meados da década de 1970, permeando as grandes movimentações estudantis ocorridas na época e contestando alguns costumes. Conforme aponta Marcelo Ridenti<sup>4</sup>, sobretudo nas esquerdas armadas, a participação das mulheres promoveu uma ruptura do estereótipo da mulher, até então restrito ao espaço privado e doméstico, como mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino.

Ao longo das páginas dos livros autobiográficos, cada uma das personagens inicialmente mencionadas, narra os distintos caminhos

---

<sup>1</sup> Utilizaremos aqui o termo civil-militar, ao invés somente de ditadura militar, para reforçar e relembrar a participação dos setores civis da sociedade no momento do golpe de Estado e durante o período ditatorial. Para aprofundar-se neste outro olhar, recomenda-se: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. No entanto, vale lembrar, que existem pesquisas recentes que questionam o termo ditadura “civil-militar”, ver NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 130.

<sup>3</sup> Tendo em vista que os motivos que levaram muitas pessoas à militância revolucionária foram os mais diversos, adotaremos o termo resistência com sentido de oposição à ditadura civil militar brasileira.

<sup>4</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

percorridas durante suas participações tanto na luta pelo retorno da democracia, como na instauração do Estado Socialista.

A publicação dos livros ora estudados, iniciou-se em 2002, quando foi publicado o livro *No corpo e na alma* por Derlei Catarina de Luca. Catarinense da cidade de Içara, Derlei iniciou sua militância na Juventude Estudantil Católica- JEC, subsequentemente ingressou também na Juventude Universitária Católica- JUC, e posteriormente (1967), entrou para a Ação Popular – AP. A narrativa deste autor foi construída com muitos detalhes; inicia já tratando de sua militância, percorre todas as suas etapas, quando aborda a clandestinidade e sua integração no campo; revela o desafio de “fazer o aprendizado de vida operária, de aprender a ser como eles, usar as máquinas, ter registro em carteira profissional novinha, com o nome de Deise Campos”<sup>5</sup>. Neste sentido, é possível notar que a maior parte de sua narrativa é construída com linearidade temporal. Sendo assim, continua sua escrita passando da etapa de clandestina para prisão, tortura, exílio e retorno ao Brasil em 1979. Poemas, documentos oficiais da Polícia política, documentos internos da Ação Popular, trechos de diários, mesclam-se às denúncias de repressão e violência ao longo do livro.

Em 2003, foi publicado o livro de Maria Lúcia Resende Garcia intitulado *Geração 60, geração esperança*, onde a mineira da cidade de Oliveira, militante da JEC, da JUC e a partir de 1966 da Ação Popular, reelabora suas memórias desde seu nascimento em 1947, até a anistia em 1979. Episódios intensos e doloridos, como a separação do filho, foram manifestados com muita dor nas páginas do livro: “um dia qualquer de 1970, vejo pelo vidro traseiro do fusca, Zé Renato chorando ao ver-nos afastando em outra direção, sem nada entender do que se passava, e eu, com o coração arrebentado, afastava-me também aos prantos, mas compreendendo aquele momento.”<sup>6</sup> A vida na fábrica e a luta operária também são narradas ao longo do livro.

Dois anos após, em 2005, foi a vez de Loreta Valadares tornar suas memórias públicas em *Estilhaços em tempos de luta contra ditadura*. A autora optou por escrever tanto em primeira como em terceira pessoa, e explica “ quando se trata de contar as minhas origens e formação, o desenrolar da minha vida, falo na primeira pessoa; outra, de distância poética, tomo liberdade de falar na terceira pessoa, tenho que me afastar

---

<sup>5</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. Do autor, 2002, p. 26.

<sup>6</sup> GARCIA, Maria Lúcia R. *Geração 60, geração esperança*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 2003, p. 19.

para falar dos sentimentos durante a tortura, para citar outras pessoas.”<sup>7</sup> Fazendo caminho inverso ao das outras militantes, aqui estudadas, Loreta ingressa no início de 1966 na Ação Popular e posteriormente na JUC, inicia sua narrativa contando a respeito de sua entrada na Universidade Federal da Bahia, no curso de direito, continua construindo seu relato contando desde o momento de clandestinidade, de prisão, de sua ida para o PC do B, até à tortura e ao exílio.

No ano de 2009, a paulista Catarina Meloni lançou *1968 o tempo de escolhas*; incorporando-se à Ação Popular em 1967, ela conta que foi motivada por dois fatores para entrar na AP: “primeiro, eu desejava fazer parte de um grupo de debates para ter meios de trabalhar coerente e consciente pelo bem social e segundo fui convidada por um broto bacana”<sup>8</sup>. Sendo presa no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes em Ibiúna em 1968, Catarina narra sua trajetória de militância a partir deste episódio até a volta do exílio em 1977.

O último livro que compõe o conjunto de fontes utilizadas nesta dissertação foi lançado em 2010, *De pouso em pouso. Em busca do repouso prometido* de Solange Silvany Rodrigues Lima, militante da JUC e posteriormente da AP. Sua narrativa contempla desde sua infância no interior da Bahia até sua aceitação como noviça no mosteiro de S. Bento, em 2006. As palavras da autora sobre sua militância política estão intimamente relacionadas com seu forte compromisso com a Igreja Católica.

Ao optar por este tipo de fonte há de colocar em mente, enquanto historiadores, que o relato memorialístico, neste caso as autobiografias, são construções narrativas do “visto e vivido”. A pretensão é de conhecer o que “o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”<sup>9</sup>. Percebe-se que nessas fontes a verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade do indivíduo, dando espaço para reflexão de que “a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela “sua” verdade”<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> VALADARES, Loreta. *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, 2005, p.22.

<sup>8</sup> MELONI, Catarina. *1968: o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009, p.128.

<sup>9</sup> DE CASTRO GOMES, Ângela Maria. *Escrita de si, escrita da história*. FGV Editora, 2004, p. 15.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 14.

Cabe ressaltar alguns fatores externos que acredita-se terem impulsionado a elaboração destes livros. Primeiramente, menciona-se o significativo aumento do interesse por parte de leitores e editoras por publicações deste gênero a partir de 1994, o que Ângela de Castro Gomes chamou de "boom de publicações de caráter biográfico e autobiográfico"<sup>11</sup>. Segundo, a criação, em 2001, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça por Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticados entre 1947 e 1988, proporcionando, quando pertinente, um ressarcimento econômico. Outro fato da história que acredita-se ter colaborado na publicação destas obras, foi a ascensão dos governos de esquerda em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, quando as políticas de reparação passaram a reivindicar o direito à verdade, saindo da contrapartida econômica.

É possível perceber neste cenário, o crescimento de publicações autobiográficas e biográficas, sobretudo de mulheres militantes. Esta observação conduz à crença de que o fato de termos eleito em 2011, para o cargo de presidente da república uma mulher e ex-militante da luta armada – Dilma Rousseff –, cuja trajetória de militância assemelha-se à de muitas outras ex-militantes, fato este que, de certa maneira, cria uma empatia motivadora em outras mulheres, encorajando-as à exposição e conduzindo-as ao empoderamento, para somarem suas memórias à história da resistência à ditadura civil-militar brasileira.

Segundo Maria Teresa Santos Cunha, as escritas autobiográficas “constituem, ao mesmo tempo, modos de conhecer e de se fazer conhecer; uma vez que são práticas sociais que partilham também da construção da história de indivíduos que se inventam pelas práticas de escrita de si mesmos, ou seja, partilham da constituição de um regime de sensibilidades”<sup>12</sup>, tornando possível que a narrativa de si só possa ganhar sentido quando costurada a uma narrativa do entorno de si. Deste modo, ao contarem relatos de su vida pessoal, as personagens elaboraram um jogo narrativo entre o eu e o contexto, e logo ao se construir, também geram uma escrita testemunhal de sua época.

O hábito de escrever diários, cartas, livros de memórias, entre outros, são práticas de *escrita de si*, como bem assinala Ângela de Castro Gomes. Já para o campo da história, estes materiais constituem fontes para

---

<sup>11</sup> Ibidem, p.13.

<sup>12</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, 2007, p.48.

pesquisa, principalmente, por serem originados de um novo espaço de investigação, relacionado à vida cotidiana, que pode tornar-se uma prática, muitas vezes do privado, capaz de alcançar o âmbito público.

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autoriza deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos. Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo o indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão de saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem (e mulheres eu acrescento) “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas menos fundamentais a partir da ótica da produção de si<sup>13</sup>.

Como observou Leonor Arfuch, “ a narração de uma vida, longe de vir ‘representar’ algo já existente, impõe sua forma à própria vida”<sup>14</sup>. As narrativas de tais militantes revelam muito do contexto vivido durante a ditadura civil-militar brasileira. Nos relatos de oposição ao regime, percebe-se diversos elementos da vida cotidiana das pessoas comuns, que muitas vezes deixavam-se envolver com estas militantes. Como diz Foucault, tais narrativas constituem “certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros”<sup>15</sup>, trazendo informações significativas sobre o momento político, social, cultural e econômico,

---

<sup>13</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit., p. 13.

<sup>14</sup> ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da contemporaneidade*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 30.

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor*. Lisboa: Ed. Passagens, 1992, p. 149.

bem relata sobre a forma como este momento foi vivido por muitos brasileiros. Em seu artigo *A escrita de si*, Foucault direciona o leitor a pensar como escrever é inscrever-se e como é constituir-se publicamente, ser capaz de dar visibilidade e sentido à própria vida e de um dado grupo que viveu a mesma época.

Para compreender as narrativas de participação das militantes da organização de esquerda Ação Popular – AP –, é preciso aprofundar-se na conjuntura que possibilitou a instauração da Ditadura civil-militar no Brasil. Com as disputas e conflitos do pós- Segunda Guerra Mundial – período chamado de Guerra Fria – o mundo encontrava-se bipolarizado, isto é, dividido em duas partes. De um lado, concentravam-se os aliados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS –, os adeptos ao regime socialista; de outro, os aliados dos Estados Unidos da América – EUA –, com sua potência econômica voltada para o desenvolvimento do capitalismo<sup>16</sup>. As disputas eram acirradas na conquista de novos aliados, e, na América Latina, isso não foi diferente. As duas potências interferiam nos países da região, oferecendo ajuda e benefícios a diversos grupos, fossem eles de direita (EUA) ou de esquerda (URSS).

As ideias comunistas se alastravam pelos países latinos americanos, fato que preocupava aqueles guiados pela cartilha estadunidense. Fato este motivador da disseminação de uma gigantesca propaganda anticomunista, uma vez que o anticomunismo constituiu-se em uma estratégia estadunidense implantada para domínio e controle social da América Latina. Neste panorama, em defesa da liberdade e da Segurança Nacional, os golpes militares foram justificados e tiveram amplo apoio da sociedade civil e da hierarquia eclesiástica, inicialmente<sup>17</sup>.

A região do Cone Sul<sup>18</sup> enfrentou momentos conturbados durante as décadas de 1960 e 1970, período em que muitos países da região foram submetidos à ditaduras civis-militares. Estas marcaram a história recente desses países, e deixaram raízes que por muito tempo e ainda hoje permanecem vivas na memória de muitas gerações. Assim, sem exceção, todos passaram por um ou mais golpes militares, que geralmente reformulavam as relações internas de poder e a forma de exercer a política

---

<sup>16</sup> COGGIOLA, Oswaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 17.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>18</sup> Os países que compõem o Cone Sul são: Argentina, Chile e Uruguai, Bolívia, Brasil, Paraguai.

no interior dos Estados nacionais<sup>19</sup>. Apesar de terem se constituído na região regimes distintos, todos tinham em comum um profundo discurso anticomunista, e buscavam respaldar sua legitimidade na ideologia da Segurança Nacional.

Como resistência a toda essa trama que se instalava, um novo perfil da sociedade se delineava a partir dos anos de 1960, fazendo surgir um novo pensamento, fortemente influenciado pelas agitações sociais e culturais que ocorriam nos Estados Unidos da América. Os movimentos contra a guerra do Vietnã a favor dos direitos civis e do “poder negro”, motivaram os jovens a lutarem pela transformação da sociedade, tornando a juventude mais engajada e politizada<sup>20</sup>. Misturavam-se em passeatas líderes antirracistas, ativistas feministas, hippies e outros grupos.

A geração era a de maio de 1968 na França, composta por mobilizações dos *enragés*, por mudanças no sistema universitário, contra a prisão de membros do Comitê e a contra Guerra do Vietnã<sup>21</sup>. Já no Brasil, a geração era de outubro de 1968, alvo da repressão ao congresso de estudantes da UNE em Ibiúna e do Ato Institucional número 5- AI-5<sup>22</sup>. No México, a geração da mesma data compunha-se por centenas de estudantes agredidos durante um protesto realizado às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.145.

<sup>20</sup> SANTOS, Jordana Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos “anos de chumbo”. *Baleia na Rede Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura*. Vol. 1, nº 6, Ano VI, Dez/2009, p. 495.

<sup>21</sup> ZAPPA, Regina, SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Zahar, 2011, p.116.

<sup>22</sup> O AI-5 oficializou o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de oposicionistas, o uso da tortura e do assassinato, em nome da manutenção da “segurança nacional”, considerada indispensável para o “desenvolvimento” da economia, do que se denominaria mais tarde “milagre brasileiro” “. ANTUNES, Ricardo. RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações* • v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007.p.87

<sup>23</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968- México, França e Brasil*. Campinas: Ed. Mercado das Letras, 1996, p. 84.

A explosão do movimento hippie, da contracultura, da “nova esquerda”, das passeatas pela paz, do ato da queima de sutiãs, do uso de anticoncepcional, entre outros, constituíram-se como rupturas e quebras de paradigmas, que possibilitaram a essa geração revolucionar, sobretudo, os códigos morais, os costumes e a visão sobre a sexualidade, propondo novas formas de interpretações no mundo.

Concomitantemente, e influenciado também por este processo, surgiam no Brasil, dentro dos movimentos de resistência, os primeiros grupos feministas, marcados por reivindicações de direitos ao corpo e ao prazer<sup>24</sup>. Estas pautas necessitaram conquistar espaço próprio dentro do pensamento de esquerda.

Muitas mulheres se envolveram com movimentos de contestação à ordem vigente neste contexto de disputa política de questionamentos e busca por liberdade, transgredindo duplamente as regras sociais estabelecidas na política, uma vez que mostraram-se contrárias ao regime e ao comportamento social e cultural esperado de uma mulher, ao se dedicarem ao espaço público, até então dominado pelos homens.

No Brasil, a década de 1960 também foi marcada por uma profunda agitação política, cultural, econômica e social. No período de 1964 a 1985, o país foi governado por militares, momento em que a direção das Forças Armadas assumiu o controle de vários setores do poder público. Maria Helena Moreira Alves, em seu livro intitulado *Estado e oposição no Brasil*, relata que, logo nos anos iniciais do regime militar, a política econômica voltada para o capital internacional gerou lucros que não foram repassados aos trabalhadores, mas pelo contrário, constatou-se um empobrecimento dos brasileiros devido ao arrocho salarial,<sup>25</sup> o que resultou em um grande descontentamento da classe média e de membros da Igreja Católica, que antes haviam apoiado o regime civil-militar.

Segundo Ana Maria Colling, "o discurso da ditadura militar, que apresenta-se como discurso oficial, tenta 'moralizar' o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também aquelas relativas ao comportamento de cada cidadão brasileiro."<sup>26</sup> Através do decreto de vários Atos Institucionais, que tornavam vigentes a prática da censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar que os feminismos não se desenvolveram da mesma maneira e tempo nos diferentes países que obteve alcance. PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>25</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, São Paulo: Editora Edusc, 2005.

<sup>26</sup> COLLING, Ana Maria. Op. cit., p. 22.



falta total de democracia e a repressão daqueles que se opunham ao regime militar, os militares obtiveram êxito na tarefa de “moralizar” o país, como apontou Colling.

Verifica-se que muitos episódios que hoje se tem conhecimento – como a memória da ditadura civil-militar brasileira – ainda requerem reinterpretação, pois carecem de uma visão crítica. São múltiplas as maneiras de narrar as histórias de um país, muito embora ainda prevaleça a história oficial, da qual muitos personagens são excluídos, contendo algumas participações atenuadas da política, tanto esquerda quanto direita, prima-se, geralmente, por exaltar sempre os mesmos protagonistas.

A história fala pouco das mulheres. Elas são invisíveis como sujeitos históricos. É preciso correr atrás de suas pistas, que são tênues. Para falar sobre elas é preciso falar da relação de poder entre homens e mulheres. Para identificá-las como sujeitos políticos é necessário analisar intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração.

<sup>27</sup>

Neste contexto, a narrativa de militância das mulheres na resistência, bem como dos operários, indígenas e camponeses, contemplam um esforço de registro memorialístico e histórico para além das fronteiras da oficialidade, sendo permeada por intensa relação de poder, tanto na construção histórica como na produção da memória, mantendo esses sujeitos à margem da história por séculos. Logo, campanhas pela abertura de arquivos, pela reparação a vítimas e familiares por Verdade, Memória e Justiça, bem como o crescente número de pesquisas relacionadas à história de pessoas presas, exiladas e torturadas, mobilizaram tanto o direito de falar desses sujeitos como a possibilidade de se fazer outras interpretações e análises históricas deste período no Brasil, tornando possível incorporar a multiplicidade destes sujeitos.

### **Estado da questão**

A produção do esquecimento é extremamente violenta em nosso país, interpondo-se como o principal obstáculo ao acesso de determinadas

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 93-94.

memórias. Portanto, a dissertação faz parte de uma considerável produção acadêmica acerca das memórias de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar brasileira. Desse modo, será dado destaque aos principais textos que se propõem a romper com esta produção do esquecimento, e, através dos quais, se discorrerá ao longo deste trabalho.

Na década de 1970, já é possível encontrar produções memorialísticas, isto é, narrativas de militância, embora sejam elas predominantemente masculinas. Na década de 1980, foram encontradas duas publicações que tornaram-se exceções, *As Moças de Minas*, elaborado por Luiz Manfredini<sup>28</sup>, e *Memórias das mulheres do Exílio*, organizado por Albertina Costa<sup>29</sup>. Neste sentido, os principais estudos, que justamente refletem acerca da temática da militância das mulheres nas organizações de esquerda no Brasil, serão evidenciados. Estes estudos são considerados leituras essenciais, uma vez que proporcionam diálogos importantes para o presente trabalho. Gradualmente, ao longo dos anos 1990, foram publicados vários livros, reportagens, biografias e documentários, como *Que bom te ver viva*, de Lucia Murat<sup>30</sup>, com o intuito de construir uma memória de mulheres e também sobre as mulheres na resistência ao regime.

Os livros de Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*<sup>31</sup> e de Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, *Mulheres, Militância e Memória*<sup>32</sup>, assim como *Mulheres que foram a luta armada*<sup>33</sup>, de Luiz Maklouf Carvalho, são obras que priorizam o relato oral e abordam discussões sobre a especificidade feminina, na qual pode-se identificar e relacionar com as questões de gênero. Estas produções trazem temáticas que envolvem militância política, clandestinidade, prisão e tortura, e ainda relatos de entrevistas realizadas com mulheres militantes e ex-guerrilheiras, e no caso de Ana Maria Colling, também

---

<sup>28</sup> MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa Omega, 1989.

<sup>29</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>30</sup> MURAT, Lucia. *Que bom te ver viva*. Filme. Brasil, 110 min, 1988/1989.

<sup>31</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1994.

<sup>32</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>33</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

com três homens, compondo desse modo um conjunto de preciosas fontes documentais.

Tanto no âmbito acadêmico quanto editorial, os anos 2000 significaram a consolidação de publicações com as temáticas da memória da militância de mulheres, mas incorporaram, por exemplo, os estudos de gênero, feminismo e subjetividades como eixos de reflexão. A tese *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*<sup>34</sup>, de Olívia Rangel Joffily, tem como objetivo textual tornar visível as múltiplas e criativas formas de participação feminina na resistência ao regime militar, através de entrevistas tematizadas com 13 mulheres ex-militantes. Já a dissertação de Caroline Dellamore Batista Scarpelli, intitulada *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*<sup>35</sup>, não tem como preocupação abordar as temáticas das relações de gênero, mulheres ou feminismo, mas sim, contribuir grandemente para discussões de memória, subjetividade e clandestinidade. Esta preocupação é evidenciada na busca pela percepção de como os sujeitos reconstroem suas relações sociais na vida clandestina e quando a deixam.

Os livros *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*<sup>36</sup> e *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*<sup>37</sup>, resultantes de pesquisas coordenadas por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no Laboratório de Estudos de Gênero e História- LEGH, apresentam capítulos com as mais diversas abordagens e recortes, assim como depoimentos de ex-militantes dos diferentes países do Cone Sul, que em algum sentido convergem para constituição da memória da militância das mulheres.

Julia Bianchi Reis Insuela, autora da dissertação *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil*

---

<sup>34</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

<sup>35</sup> SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>36</sup> PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

<sup>37</sup> PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

– 1968-1971)<sup>38</sup>, centra-se, no estudo paralelo das percepções das mulheres na luta armada – em particular de Iara Iavelberg - em três níveis: nas organizações, nos órgãos de repressão e de informação e na grande imprensa . Já *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*<sup>39</sup> de Margareth Rago, tem como intuito visibilizar as experiências de sete mulheres que militaram contra a ditadura e que são importantes feministas brasileiras; Rago faz uma leitura feminista de entrevistas e textos autobiográficos problematizando diversos assuntos, principalmente a violência de gênero sofrida por essas mulheres.

Por fim, juntamente com os dois trabalhos anteriores, há a tese de Danielle Tega, *Tramas da memória: um estudo de testemunhos feminino sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*,<sup>40</sup> que relaciona gênero, memória e subjetividade na análise de escritas autobiográficas e produções audiovisuais de mulheres militantes que passaram por experiências traumáticas no Brasil e na Argentina. Produções estas que tornaram-se inspiradoras, cada qual com suas especificidades, por utilizarem do mesmo tipo de fonte desta dissertação, ou seja, os escritos autobiográficos.

O tom que diferencia este trabalho dos anteriormente citados consiste, principalmente, na escolha das fontes, na qual utilizaremos cinco livros autobiográficos: *Estilhaços em tempos de luta contra ditadura* de Loreta Valadares, *1968: Tempos de escolhas* de Catarina Meloni, *De pouso em pouso. Em busca do repouso prometido* de Solange Silvany Rodrigues Lima, *No corpo e na alma* de Derlei Catarina de Luca e *Geração 60, geração esperança* de Maria Lúcia Resende Garcia, todos escritos por mulheres militantes da organização de esquerda Ação Popular. Ao centrar a análise destas produções nas especificidades desta organização imprime-se um diferencial ao presente estudo, e, ao cruzar essas narrativas, buscou-se identificar a maneira como estas mulheres narraram

---

<sup>38</sup> INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias* (Brasil – 1968-1971). Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

<sup>39</sup> RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>40</sup> TEGA, Danielle. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2015.

e construíram suas memórias de militância referentes ao período de resistência aos governos autoritários.

Ao perceber que há um grande número de publicações de livros autobiográficos, escritos por militantes homens, como os livros de Fernando Gabeira, *O que é isso companheiro?* e *O crepúsculo do macho: depoimento*; de Renato Tapajos, *Em câmera lenta: romance*; de Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho* e de Flavio Tavares, *Memórias do esquecimento*, entre outros, assim como de pesquisas acadêmicas que utilizam tais testemunhos, foi possível constatar o reforço das relações de gênero na construção da memória da resistência. Sob esta óptica, este trabalho faz-se necessário, uma vez que questiona esta construção, mas, sobretudo, por visibilizar a narrativa daquelas mulheres que também resistiram à repressão, bem como as dificuldades para publicar suas memórias.

Assim sendo, será utilizada a categoria gênero, já que a mesma permite compreender como se estabelecem as relações de dominação entre as pessoas e os conflitos que se suscitam, bem como a forma como se elaboram os distintos papéis, as expectativas, a divisão social e sexual do trabalho, e, por fim, como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas.<sup>41</sup> Alejandra Oberti indica que nos relatos em que podemos perceber a relação entre gênero e memória, há outra possibilidade de interpretação dos acontecimentos:

Esses relatos não tratam de refazer a história incluindo desta vez as mulheres, dando-as o lugar que foi negado. Mas pensar novos vínculos entre o público e o privado, o pessoal e o político; por meio de um movimento que inscreve o geral no singular, o político no privado. Não buscam tirar do esquecimento as mulheres que participaram dessas experiências para colocá-las em um panteão junto aos heróis, mas recuperar os gestos mais sutis, aqueles mais dificilmente representáveis.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

<sup>42</sup> OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria?. In PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe (Org). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p.28.

Haja vista que o que uma cultura lembra ou silencia está intrinsecamente relacionado com as lutas pelo poder e pela hegemonia, e, portanto, relacionado com as relações de gênero, como diz Betina Kaplan:

Ya que los codigos culturales y tropos desde los cuales una cultura representa su pasado conllevan la marca de género, clase y raza. Tanto los estudios de la memoria como los de género presuponen que el presente esta determinado por un pasado construido y cuestionado. En ambas disciplinas se asume el estudio del pasado para entender el presente.<sup>43</sup>

Logo, é possível refletir e problematizar, por um viés de gênero, as narrativas de militância de Loreta Valadares, Catarina Meloni, Solange Silvano Rodrigues Lima, Derlei Catarina de Luca e Maria Lúcia Resende Garcia, e tal fato significa focalizar seus gestos e trazer novas problematizações para o âmbito pessoal e político.

No primeiro capítulo, buscou-se historicizar as categorias memória, *escrita de si* e autobiografia, e também analisar como Loreta Valadares, Catarina Meloni, Solange Silvano Rodrigues Lima, Derlei Catarina de Luca e Maria Lúcia Resende Garcia construíram suas narrativas de militância em oposição à ditadura civil- militar.

No segundo capítulo pretende-se apresentar as mobilizações da Igreja Católica, tanto aquelas anticomunistas, como as da renovação pastoral possibilitadoras do surgimento da organização de esquerda Ação Popular – AP –, assim como será apresentada uma reflexão sobre a participação das mulheres na resistência.

Já no terceiro capítulo, será abordada uma análise das narrativas registradas nos livros autobiográficos, propriamente ditas. Neste desfecho, o objetivo central será entrecruzar as memórias das militantes

---

<sup>43</sup> Já que os códigos e metodologias culturais a partir do qual uma cultura representa o seu passado levam a marca de gênero, classe e raça. Ambos os estudos de memória como os de gênero pressupõem que o presente está determinado por um passado construído e questionado. Em ambas as disciplinas se estuda o passado para compreender o presente. (Tradução nossa) KAPLAN, Betina. Horror privado, espectáculo público: imágenes de la memoria y el cine argentino reciente. In: *Género y violencia en la narrativa del Cono Sur. 1954-2003*. Woodbridge: Tamesis, 2007, p. 116.

para pensarmos acerca dos desafios da prisão, da tortura e da clandestinidade.

## CAPÍTULO I

### **Narrativas em construção: autobiografia, memória e escrita de si.**

Para a mulher, escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, “o melhor livro é a almofada e o bastidor”, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. O ato de escrever implica uma revisão do processo de socialização, assim como das representações conscientes, e um enfrentamento do inconsciente, também ele, invadido pela situação objetiva de dependência do homem, que condicionaram a formação do eu.

44

As experiências registradas e narradas por ex-militantes da Ação Popular, Catarina Meloni, Derlei Catarina de Luca, Maria Lúcia Resende Garcia, Loreta Valadares e Solange Silvany R. Lima, em seus livros autobiográficos são memórias de mulheres plurais em seus movimentos e, ao mesmo tempo, tão singulares e marcantes. Suas narrativas se cruzam e se afastam em muitos pontos, e, embora tenham compartilhado o mesmo momento histórico de resistência à ditadura civil-militar, estas produziram narrativas de diferentes lugares subjetivos, que são atravessadas, sobretudo, pelo desejo de transformação tanto individual quanto coletivo.

---

<sup>44</sup> TELLES, Norma. Rebeldes. Escritoras, Abolicionistas. *Revista História*, São Paulo, 120, jan/jul. 1989, p. 75.



Pretendemos, para este capítulo, analisar a maneira como as ex-militantes (re) construíram suas memórias desse tempo ao longo das páginas de seus livros autobiográficos, buscando perceber as tensões enfrentadas por elas quando decidem por lembrar, escrever e publicitar as suas memórias. Motivadas pelo desejo de contar suas versões dos fatos, de fazerem parte da história e de serem lembradas mesmo com o passar dos anos, essas mulheres escreveram sobre si mesmas, tendo em vista que “escrever sobre si, lidar com as letras, exercer a “arte da memória” pode ser uma garantia de vitória sobre o esquecimento e uma ação contra a mortalidade a que obras e fazeres humanos estão sujeitos, através da passagem inexorável do tempo.”<sup>45</sup>

Nas últimas três décadas, abriram-se na historiografia brasileira inúmeras possibilidades para pesquisas com documentos memorialísticos. Haja vista o interesse da História Cultural pelas temáticas do familiar, do cotidiano, do íntimo, em um movimento de (re) situar o sujeito no centro da atenção dos historiadores. Para o estudo dessas temáticas, autobiografias, diários, correspondências e relatos de vida, produzidas sobretudo no espaço privado, foram legitimados como fontes e objetos da pesquisa histórica. Ao optar por esta fonte deve-se, enquanto historiadores, ter em mente que o relato memorialístico, neste caso as autobiografias, são construções narrativas do “visto e vivido”. A pretensão é de conhecer o que “o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”<sup>46</sup>. Estes registros são cada vez mais utilizados pelos historiadores, por oportunizarem a tomada de conhecimento de como mulheres e homens “comuns”, registram, reconstróem e reinventam suas vivências a partir de práticas de escrita autobiográfica.

O hábito de escrever diários, cartas e livros de memórias, são práticas de escrita de si, como bem assinala Ângela de Castro Gomes, e para o campo da história são fontes para pesquisa, principalmente, por serem advindas de um novo espaço de investigação – o da vida cotidiana. Desta forma, podem tornar-se uma prática que meandra muitas vezes do privado ao âmbito público.

---

<sup>45</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Dias ao leme, noites na proa. Gênero e geração nas memórias de um almirante. In: *Sentidos, Potencialidades e usos da (auto) biografia*. VICENTINI, Paula Perini, ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 113.

<sup>46</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p.15.

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autoriza deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos. Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo o indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão de saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem (e mulheres eu acrescento) “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas menos fundamentais a partir da ótica da produção de si.<sup>47</sup>

Deste modo, ao se dar visibilidade à memória da militância de cinco mulheres que atuaram na Ação Popular e que recorreram à prática da ‘escrita de si’ como ferramenta política e libertária – importantíssima para constituição da subjetividade de quem narra sua vida – considera-se a escrita como um mecanismo de uso social, onde os depoimentos autobiográficos tornam-se atos de memória que abrem caminhos para reflexões e representações de um tempo. Neste sentido, faz-se necessário historicizar e debater algumas questões referentes à *escrita de si*, às autobiografias e à memória.

### **A prática cultural da “Escrita de si”.**

A constituição do individualismo moderno possibilitou que práticas culturais, como a *escrita de si*, ganhassem terreno nas sociedades ocidentais. Por serem subjetivos, fragmentados e ordinários como suas

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 13.

próprias vidas, os registros de memória dos indivíduos modernos têm por essas especificidades, significativo valor como documento histórico.

Embora o ato de escrever concentre-se sobre sua própria vida ou de outros, remonta também, à emergência desse indivíduo nas sociedades ocidentais, o que possibilitou a constituição de uma identidade para si através de seus documentos e relatos, sendo desse modo, uma identidade singular para si, mas atrelada a uma estrutura de um todo social.

Se dará início, portanto, a uma discussão em torno da escrita de si, tanto sob uma visão mais ampla, como também buscando compreender suas peculiaridades. Logo, para analisarmos as narrativas das ex-militantes da Ação Popular, tomamos como primeiro referencial os estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre as *escritas de si*, uma vez que este autor considera a narrativa pessoal escrita como possuidora de características próprias que podem proporcionar unidade e coerência às subjetividades fragmentadas. A *escrita de si*, muitas vezes, assume uma linearidade discursiva estruturada em uma lógica do início, meio e fim, como será apresentado na escrita de si produzida pelas mulheres aqui estudadas.

Em seus trabalhos sobre “as artes do viver” ou “estéticas da existência”, Foucault estudou a experiência de subjetivação, as técnicas de domínio de si e dos outros na cultura greco-romana, de onde emergiram as primeiras produções textuais do eu. Nos séculos I e II, os gregos e romanos atentavam-se para a leitura e os estados da alma, definidas como as sutilezas da vida, cujo ato de escrever impulsionava a experiência de si, o que acaba por gerar uma reflexão sobre como constituir-se na vida, de como fixar para si mesmo os fins e os meios. Para tanto, Michel Foucault utilizou-se dos conceitos de “práticas de si”, “cuidado de si” e “técnicas de si”, para analisar a forma pela qual o sujeito se constituía. Tais técnicas de si “possuem como principal elemento a verdade, isto é, a verdade de si enunciada seja como um artifício de cuidado ou como uma renúncia de si (confissão)”<sup>48</sup>.

A partir do estudo de filósofos como Plutarco e Sêneca, Foucault aponta a importância da escuta, da escrita e dos retornos sobre si, como métodos de apropriação de discursos verdadeiros e racionais. Esses modos de subjetivação são as práticas de constituição do sujeito, que se referem às formas de atividade sobre si mesmo. Algumas destas atividades constituíam exercícios físicos e espirituais, como meditação,

---

<sup>48</sup> TAVARES, Derek. Escrita de si: uma ilusão autobiográfica. *1ª Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governabilidade e segurança*. João Pessoa, Paraíba. 2014. p.4.

memorização, exames de consciência, silêncio e escuta do outro, estando a *escrita de si* inserida nessas práticas de cuidados voltados para a interioridade.

Nesse momento, a *escrita de si* era entendida como escrita pessoal, capaz de reunir escritos dos mais diversos de tudo aquilo que se passava com o sujeito. Estes escritos definiam-se como anotações sobre leituras e reflexões internas do que era ouvido ou feito consigo mesmo, registrados e conservados nos cadernos com assuntos importantes que eram lidos e relidos com frequência, denominados *hypomnematas*, “eles (*hypomnematas*) não se detinham a substituir eventuais falhas de memória, mas constituem, de preferência, um material e um enquadre para exercícios”<sup>49</sup>. Sob esta visão, a escrita servia de exercício e de estratégia fundamental para futuras meditações e autoexame, bem como para releituras e aconselhamento. No entanto, por mais pessoais que fossem os escritos nos *hypomnematas*, não constituam narrativas de si propriamente ditas, mas sim, eram uma espécie de memória auxiliar, onde registravam-se os acontecimentos da vida cotidiana para não perdê-los da memória, importantíssima para constituição de si. A escrita dos *hypomnematas* “é um dos meios pelos quais a alma é afastada da preocupação com o futuro para desviá-la na direção da reflexão sobre o passado”<sup>50</sup>. Com a escrita destes, tinha-se o objetivo de “captar o já dito, reunir aquilo que se pode ouvir e ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”<sup>51</sup>

Para o filósofo francês, a ação de cuidar de si está intimamente relacionada a uma atividade de escrita permanente, que proporciona uma transformação de si mesmo, ou seja “sua subjetivação no exercício da escrita pessoal”<sup>52</sup>. Compreendemos que a escrita, a leitura e a releitura contribuem para a constituição de quem escreve, mas também de quem lê. Argumenta Foucault:

O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um ‘corpo’. E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim – segundo a metáfora da

---

<sup>49</sup> FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ditos e escritos: Ética, Sexualidade e política*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 151.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>51</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, 1992, p. 137.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 140.

digestão, tão frequentemente evocada - como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue<sup>53</sup>.

Assim sendo, Foucault discorre também, neste mesmo trabalho, sobre outra forma de escrita de si, denominadas correspondências, que aproximam-se dos *hypomnemata* pelo fato de que as duas formas de escrita proporcionam exercício pessoal. Citando as cartas de Sêneca, o autor destaca “a carta que se envia age, por meio do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como, pela leitura e releitura, ela age sobre aquele que a recebe”. Nesse tipo de escrita, é possível perceber que o ato de escrever é também o ato de se mostrar ao outro. Ao se escrever, se lê o que se escreve, do mesmo jeito que, ao dizer alguma coisa, se ouve o que se diz. A carta “constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor “presente” àquele a quem dirige.<sup>54</sup>”, em um contínuo exercício de si mesmo, que constitui a subjetividade de quem escreve e de quem lê a correspondência. Então, tanto a escrita de si, como falar de si, possibilita um exercício pessoal. Foucault afirma ainda que a carta “atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe”<sup>55</sup>.

Compreendemos que, dentro da cultura greco-romana a prática da escrita de si, seja através do *hypomnemata* ou das correspondências, age como instrumento pessoal de registro do pensamento e da conduta de cada indivíduo. Deste modo, em um trabalho contínuo de autotransformação, gregos e romanos desenvolveram técnicas de constituição de si fundadas em práticas da liberdade. Logo, a escrita de si desenvolvida na antiguidade exercia a função de uma atividade constitutiva do indivíduo que “se elabora nos marcos de uma atividade que é essencialmente ética, experimentada como prática da liberdade, e não como sujeição às práticas disciplinares”<sup>56</sup>. Na direção apontada por Foucault, Margaret Rago compreende que a escrita de si é entendida como cuidado de si e também

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2000, p. 152.

<sup>54</sup> Ibidem, p.159.

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1992, p.145.

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2000, p.162.

do outro, assim como um trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista o objetivo de reconstruir uma ética do eu.

Ao desenvolver seus estudos sobre a escrita na Idade Média, Foucault observou que a escrita de si funcionou como um dispositivo de controle e reprovação das ações humanas, aos moldes de uma escrita confessional, opondo-se à prática de escrita de si exercida na antiguidade ocidental, a confissão, definida como um modo discursivo-coercitivo de relação com a verdade, que difundiu-se a partir do cristianismo e acentuou-se na Modernidade<sup>57</sup>.

Voltada para a cultura cristã, a escrita confessional terá a função de revelar os desejos ocultos do indivíduo, na constituição de uma confissão enquanto técnica de si. Analisando-se as relações de poder que permeiam a prática confessional, Michel Foucault aponta para um tipo de narrativa de si e de relação com a verdade, que visa purificar o eu pela revelação da mais profunda interioridade diante de uma autoridade. Diante disso, a escrita exercia um papel como um reflexo de si mesmo, reparando e penitenciando o transgressor, quer fosse por seus pensamentos ou por ações apontadas como impróprias, uma vez que esse exercício atenuava o sentimento de culpa do sujeito que confessava.

No século XVII, por exemplo, a confissão passou a ser imposta pela igreja católica como meio de controle e dominação dos sujeitos confessantes. Segundo Margareth Rago, nos discursos confessionais há um dobrar-se sobre o eu objetivado, afirmando a própria identidade a partir de uma autoridade exterior.

Resume-se que a confissão é um ato de *sacrifício* de revelação da verdade que se realiza de maneira engajada, intensificando as relações de poder através da *renúncia* que faz de si mesmo em relação ao seu confessor, produzindo uma *qualificação* do sujeito enquanto confessante de sua verdade.<sup>58</sup>

Neste sentido, o ato da confissão produz uma nova condição de sujeito. Para Foucault, “a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. Desde então,

---

<sup>57</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p 32.

<sup>58</sup> TAVARES, Derek. Escrita de si: uma ilusão autobiográfica. *1ª Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentabilidade e segurança*. João Pessoa, Paraíba. 2014. p.8 (grifo nosso)

nos tornamos uma sociedade singularmente confessante [...] e o homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente.”<sup>59</sup> Conforme Foucault, a confissão é a prática de poder retomada na modernidade como uma tecnologia política.

Assim sendo, as práticas da confissão orientaram o indivíduo na produção da verdade sobre si mesmo através do discurso com intuito de “constituir a si mesmo como sujeito de uma verdade como é o caso das práticas autobiográficas”<sup>60</sup>.

É válido concordar com Derek Tavares, quando o mesmo afirma que para um novo tipo de indivíduo advindo da modernidade, a prática de falar de si será comum, natural, necessária e sem custo real.<sup>61</sup>, haja vista que a transição da sociedade chamada tradicional para sociedade moderna ocidental estabeleceu uma relação entre o indivíduo e a sociedade, até então não reconhecida.

A ideia de indivíduo que aqui se deseja fixar, vincula-se à longa transformação das sociedades ocidentais chamadas de tradicionais por oposição às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna “moderno” justamente quando postula uma identidade singular para si no interior de um todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo.<sup>62</sup>

Vale destacar que a emergência histórica desse indivíduo, reconhecido como livre, igual e autônomo criou um interesse sobre este “eu moderno”, onde a vida individual, até então desconhecida, passa a ter “valor” para existir na memória de si e dos outros. Diante disso, “se o ato de escrever sobre a vida é muito antigo, pode-se dizer então que a ideia de que a vida é uma história é muito recente, e é nesse fundamento que situa-se a base do que se considera a escrita biográfica e autobiográfica”.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> FOUCAULT, Michael. 2000, p. 59.

<sup>60</sup> TAVARES, Derek. Op. cit., p.6.

<sup>61</sup> Ibidem, p.9.

<sup>62</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p11.

<sup>63</sup> Ibidem, p.12.

## A memória como escrita autobiográfica

Para a análise pretendida neste trabalho, concebeu-se a escrita de si como um objeto de pesquisa de Foucault, que considera a gênese das escritas em primeira pessoa. No entanto, reforçamos que embora muitos estudiosos utilizem *escrita de si* como sinônimo de “narrativas de vida”, “escritas do eu” e “auto/biografia”, a *escrita de si*, de acordo com a concepção foucaultina, faz parte da prática do cuidado de si, como vimos anteriormente. Já a autobiografia, conhecida a partir do indivíduo moderno, faz parte de uma autorrepresentação de si, como será visto a subsequentemente.

Segundo Karl Weintraub, o primeiro registro que se tem do uso da definição de autobiografia, foi realizado na Alemanha e é datado de 1800. Para este autor, o gênero autobiográfico tomou forma definida quando o indivíduo ocidental adquiriu uma maior e mais profunda consciência histórica de sua existência. Assim, o crescente interesse pela autobiografia, miscigena-se à revolução intelectual caracterizada pelo surgimento de uma determinada forma moderna de consciência histórica, denominada historicismo<sup>64</sup>;

Un individuo puede resumir su propia vida en una lápida pero, de hacerlo así, la interpretación de su vida haría increíblemente breve. Sin embargo, cuando es más larga tiende a convertirse en un documento de estado más que en uno privado. A pesar de que este criterio pueda parecer excesivamente drástico, por lo menos es razonable exigir que la autobiografía defina su ámbito con precisión. Así, se supone que en la autobiografía se rememoran aspectos significativos de la vida, partes importantes de la experiencia.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> WEINTRAUB, Karl. Autobiografía y conciencia histórica. In: LOUREIRO, Angel. La autobiografía y sus problemas teóricos, estudios e investigación documental. Barcelona: *Suplementar Anthropos*, nº 29, p.18.

<sup>65</sup> Um indivíduo pode resumir sua própria vida em uma lápide, porém ao fazê-lo, a interpretação da sua vida seria incrivelmente curta. No entanto quando é maior, tende a se converter mais em um documento de estado que um privado. Embora essa abordagem possa parecer excessivamente drástica, pelo menos é razoável exigir que a autobiografia defina seu âmbito de forma precisa. Assim se supõe que na autobiografia rememoram-se aspectos significativos da vida, partes importantes da experiência. WEINTRAUB, Karl. Op. cit. p.18. (Tradução Nossa.)



Conforme afirma Philippe Lejeune<sup>66</sup>, referência nos estudos da primeira pessoa, podemos perceber dois aspectos divergentes em relação à palavra autobiografia: o primeiro aspecto indica que a autobiografia é a escrita de vida de um sujeito por ele próprio, enquanto que o segundo aponta a autobiografia como “todo e qualquer texto, independentemente de sua forma, cujo teor tenha a intenção secreta ou confessa de contar uma trajetória de vida, por intermédio de um outro ou não”<sup>67</sup>.

Por um certo tempo, muitos pesquisadores consideraram Santo Agostinho como o percussor da autobiografia com suas *Confissões*, no entanto, logo depois, verificou-se que os escritos de Santo Agostinho tinham como signo principal a relação com o Divino, “constituindo-se, muito mais, em um modo de se chegar a Ele pela escrita, através da contemplação de si próprio pela fé e pela razão”<sup>68</sup>. Segundo Bruno Lima Oliveira, não havia uma liberdade pessoal nos escritos de Agostinho, já que estes se adequavam de acordo com o modo de vida cristão, que o mesmo adotado por todos.

Foi então, somente no Renascimento, que pela primeira vez pôde-se falar de uma literatura da interioridade na obra *As Confissões* de Jean Jacques Rousseau, afirma Philippe Lejeune. Consideramos importante ressaltar que não se deve negar a existência de uma literatura pessoal antes de 1770 ou mesmo fora da Europa, contudo, preconiza-se uma reflexão acerca da autobiografia como a concebemos hoje, que “torna-se anacrônica ou pouco pertinente fora desse contexto.”<sup>69</sup>

Segundo Lejeune, o livro de Rousseau tornou-se o pioneiro no gênero autobiográfico, tendo o formato básico que, ainda hoje, compõe os livros autobiográficos. O eu rousseaniano é entendido como tendo realização própria e natural, ao considerar que “o homem renascentista não está preso a nenhum modelo paradigmático que precisa seguir, seja político ou religioso, e tem um leque de direções possíveis e diferentes que pode escolher trilhar”<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> LEJEUNE, Philippe. *O pato autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 74.

<sup>67</sup> TAVARES, Derek. Op. cit., p.8.

<sup>68</sup> TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicol. USP* vol.14 no.1 São Paulo, 2003, p. 44.

<sup>69</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 13-14.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p 17.

Movido pela necessidade de justificar sua existência perante seu tempo, o relato autobiográfico de Rousseau, como afirma Leônia Teixeira, confere especial atenção às interferências cotidianas e à glória. Segundo a autora, em *As Confissões* há um afirmar-se do homem que encontra na narrativa de sua própria vida um caminho de manifestação do indivíduo ainda em construção no século XVIII.<sup>71</sup>

Rousseau, homem já maduro, para buscar o conhecimento de si, recorre à sua infância e estabelece uma relação cronológica no texto autobiográfico – a criança que ele fora ajudará a explicar o homem que ele é no momento da escrita.<sup>72</sup>

A estrutura do texto de Rousseau, disposta na citação acima, estabelece uma relação direta entre a infância e a vida adulta, e é a mesma utilizada por duas das cinco ex-militantes da Ação Popular, como será visto nas fontes analisadas neste trabalho. Os autores constroem suas narrativas tomando como referencial a infância até idade adulta, justamente para explicarem as pessoas que tornaram-se no momento da escrita. Assim sendo, as práticas de escrita de si, no nosso caso as autobiografias, podem evidenciar com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, decorrido por sucessão.

A verdadeira autobiografia é um “tecido em que a autoconsciência se enrosca delicadamente através de experiências inter-relacionadas, podendo ter funções diversas, como autoexplicação, autodescobrimento, autoformação, autorrepresentação ou ainda, autojustificação.”<sup>73</sup> Todas essas funções se conectam facilmente, embora todas elas se concentrem em torno do conhecimento de sua relação e suas experiências. Para Philippe Lejeune, a autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real tece a respeito de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, e, de maneira particular, a história de sua personalidade.”<sup>74</sup> Nesse sentido, é fundamental que haja uma

---

<sup>71</sup> TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Op. cit. p. 44-45.

<sup>72</sup> LIMA, Bruno. A escrita de si: genealogia. *RevLet- Revista Virtual de Letras*, v.07, nº 1, jan/jul, 2015, p.72.

<sup>73</sup> WEINTRAUB, Karl. Op. cit., p.19.

<sup>74</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 14.

identidade entre autor, narrador e personagem, o que Lejeune define por ‘pacto autobiográfico’, para que se tenha uma autobiografia.

Nota-se que o esforço em construir uma narrativa autobiográfica está relacionado ao desejo de se perceber e de conceber um sentido à própria vida. Ao se trabalhar com autobiografias, é necessário levar em consideração alguns aspectos, dentre eles o da atuação do tempo presente no desenvolvimento da narrativa, já que, como afirma Weintraub, ao reorganizar a sua vida, o autobiógrafo o faz de forma a atender a um sentido cujo olhar está ligado a uma compreensão atual do passado.

O indivíduo que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, isto é, o homem público, o herói, a quem a sociedade autorizava a deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos.

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo, e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentados a partir da ótica da produção de si<sup>75</sup>.

Faz-se necessário evidenciar que este desejo de registro da memória, na verdade, não referia-se somente ao homem “anônimo”, mas também à algumas mulheres, que por sua vez, buscaram espaço para registrar suas vidas naquele momento. Até o século XIX, a maioria das obras publicizadas do gênero autobiográfico haviam sido escritas por homens, fato este estritamente relacionado com a hierarquia de gêneros da sociedade na época, uma vez que, nas diversas sociedades patriarcais da época, era função do homem decidir o que seria publicado ou não, portanto, mantinham-se as vozes das mulheres em silêncio.

Las mujeres que superan la ansiedad de autoría y eligen romper el silencio cultural se ven confrontadas con otro problema. La escritora sólo puede obtener autoridad cuando el público lee sus textos. Por consiguiente, necesita inscribirse en la

---

<sup>75</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p.13.

cultura patriarcal superior y más prestigiosa que la suya, en la ideología del yo masculino, una obligación que Smith llama el “contrato patrilíneal” (Smith 1987: 52) y este “renunciar al propio género a favor del género del otro es el precio que las autoras tienen que pagar para poder entrar en la representación, es decir, para hacerse visibles y audibles”<sup>76</sup>.

Segundo Sarah Vos, relatos de mulheres inseridas somente na esfera doméstica pouco interessariam a uma sociedade falocrática<sup>77</sup>;

Para a mulher, escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. O ato de escrever implica numa revisão do processo de socialização, assim como das representações conscientes e um enfrentamento do inconsciente, também ele, invadido pela situação objetiva de dependência do homem e que condicionaram a formação do eu.<sup>78</sup>

Os livros de memórias publicados nos séculos anteriores, não raramente, eram escritos por pessoas já conhecidas, seja pela importância política, seja social ou histórica. Somava-se a isso, à própria condição

---

<sup>76</sup> As mulheres que superam a ansiedade de autoria e escolhem romper o silêncio cultural se veem confrontadas com outro problema. A escritora só pode obter autoridade quando o público lê seus textos. Por consequência, necessita inscrever-se na cultura patriarcal superior e mais prestigiosa que a sua, na ideologia do eu masculino, uma obrigação que Smith chama “o contrato patrilíneal” (Smith 1987: 52) e este “renunciar ao próprio gênero a favor do gênero do outro é o preço que as autoras têm quem pagar para poder entrar na representação, ou seja, para se tornarem visíveis e audíveis. VOS, Sarah. *Gênero y autobiografía: un análisis feminista de la Autobiografía de Victoria Ocampo*. Promotor: Prof. Dr. Ilse Logie. Universiteit Gent, Faculteit Letteren en Wijsbegeerte, Bélgica, 2009. p. 28. (Tradução nossa).

<sup>77</sup> Ibidem, p.25.

<sup>78</sup> TELLES, Norma. Op. cit., 1989, p.75.

pública a qual os homens se inseriam, que gerava um maior interesse pelos seus registros cotidianos<sup>79</sup>.

No transcorrer do século XVIII para o século XIX na Europa, quando não era desqualificada, a escrita de algumas mulheres concentrava-se em gêneros específicos, como as obras de educação e os romances e produções não-ficcionais voltados para crianças. No século XIX, não havia restrições para inserção das mulheres no universo da escrita quando se tratava das correspondências familiares e dos diários, que caracterizavam uma escrita essencialmente privada<sup>80</sup>. Como reitera Ilzia Zirpoli, a autobiografia de mulheres, até então relegada à expressão de uma feminilidade no espaço doméstico – por isso pouco valorizada – inscreve-se na cena literária, como consequência do descentramento da universalidade do sujeito ocidental:

Se queremos nos referir a um contextual em que as mulheres vivem sob o signo de uma obstrução real de suas experiências, o autobiográfico emerge como campo de resistência, assumindo, na esfera identitária feminina, um significado epifânico que “abrange não só o nível individual como o âmbito do grupo”, no sentido de que, apesar de não ser essencialmente o *locus* da manifestação literária de mulheres, associa-se a “uma forma de sair do silêncio imposto pela censura”, por isso também veiculada a uma forma feminina de escrita: de um lado, renascendo do silenciamento imposto pela normatização sociocultural, embaralha as fronteiras entre o público e o privado, inscrevendo o segundo no âmbito do primeiro; e, de outro, surge como discurso que, a um só tempo, dialoga (com) e questiona a autoridade canônica.<sup>81</sup>

Os diários tiveram um papel muito importante na constituição da subjetividade das mulheres que tinham esta prática de escrita. Esse tipo

---

<sup>79</sup> ANDRADE, Raquel Thomaz. *Percursos de memórias femininas: uma análise da escrita íntima de mulheres no papel e no digital*. Monografia. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2007. p.25.

<sup>80</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu* no.38 Campinas Jan./June 2012.

<sup>81</sup> ZIRPOLI, Ilzia M. *Dos textos que elas tecem: formas femininas de escrita contemporânea*. – Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. 2007. p.69.

de escrita permitiu que as mulheres rompessem o silêncio ao qual eram submetidas, que falassem de si, apesar de que tais avanços ainda estavam restritos ao espaço doméstico. Michelle Nascimento afirma; “até então, o sujeito feminino era conhecido, apenas, a partir do imaginário masculino, pelo qual era representado, através de discursos que o definiam, e instituíam regras do que as mulheres deviam dizer ou fazer e como deveriam ser”<sup>82</sup>. Desse modo, ao terem acesso às escritas privadas e íntimas, elas puderam, além de se comunicarem e de guardarem suas memórias, olharem para si mesmas.

No Brasil, ainda que a capacidade intelectual de muitas mulheres fosse indiscutível, haviam inúmeras questões de poder que produziam o pensamento “de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, e, portanto, sua forma de pensar e de escrever também o seria”<sup>83</sup>. Contudo, em meados do século XVIII, em meio às dificuldades enfrentadas, as mulheres começaram a publicar seus livros em nosso país.

As mulheres brasileiras que tiveram acesso à alfabetização tentaram refletir sobre a própria vida, rompendo o silêncio sobre o mundo. Famílias, confessores e educadores estimularam a anotação dos acontecimentos mais importantes do dia, através de diários íntimos e troca de correspondências entre amigas, num projeto de educação dos sentimentos.<sup>84</sup> No entanto, outras mulheres produziam uma escrita que rompia com este projeto:

Nesse período, professoras escreviam romances e poemas, publicavam em jornais e revistas, participavam das campanhas abolicionistas e republicanas. Em prosa e verso, elas expressaram seus sonhos, reclamaram seus direitos, ingressaram em escolas, fundaram associações, assinaram manifestos (Telles, 1997). Na imprensa, defenderam a elevação cultural da população e das mulheres, reivindicaram igualdade de direitos,

---

<sup>82</sup> NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. A escrita autobiográfica: letra e memória feminina em Florbela Espanca. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, out. /dez. 2013.p. 495.

<sup>83</sup> CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória. *Cadernos da FaEL*, Universidade Iguazu. Volume 3, nº. 8, Mai. /Ago. de 2010,p.1.

<sup>84</sup> MIGNOT, Ana Chrystina, BASTOS, Maria Helena, CUNHA, Maria Teresa (orgs). Tecendo educação, história, escrita autobiográfica. In : (orgs) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres. 200. p. 20.

melhores níveis educacionais, reconhecimento de profissões, reforma da legislação matrimonial, direto ao voto e elegibilidade.<sup>85</sup>

Em 1832, no Brasil, a escritora Nísia Floresta publicou o livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, tradução livre da obra da inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), *Vindiations for the rights of Woman*, publicado em 1792. Este livro suportava-se na escrita para reivindicar direitos iguais e educação para as mulheres, e fazia parte do conjunto de publicações de mulheres em busca da emancipação.

Há muito tempo, a escrita, pessoal ou não, serviu como uma aliada para a expressão das lutas femininas. Na segunda metade do século XIX, a primeira onda do feminismo tornou-se muito importante por difundir a escrita das mulheres no Brasil. As mulheres começam a publicar mais intensamente, nessa época, sobretudo com o surgimento de uma imprensa feminina “onde circulavam jornais e revistas voltados para os seus interesses; por meio de artigos, contos, poemas e crônicas, era retratada a vida das mulheres burguesas em seu espaço doméstico, privado e familiar”<sup>86</sup>. Embora poucos, também publicavam-se periódicos que buscavam difundir um outro olhar para as mulheres:

Muitos jornais foram criados por mulheres conhecidas pelas ideias avançadas para época, como Francisca Senhorinha Mota Diniz, que fundou a publicação *Sexo Feminino*, em 1873. Senhorinha considerava as mulheres mais capacitadas para as atividades acadêmicas do que os homens, por elas serem mais pacientes. Outra dona de jornal notável foi Josefina Álvares de Azevedo. Em 1888, ela fundou o periódico *A Família*. Josefina acreditava se tratar de um absurdo o fato de o homem ser reconhecido como a autoridade familiar. Além disso, era também favorável ao voto feminino e à elegibilidade da mulher, numa época em que o Brasil ainda era governado pela Monarquia<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, p 20.

<sup>86</sup> CASTANHEIRA, Cláudia. *Op. cit.*, p.3.

<sup>87</sup> TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas, Escrituras*. In. DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p.58

No entanto, vale destacar, que mesmo tendo ocorrido poucas mudanças na vida social da mulher no século XIX, o conteúdo expresso em revistas femininas publicadas na segunda metade deste século foi de grande relevância:

Os escritos atestam que muitas mulheres possuíam uma consciência política bastante esclarecida acerca das desigualdades sociais, raciais e sexuais. Os artigos veiculados pelos jornais femininos não raro incluíam, ao lado de contos, poemas, receitas e artigos de beleza, matéria política e filosófica.<sup>88</sup>

Essas mulheres, ao tomarem posse da linguagem escrita, estavam agindo de forma política e ideológica. No entanto, de modo geral, no final do século XIX os primeiros registros da escrita memorialística de mulheres brasileiras tinham como pretensão intrínseca e central disseminar exemplos de moral e virtude da “boa mulher”.

Lilian Maria Lacerda, em pesquisa sobre trajetórias de mulheres leitoras no Brasil, cujas histórias de vida foram registradas e publicadas em livros, realizou um extenso levantamento que permitiu localizar e analisar apenas noventa títulos de cunho autobiográfico assinados por mulheres, distribuídos irregularmente entre 1893 e 1998.

Levando em conta o contexto editorial do Brasil em cada período, sua análise revela, “uma história social marcada por descontinuidades entre os processos de escritura da memória feminina e os processos de divulgação, em função da censura social à mulher e das condições do próprio comércio livreiro e editorial brasileiro”.<sup>89</sup>

Em se tratando especificamente das obras produzidas nos oitocentos e no início dos novecentos, o intervalo temporal entre os períodos da escrita autobiográfica e o da sua editoração mostrava-se bastante significativo para grande parte das obras analisadas pela autora. Seria somente na década de sessenta, e mais intensamente a partir da década setenta do século XX, que este lapso entre escrever e publicar apresenta uma retração.

---

<sup>88</sup>CASTANHEIRA, Cláudia. Op. cit., p.3-4.

<sup>89</sup> LACERDA, Lilian Maria. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. MIGNOT, Ana Chrystina V., BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs). Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 81.



## O boom da produção memorialísticas das mulheres.

Nos anos 1960, já há um número maior da divulgação dos escritos memorialísticos produzidos por mulheres no Brasil. Como por exemplo, em 1960 Maria Carolina de Jesus publica *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, em seguida no ano de 1961 *Casa de Alvenaria* e em 1986 *Diário de Bitita*, que compõe a trilogia biográfica da “catadora de papéis”, que com sua escrita autobiográfica resistiu “apesar e para além dos mecanismos de exclusão e de dominação”<sup>90</sup>, ao qual as mulheres eram submetidas. Adelaide Carraro (1926-1992) lança em 1963 um livro escrito em primeira pessoa e considerado por muitos pesquisadores como autobiográfico, intitulado *Eu e o governador*, fazendo uso público de sua escrita. A poesia autobiográfica também adquire terreno neste contexto, Ana Lins dos Guimarães Peixoto, conhecida como Cora Coralina (1890-1985) publicou em 1965 *Poema dos becos de Góias e estórias mais*. Dele seguiram-se reedições da obra e, também, novos lançamentos de cunho biográfico, como *O vintém de cobre, as confissões de Aninha*, de 1982. A literatura, e neste caso o gênero autobiográfico, proporcionou às mulheres de diferentes origens e grupos sociais manifestarem seus discursos, mesmo que discordantes, mas que “reatualizavam discussões que revelam as fissuras sociais, os desacordos culturais, as intolerâncias quanto às relações de gênero e às relações raciais, escamoteadas pelo século precedente”<sup>91</sup>.

A partir da década de 1970, tanto no Brasil como em outros países, houve um considerável aumento do número de publicações no mercado editorial de livros com caráter autobiográfico e biográfico. A contracultura, as lutas das minorias étnicas, as guerrilhas latino-americanas, assim como a Ditadura civil militar instaurada no Brasil, trouxeram à tona novos problemas e novos questionamentos de antigas relações no centro do debate, “o resgate de uma subjetividade há muito perdida ou sufocada pelas ideologias massificantes”<sup>92</sup>. Neste cenário, a escrita memorialista feminina ganhou sentindo de recuperação e reconstrução de uma identidade<sup>93</sup>, passando a ser mais publicada nesta década, que vale mencionar, coincide com a explosão do movimento

---

<sup>90</sup> LACERDA, Lilian Maria. Paisagem sobre a memória feminina e literária. *Latitudes*, Universidade do Alagoas. n. 14, maio, 2002, p. 5.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>92</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles, *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileiro*. Fortaleza: Expressão, 2005.p 62.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 61.

feminista no Brasil. Segundo Raquel Thomaz de Andrade “é a partir desse momento que, pela primeira vez, a imagem da interioridade feminina elaborada por ela mesma começa a ganhar mais reconhecimento no mundo ocidental, tornando-se mais possível que as autorrepresentações do íntimo das mulheres encontrassem o olhar público”.<sup>94</sup>

É comum atribuir a publicização de memórias e autobiografias de mulheres aos movimentos feministas que se deflagraram entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil. De fato, o aumento do número de livros memorialísticos escritos por mulheres na época é considerável. Mas, muitas vezes, essas publicações não representavam uma autora preocupada com a sua condição como mulher, muito menos com questões relacionadas às lutas feministas.<sup>95</sup>

Conforme relata Maria José Motta Viana, havia uma diversidade de memórias sendo publicadas neste contexto, onde era possível encontrar aquelas que buscavam, ainda que timidamente, questionar o lugar da mulher no mundo, como também haviam outras que justamente reforçavam a imagem fundamentada na tradicional identidade feminina.

Os estilos de escrita são os mais variados possíveis, o que interessava era tomar posse da palavra e utilizar a liberdade, que estava sendo aos poucos conquistada. Muito embora o movimento feminista tenha ajudado a impulsionar o *boom* editorial de memórias de mulheres, outros fatores também colaboraram: “as décadas em questão assistiram ao crescimento e à consolidação da classe média brasileira. As autobiografias, além de um veículo para manifestação do “eu” e dos pensamentos das autoras, eram também um novo objeto de consumo a ser explorado na época”.<sup>96</sup>

A censura imposta pela ditadura militar, de certa maneira, contribuiu para a publicação dessas escritas, já que as memórias de mulheres não eram vetadas porque aos olhos dos censores elas não pareciam ameaçar a ordem vigente, nem tampouco a segurança nacional. Isto reforçava a subestimação pela qual as mulheres passavam, não sendo vistas como agentes capazes de transformação social.

---

<sup>94</sup> ANDRADE, Raquel Thomaz. Op. cit., p.38.

<sup>95</sup> Ibidem, p.42.

<sup>96</sup> Ibidem,43.

No entanto, com a atuação do movimento feminista, a relação entre indivíduo e sociedade foi repensada, e, com ela, os comportamentos e condutas tradicionalmente esperados das mulheres, como os de boa mãe, boa esposa e dona de casa, foram fortemente questionados.

A autobiografia, lembra Margareth Rago, é um gênero literário com uma tradição masculina. Assim, no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, ocorre o chamado *boom* de livros autobiográficos sobre as experiências de militâncias e resistência à ditadura militar, como são os casos de *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis<sup>97</sup>, *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós<sup>98</sup>; *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira<sup>99</sup>. Além desses títulos, diversos outros foram publicados nesses anos e nos anos seguintes, ainda durante a Ditadura brasileira.

Ao analisarmos a grande maioria das produções, especialmente entre os livros de memória dos militantes das esquerdas revolucionárias, os autores são os homens, sendo os militantes que escrevem. Os homens narram suas próprias experiências e igualmente a de outros. Já no caso das mulheres, muitas vezes, elas próprias não contam sua trajetória e, se é feita, são outros autores que o fazem, afirma Julia Reis Insuela<sup>100</sup>. Tal ausência da escrita de mulheres caracteriza uma questão de gênero, fruto das relações de poder, que, neste caso, conduzem as escritas de autobiografias serem feitas por homens, para homens e sobre homens.

O processo de exclusão das mulheres das narrativas históricas determinou tanto a escassez de obras femininas, em comparação com as masculinas, como também sua falta de transmissão. Nunca é demais enfatizar como é importante a transmissão de um legado para a geração seguinte. Assim trata-se não só de descobrir o passado, mas também da descoberta de novas formas de relacionar-se com ele e de transmiti-lo.<sup>101</sup>

Margareth Rago, explora muito bem esta questão da invisibilidade das mulheres nas escritas autobiográficas e biográficas em seu livro denominado *A aventura de contar-se*. Citando Phillipe Artières, a autora

---

<sup>97</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo, Global. 1980

<sup>98</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa Omega. 1977.

<sup>99</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo, Companhia das Letras. 2ª ed, 2001.

<sup>100</sup> INSUELA, Julia Bianchi Reis. Op. cit., p. 127.

<sup>101</sup> TELLES, 2007, p.2 APUD RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p. 51.

discorre que “ escrever é inscrever-se, é fazer existir publicamente, o que no caso das mulheres assume uma grande importância, já que o anonimato caracterizou a condição feminina até algumas décadas atrás”.<sup>102</sup>

Nos últimos trinta anos houve um aumento na produção biográfica escrita por mulheres, ainda que sejam raras as autobiografias de mulheres transgressoras, “sejam elas politicamente engajadas em movimentos sociais, sejam as que se rebelam de outros modos contra os códigos normativos hegemônicos, especialmente no Brasil”. Há de se corroborar com Rago, quando reafirma que encontramos em bibliotecas, livrarias e arquivos, biografias e autobiografias masculinas em um número por vezes superior em relação aos escritos por mulheres, e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista. Neste contexto, é possível perceber, mais adiante neste capítulo, o momento em que apenas uma, das cinco autobiografias escritas por mulheres analisadas neste trabalho, assume a perspectiva feminista em sua narrativa.

Danielle Tega, em sua tese de doutorado intitulada *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*, mostra em seu trabalho, que mesmo em um menor número em relação aos escritos por homens, há uma produção autobiográfica e biográfica escrita por mulheres que, embora não seja conhecida, nem tão pouco reconhecida, merece ser destacada. É coerente afirmar que muitas pesquisadoras foram felizmente agraciadas com a contribuição do inventário de obras realizado por Tega, onde são listados e comentados mais de 20 títulos, no período que compreende de 1978 até 2014. Por ora, apenas serão listados os títulos das obras<sup>103</sup>, para que mais pessoas tomem conhecimento da escrita de mulheres que resistiram ao regime ditatorial.

- 1978: *Querida Família*, por Flavia Schilling<sup>104</sup>

-1980: *Querida Liberdade*, por Flavia Schilling<sup>105</sup>

*Memórias das mulheres do exílio*, obra coletiva dirigida e editada por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> ARTIÈRES, Phillipe, p.16. Apud RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p. 12.

<sup>103</sup> Para uma análise mais completa das obras ver: TEGA, Danielle. Op. cit., 2015.

<sup>104</sup> SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Editora Coojornal, 1978.

<sup>105</sup> Idem. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

<sup>106</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

-1982: *Travessia: do sonho à realidade – uma brasileira no exílio*, por Carmen Fischer<sup>107</sup>

*A revolta das vísceras*, por Mariluce Moura<sup>108</sup>.

-1988: *Tropical sol da liberdade*, por Ana Maria Machado<sup>109</sup>

- 1992: *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, por Maria Prestes<sup>110</sup>

- 1997: *Inventário do medo*, por Lara de Lemos<sup>111</sup>

- 1998: *Entremelamento: um livro de muitas vidas*, por Wilma Ary<sup>112</sup>

-2000: *Como ele veio e ficou*, por Marlene Soccas<sup>113</sup>

*Nesta terra, nesse instante*, por Marília Guimarães<sup>114</sup>

- 2002: *No corpo e na alma*, por Derlei Catarina De Luca<sup>115</sup>

-2003: *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia*, por Martha Vianna<sup>116</sup>

*Geração 60, Geração Esperança*, de Maria Lúcia Resende Garcia.<sup>117</sup>

---

<sup>107</sup> FISCHER, Carmen. *Travessia: do sonho à realidade – uma brasileira no exílio*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982.

<sup>108</sup> MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil. Uma história de paixão e morte*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

<sup>109</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>110</sup> PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

<sup>111</sup> LEMOS, Lara de. *Inventário do medo*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.

<sup>112</sup> ARY, Wilma. *Entremelamento: um livro de muitas vidas*. São Paulo: Cered, 1998.

<sup>113</sup> SOCCAS, Marlene. *Como ele veio e ficou*. Criciúma Henrigraph Editora e Gráfica, 2000.

<sup>114</sup> GUIMARÃES, Marília. *Nesta terra, nesse instante*. Rio de Janeiro: Ebendinger Ed., 2000.

<sup>115</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

<sup>116</sup> VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória – A história de Lia*, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro/São Paulo; Record, 2003.

<sup>117</sup> GARCIA, Maria Lúcia Resende. *Geração 60, Geração Esperança*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2003.

-2005: *Trauma do ovo: culpada e/ou inocente*, de Wilma Ary <sup>118</sup>

*Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*, por Iza Salles.<sup>119</sup>

*Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*, por Loreta Valadares.<sup>120</sup>

-2007: *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*, por Yara Falcon <sup>121</sup>

*Duas vozes*, por Yara Gouvêa e Danielle Birk.<sup>122</sup>

-2009: *1968 – o tempo das escolhas*, por Catarina Meloni.<sup>123</sup>

\* Incluiremos na lista elaborada por Daniela Tega uma publicação de 2010: *De pouso em pouso: em busca do repouso prometido*, por Solange Silvano Rodrigues Lima.<sup>124</sup>

- 2013: *Um gosto amargo de bala*, por Vera Gertal.<sup>125</sup>

*Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*, por Sylvia de Montarroyos.<sup>126</sup>

-2014: *Meu querido Paulo*, por Marlene Soccas.<sup>127</sup>

<sup>118</sup> ARY, Wilma. *Trauma do ovo: ou culpada e/ou inocente*. São Paulo: Editora Sol, 2005.

<sup>119</sup> SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

<sup>120</sup> VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005

<sup>121</sup> FALCON, Yara. *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*. Maceió: Livro Rápido, 2007.

<sup>122</sup> GOUVÊA, Yara; BIRK, Danielle. *Duas vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.

<sup>123</sup> MELONI, Catarina. *1968 – o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

<sup>124</sup> LIMA, Solange S. R. *De pouso em pouso em busca do repouso prometido*. Salvador: Mosteiro de São Bento, 2010.

<sup>125</sup> GERTEL, Vera. *Um gosto amargo de bala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>126</sup> MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*. Recife: Cepe Editora, 2013.

<sup>127</sup> SOCCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Edição do Autor, 2014.

Tal levantamento revela que grande parte dos livros escritos por essas ex-militantes não foram publicados por “editoras de renome; ao contrário, há casos em que as autoras pagaram integralmente pela impressão de seus textos para poder divulgá-los. Alguns destes livros tiveram uma circulação restrita, todavia, mesmo estando à margem, foram escritos e publicados”.<sup>128</sup> O que reforça o rompimento com estereótipo de gênero que relegava as mulheres ao mundo do íntimo, logo, do privado

Justamente pelo fato de terem sido escritos e publicados por mulheres que desejam que suas histórias de resistência à ditadura militar não sejam esquecidas, que utilizaremos como fonte de análise para este trabalho os seguintes livros autobiográficos; *1968 – o tempo das escolhas*, de Catarina Meloni, *De pouso em pouso: em busca do repouso prometido*, de Solange Silvano Rodrigues Lima, *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*, de Loreta Valadares, *Geração 60, Geração Esperança*, de Maria Lúcia Resende Garcia e *No corpo e na alma* de Derlei Catarina de Luca.

Vale mencionar que, para a seleção dos livros autobiográficos, foram utilizados como critério que todas as ex-militantes tivessem participado da mesma organização de esquerda, neste caso a Ação Popular. Adotamos este critério por acreditarmos que, desse modo, poderemos conhecer melhor a relação entre militante e organização através das especificidades da estrutura da Ação Popular. Consideramos que conectar tais narrativas torna-se primordial, já que cada uma delas, com sua própria escrita, oferece em suas autobiografias, aspectos que foram silenciados ou esquecidos por outras narrativas. Explicita-se, portanto, interesse em analisar o conteúdo dessas lembranças e as atitudes frente ao mundo, reveladas nessa escrita autobiográfica.

Observamos na escrita de si dessas mulheres, especialmente nos anos pós ditadura, que o testemunho, até então apenas autobiográfico, agora desenrola-se como testemunho de uma geração. Verifica-se uma inversão, pois a memória não é mais um dispositivo a serviço da conservação dos valores de classe, pelo contrário, funciona como testemunho, como legado de uma geração que precisamente teve um projeto de mudança de valores.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> TEGA, Danielle. Op. cit., 2015.

<sup>129</sup> KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino americana contemporânea*. Orientador: Ítalo Moriconi. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras. 2006. p.39.

Como vimos na introdução, diferentes fatores estimularam a elaboração destas narrativas de si. Um desses fatores, foi que Ângela de Castro Gomes chamou de "boom de publicações de caráter biográfico e autobiográfico"<sup>130</sup>, quando a partir de 1994 houve um maior interesse por parte de leitores e editoras por publicações de caráter testemunhal. Outro fator, foi a formação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso em 2001. O objetivo era promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticados entre 1947 e 1988, proporcionando, quando pertinente, um ressarcimento econômico, do mesmo modo que previu direitos como a declaração de anistiado político, a contagem do tempo e a continuação de curso superior interrompido ou reconhecimento de diploma obtido no exterior<sup>131</sup>. É importante destacar que, apesar dessas e de outras importantes iniciativas institucionais, foram os familiares e militantes da resistência política, organizados em grupos como o *Tortura Nunca Mais*, que constituíram a principal e quase a única força a manter viva a memória do período repressivo,

Fazendo-o através de denúncias com nomes de torturadores, publicações que contam as histórias de horror do período, pressões políticas no plano institucional pela busca dos restos mortais dos desaparecidos, e aguerrida luta pelo reconhecimento público das narrativas sufocadas e do papel cívico da resistência ao arbítrio<sup>132</sup>.

Com a ascensão de governos de esquerda em 2003, e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, as políticas de reparação passaram a reivindicar o direito à verdade, saindo da contrapartida econômica. Com um trabalho originalmente focado exclusivamente na reparação, a Comissão teve suas atribuições ampliadas por portaria ministerial em 2008, passando a igualmente promover dois projetos de memória.

---

<sup>130</sup> GOMES, Angela Maria Castro. Op. cit., p. 12.

<sup>131</sup> FILHO, José Carlos Moreira. Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade In: SANTOS, Boaventura Souza. (orgs) *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 27.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p.216.



Primeiramente, passou a levar os julgamentos dos pedidos de anistia ao local onde ocorreram às perseguições, processo este denominado de “Caravanas da Anistia”. Em segundo lugar, passou a trabalhar o acervo de requerimentos, composto por mais de 65 mil dossiês que relataram, de forma documentada, o funcionamento do aparato repressivo no Brasil<sup>133</sup>. Percebemos que este cenário proporcionou um ambiente favorável para o crescimento de publicações autobiográficas e biográficas, daqueles que militaram na resistência à ditadura e que buscam denunciar as violências, assim como, reclamar por justiça.

Como será visto, estas memórias foram escritas e publicadas, em média, trinta anos após terem sido vivenciadas, “o que e nos permite considerar o texto memorialístico autobiográfico como uma prática de escrita que pode ser considerada como “um dos meios para alcançar não só o tempo que passa, mas também uma representação estável de si”<sup>134</sup>.

No ano de 2002, Derlei Catarina de Luca publica seu livro autobiográfico intitulado *No corpo e na alma*. São 325 páginas de uma narrativa emocionante, escrita em primeira pessoa. No primeiro capítulo, *A clandestinidade*, a autora narra o início de sua militância quando ainda era estudante e dirigente do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, e passa sua primeira noite na clandestinidade no ano de 1968. Poucos dias depois, no dia 5 de dezembro de 1968, sofre uma prisão pela primeira vez, ainda em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Na obra, há relatos de como foi o primeiro batizado de seu nome “frio” Leila, e de toda a euforia que aquele momento de ser “outra” pessoa representava.

A narrativa assume um tom dramático quando Derlei nos relata sua angústia ao ver seu sonho de um mundo mais justo e melhor longe de ser alcançado: “deixei profissão, faculdade, vida legal, futuro, sonhos, energias, entreguei meu entusiasmo, minha juventude. Perdi o marido, abandonei meu filho, perdi tudo pra ver a AP desintegra-se desta maneira?”.<sup>135</sup> Ao longo de 15 capítulos Derlei narra toda sua experiência como militante da Ação Popular, suas prisões, as torturas que sofreu, que são ao nosso ver, um dos pontos altos de sua narrativa, onde relata: “a aplicação do pau de arara é acompanhada de choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos e língua. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada”<sup>136</sup>. A clandestinidade, maternidade, exílio e sua volta ao

---

<sup>133</sup> Ibidem. p.216-217.

<sup>134</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Op. cit., 2010.p. 115.

<sup>135</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p.268.

<sup>136</sup> Ibidem, p.84.

Brasil em 1979, também são temas abordados no livro. Que conta também com poemas, documentos oficiais da Polícia política, documentos internos da Ação Popular, trechos de diários, tudo isso mescla-se às denúncias de repressão e violência cometidas pela ditadura. A própria capa do livro é um documento oficial do Serviço de Segurança Nacional.

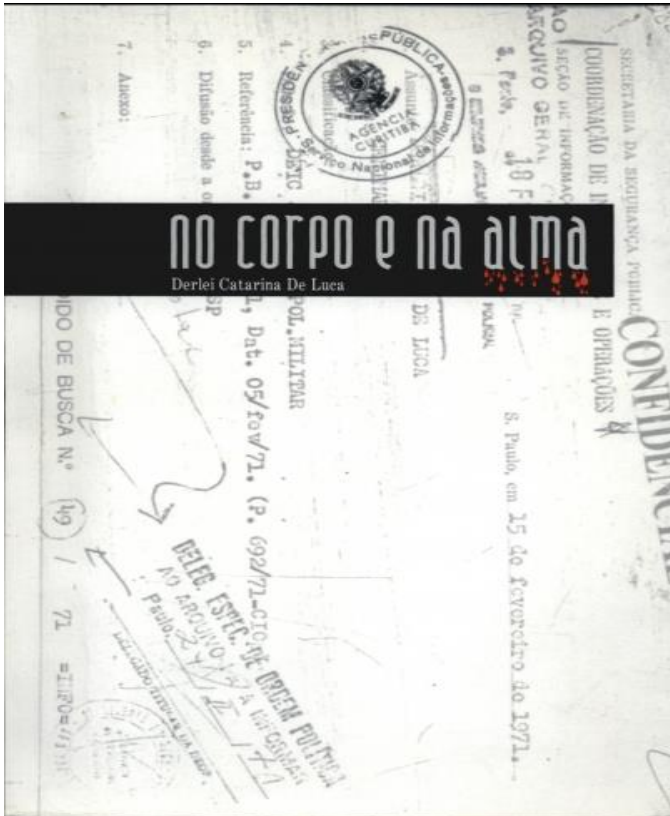


Figura 1: Capa do livro *No corpo e na alma*.  
(Derlei Catarina de Luca, 2002)

Como a maioria das pessoas que escrevem suas autobiografias, Maria Lúcia Resende Garcia, optou em *Geração 60, Geração Esperança* seu livro publicado em 2003, por registrar, em primeiro lugar, as memórias

da infância. Rememora o tempo em que viveu em Oliveira, sua cidade natal, revelando que só tem boas lembranças da infância, “ como nas recordações estão as coisas simples, como o pudim vendido pelo Seu Orozinho, o da carrocinha, que ficava nas proximidades do hotel”<sup>137</sup>. A religião era algo muito forte em sua família, porém, muito na perspectiva de um deus punitivo. No entanto, a autora revela que essa ligação com a religião a influenciou muito a entrar, em 1963, na União Estudantil Católica, onde chegou a assumir a presidência, em 1965.

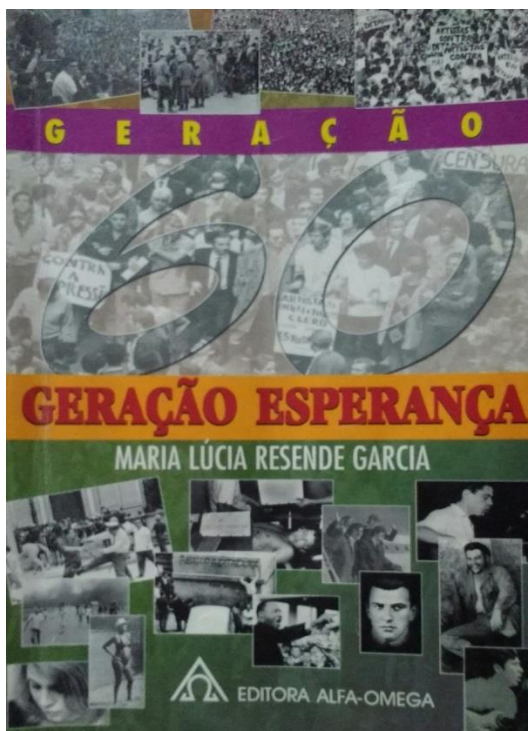


Figura 2: Capa do livro *Geração 60, Geração Esperança*. (Maria Lúcia Resende, 2003).

Escrito em primeira pessoa, o livro contém 117 páginas, divididas em 12 capítulos que relatam registros produzidos desde a infância até a promulgação da Anistia. Ainda que seja possível verificar passagens intensas na autobiografia, a escrita de Maria Lucia é dotada de fluidez e

<sup>137</sup> GARCIA, Maria Lúcia Resende. Op. cit., p.25.

leveza, mesmo quando nos sensibiliza com o episódio que envolve a separação de seu filho; “diante da situação que se agrava, levei Zé Renato para Estiva com os avós, foi a primeira separação e foi muito difícil, pois também tinha medo que a repressão o descobrisse em Minas e pudesse usá-lo para nos encontrar. Pelo vidro traseiro do fusca, suas lágrimas brotavam, e muito mais as minhas”<sup>138</sup>. Como o título do livro e a capa com imagens de Che Guevarra, Martin Luther King, Edson Luis Lima de Souto, ícones e mártires dessa geração, mesmo sugerem, foi nas palavras da autora que estas características ganharam forma, definindo aquela geração como a que “acreditou ser especial, pelo que viveu, lutou, criou, chorou, sofreu, morreu e que continua lutando por uma sociedade mais justa e mais igualitária”.<sup>139</sup>

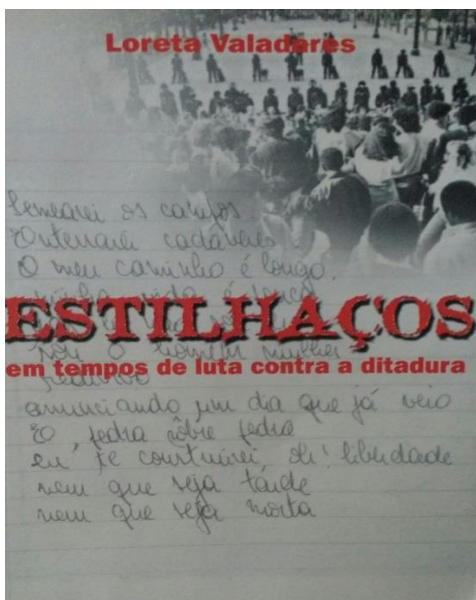


Figura 3: Capa do livro *Estilhaços em tempos de luta contra ditadura*. (Loreta Valadares, 2005)

Repleto de fotografias, homenagens, documentos pessoais e poesias, *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura* de Loreta Valadares, foi

<sup>138</sup> Ibidem, p.27

<sup>139</sup> Ibidem, p.16

uma obra póstuma, publicada no ano de 2005. A autora inicia sua narrativa seguindo a mesma estrutura do livro anterior, percorrendo períodos como infância, entrada na universidade, ingresso na Ação Popular, clandestinidade, prisão, tortura, exílio e retorno ao Brasil. Loreta reafirma seu lugar como feminista ao longo de toda sua autobiografia, tornando evidente seu olhar distinto para o mundo, refletido em sua escrita. Seu livro, que tem 303 páginas, divididas em 13 capítulos, traz ao fim de quase todos os capítulos, um subitem intitulado “Olhos de mulher”, onde ela repensa tudo que viveu durante a ditadura sob a perspectiva de gênero, destacando o machismo nas organizações de esquerda, as especificidades da tortura à mulher, bem como as dificuldades de ser mulher em uma sociedade patriarcal. Sob a tortura psicológica, a autora revela: “no meio da roda, Portela [torturador] abre uma mala cheia de objetos, puxa alguma coisa e joga-lhe na cara. Ela reconheceu logo: são suas calcinhas, tiradas da gaveta do armário de seu quarto! Continua a tentativa de humilhação por ser mulher”<sup>140</sup>. Neste sentido, Loreta constrói sua narrativa mostrando aos poucos o despertar da consciência da opressão de gênero, como ela mesma afirma.

A narrativa assume duas linguagens para rememorar suas origens, formação, vida íntima e fala na primeira pessoa, já quando se trata de “sentimentos durante a tortura, para citar outras pessoas que contracenam comigo, tomo a liberdade de falar em terceira pessoa, uma distância poética”<sup>141</sup>. Companheiro de Loreta, Carlos Melgaço Valadares explica no livro que esta é uma publicação póstuma, já que Loreta faleceu no pós-operatório, quando realizava um transplante cardíaco um mês antes do livro ser publicado. É revelado em sua autobiografia, que devido as sequelas da tortura acabou adquirindo severos problemas cardíacos.

Os anos do segundo governo Lula (2007-2010) estimularam ainda mais a publicação das escritas de si de ex-militantes. Esses anos caracterizaram-se por uma intensa agitação com o lançamento do livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* no ano de 2007 e do debate sobre “limites e possibilidades para a responsabilização jurídica dos agentes violadores dos direitos humanos durante o estado de exceção no Brasil”<sup>142</sup>, promovido em 31 de julho de 2008 pelo Ministério da Justiça. Assim como também se caracterizaram por uma intensa ampliação na concepção e na escala das políticas reparatórias, que adquiriam dimensões morais e coletivas, antes pouco exploradas.

---

<sup>140</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p. 78.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>142</sup> FILHO, José Carlos Moreira. Op. cit., p.216.

Percebemos que houve, durante este segundo mandato, uma drástica mudança na concepção da anistia como política de esquecimento. Ao exigir a verificação e comprovação da perseguição política sofrida, a lei de anistia acaba suscitando a apresentação de documentos e narrativas que trazem do esquecimento os fatos que haviam sido desprezados pela anistia de 1979. Passa a ser condição para a anistia a comprovação e detalhamento das violências sofridas pelos perseguidos políticos.

Neste contexto, mais uma vez houve um grande aumento no número de publicações de livros autobiográficos, já que estes revelam detalhes de histórias de vida dos ex-militantes, trazendo fotos e documentos oficiais, como vimos, construindo uma narrativa em que o sujeito se constitui a partir de suas lembranças. De certo modo, tal exigência de verificação e comprovação da perseguição política, acaba abrindo espaço para que narrativas marginalizadas passem a ser de conhecimento público e conquistem a possibilidade de uma visibilidade que até então era nula.

Neste contexto, Catarina Meloni publica em 2009, *1968 o tempo das escolhas*, seu livro autobiográfico, escrito em primeira pessoa, com 136 páginas divididas em 51 capítulos. Ao contrário dos outros livros autobiográficos que vimos até aqui, a narrativa de Catarina não obedece uma estrutura fixa, de sequências cronológicas dos fatos, pois não há linearidade em sua narrativa. A autora inicia seu texto com uma reflexão do que era ser jovem em 1968: “os jovens ali envolvidos empenharam tudo de si. Foi um ato de entrega momentânea e apaixonada. Com olhos postos no futuro, caminhamos de mãos dadas, coração batendo na boca. Iamos criar um novo país, com justiça social e liberdade”<sup>143</sup>. É com tal entusiasmo, de quem tem o desejo de mudar o mundo, que perpassa toda a narrativa de Catarina. No entanto, este entusiasmo muitas vezes dá lugar ao medo, e a autora repete por diversas vezes esta palavra, e não só para se referir ao medo que ela sentia, mas também ao medo que a sociedade tinha dos “comunistas”. Em seu relato percebemos com facilidade a autocrítica, tão comum entre os membros de organizações de esquerda. Em várias passagens a autora deixa claro que muitas atitudes tomadas foram precipitadas, devido, principalmente, à imaturidade dos jovens: “fomos jogados na clandestinidade pela perseguição que sofremos, pela intransigência do regime e pela nossa imaturidade”<sup>144</sup>.

Meloni, fala do início de sua militância no movimento estudantil e consequente entrada na Ação Popular, sobre maternidade,

---

<sup>143</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p.13.

<sup>144</sup> Ibidem, p.30.

clandestinidade, prisão e exílio, porém, nada revela sobre a possível tortura sofrida. E, diferentemente dos outros livros, este não apresenta fotos, documentos, nem nenhum outro tipo de anexo.

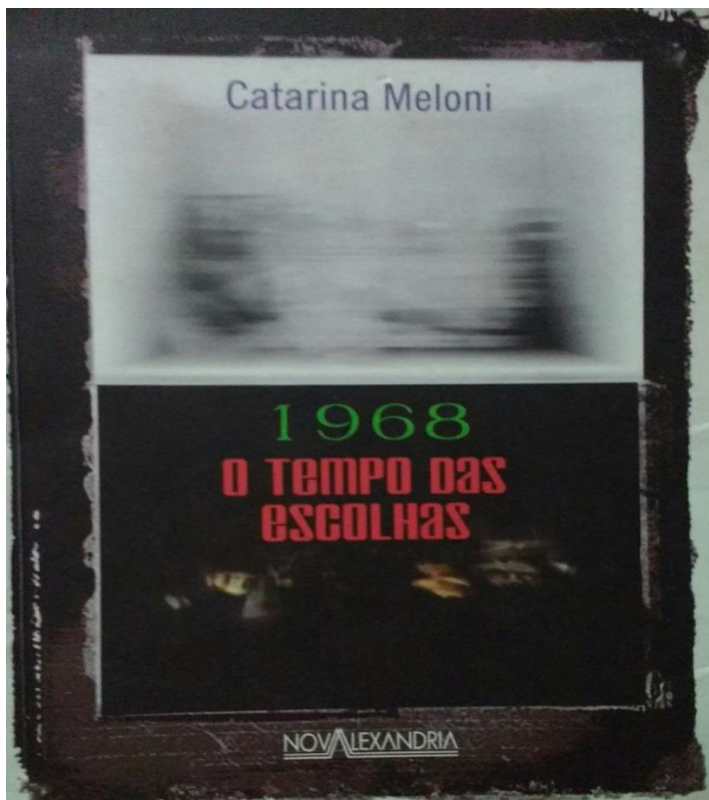


Figura 4: capa do livro 1968 o tempo de escolhas (Catarina Meloni, 2009)

O quinto e último livro utilizado neste trabalho é *De pouso em pouso em busca do repouso prometido*, publicado em 2010 por Solange Silvany Rodrigues Lima. Atualmente, Solange é oblata no Mosteiro São Bento em Salvador, logo, sua escrita é repleta de referências religiosas, a começar pela capa do livro, que ilustra mãos unidas segurando um crucifixo. Passagens bíblicas dão abertura a todos os 46 capítulos ao longo de 272 páginas, de uma narrativa em primeira pessoa, que apresenta suas memórias de militância alternadas com reflexões religiosas. O desejo de

Solange era o de conhecer a igreja Católica e a doutrina cristã, e o ingresso na Juventude Universitária Católica foi consequência deste antigo ímpeto. Sua autobiografia se diferencia das outras obras citadas, principalmente, porque apesar de Solange ter sido militante da Juventude Universitária Católica e posteriormente da Ação Popular, a narrativa que ela constrói sobre sua militância está, na grande maioria das vezes, em segundo plano. Esposa de Haroldo Lima, um dos fundadores da Ação Popular, Solange rememora sua caminhada na resistência à ditadura, à luz dos feitos do marido.



Figura 5: capa do livro *De pauso em pauso em busca do repouso prometido*  
(Solange S. R. Lima, 2010)

Como dissemos, sua escrita está intrinsecamente relacionada ao seu marido e à figura de Deus, assim como sua militância esteve. É possível fazer esta clara análise nas seguintes passagens: “que o espírito santo me ilumine, então, a fim de que, nas palavras saídas da minha pena, a verdade e o amor se encontrem. Que as Santas Teresas e Edith Stein, S. Bento, Santa Escolástica e todos os santos do céu e da terra comunguem comigo



nesta travessia cuja barca eclesial navegamos”<sup>145</sup> e: “ preciso apenas testemunhar o que vivi, de acordo com as lembranças que vão acordando, corrigidas aqui e ali por Haroldo, companheiro de jornada”<sup>146</sup>. Relatos sobre a sua clandestinidade, prisão, maternidade também compõem esta obra.

Na reflexão sobre si mesma e o passado, Loreta, Maria Lúcia, Derlei, Catarina e Solange estão construindo as narrativas de suas próprias histórias, recordando personagens familiares e pessoas de seu convívio à lembrança de fatos, lugares e objetos, no entanto, jamais vividas de maneira linear. Por isso, como bem coloca Pierre Bourdieu, quando trabalhamos com biografias e autobiografias, devemos estar atentos para não cair na *Ilusão biográfica* – a ilusão de uma linearidade e coerência na vida do indivíduo. Podemos perceber que, embora algumas das autobiografias aqui estudadas tenham suas narrativas construídas rememorando em ordem cronológica as etapas da vida de uma pessoa – infância, adolescência, vida adulta –, ainda é possível observar que tais narrativas evidenciam de forma clara como a trajetória de um indivíduo varia no decorrer do tempo. Solange deixa evidencia tal observação no seguinte trecho:

No desarquivamento da memória destas histórias, vou resgatando fatos que ocorreram em momentos anteriores ao desenrolar destes últimos acontecimentos, aqui expostos. Acho importante registrá-los, todavia, mesmo de forma desordenada.<sup>147</sup>

Cabe também endossar as reflexões de Pierre Bourdieu, considerando que as dimensões entre o que o indivíduo viveu, suas experiências e a relação com a sociedade, são questões latentes na narrativa autobiográfica, na vontade de tornar pública suas experiências<sup>148</sup>, tornando, como no caso das ex- militantes até então apresentadas, uma escrita também de resistência. E como escreveu Marina Maluf,

---

<sup>145</sup> LIMA, Solange S. R. Op. cit., p.26.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>147</sup> Ibidem, p.164.

<sup>148</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006, p. 182.

[...] o ato pessoal de pensar o passado – de contar uma vida – está enganchado na trama coletiva da existência social. E a memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos aos quais pertence ou pertenceu.<sup>149</sup>

Nesta relação indivíduo/sociedade, Pierre Bourdieu, destaca a importância de reconstruir o contexto que cerca o indivíduo:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.<sup>150</sup>

Segundo Bourdieu, ao trabalhar com este tipo de fonte histórica, devemos evitar a história de um sujeito deslocado do espaço social, bem como, evitar tomar as trajetórias dos indivíduos como lineares e contínuas. O auto relato pode ser tomado como um *locus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história. A autobiografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária<sup>151</sup>.

Como foi relatado, três dos cinco livros trazem anexos, característica esta específica das escritas autobiográficas e da articulação com o contexto sócio histórico vivido. Como afirma Lilian Maria de Lacerda “é

---

<sup>149</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 82.

<sup>150</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 2006, p. 190.

<sup>151</sup> CARVALHO, Isabel C. M, Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica *Horizontes Antropológicos*. vol.9 no.19 Porto Alegre. 2003, p.284.

comum entre as escritoras a utilização de documentos como fotografias, matérias jornalísticas, testamentos ou inventários de família” em suas escritas para legitimá-las como depoimento verdadeiro.

Os documentos, as cronologias, as pesquisas prévias, retratos e outros artefatos de apoio à memória auxiliam no ordenamento dos acontecimentos, na seleção das lembranças, e servem como testemunhos documentais dos conteúdos rememorados. Através da utilização da citação, da reprodução de fotografias e documentos, da repetição de fatos, festividades e acontecimentos da tradição brasileira, da exposição da realidade individual e coletiva, da preocupação em construir um testemunho verossímil e fiel à verdade vivida.<sup>152</sup>

Todavia, como nos mostra os estudos de Phellipe Artières, a seleção e a guarda desses documentos gera um “arquivamento do eu” público, no caso dos livros autobiográficos. Arquiva-se para ter a identidade reconhecida, recordar e tirar lições do passado: “Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”<sup>153</sup>. Dentro deste pensamento, afirmar-se que ao escolhermos os acontecimentos que vamos registrar, concebemos o sentido com o qual desejamos perpetuar nossa vida. “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social e à imagem íntima de si próprio, e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.<sup>154</sup>

Os documentos arquivados por nossas personagens, constituem desde poesias, cartas e fotografias, até documentos do Serviço Nacional de Informações, que ajudaram a reconstruir suas trajetórias e posteriormente foram essenciais em seus processos judiciais para pedidos de reparação, por exemplo. “De prática íntima, o arquivamento de si adquire, muitas vezes, uma função pública que sobrevive ao tempo e à morte, não como um processo de sujeição, mas como uma forma de subjetivação, como um ‘dispositivo de resistência’.”<sup>155</sup> Há de se corroborar com Margareth Rago, quando afirma que a memorização do vivido e a construção de um

---

<sup>152</sup> LACERDA, Lilian Maria. Op. cit., 2000. p. 81.

<sup>153</sup> ARTIÈRES, Phillipe. Op. cit., p. 31.

<sup>154</sup> Ibidem, p.3.

<sup>155</sup> Ibidem, p.30.

arquivo pessoal são ambos modos de subjetivar-se, pois “possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente e a criação de um espaço subjetivo próprio, como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida”.<sup>156</sup>

Um outro objetivo da escrita autobiográfica define-se como a intenção prévia de publicar as lembranças, uma vez que as memórias com intenção prévia de publicação assumem ainda mais as expressões do narrador. Nem sempre a busca pelas lembranças tem o propósito de fazer balanço, embora provoque um estado de melancolia, uma sensação de acerto de contas com a vida e possa despertar emoções<sup>157</sup>. Nas palavras de Margareth Rago, as *escritas de si* e o testemunho assumem uma “dimensão pública absolutamente necessária para a reconstrução das relações sociais no mundo democrático, sob forte ameaça de esquecimento do passado, de esgarçamento da tradição e empobrecimento da experiência.”<sup>158</sup> Publicar, especialmente a memória de ex-militantes, tem ainda outro significado importante, já que essas memórias individuais compõem uma memória coletiva, “que permite o reconhecimento e a identificação de muitas outras mulheres- e não apenas mulheres-, já que discorrem sobre um momento particularmente violento e dramático da vida política nacional”.<sup>159</sup>

### **Escrevendo palavras, compondo memórias**

Torna-se necessário perceber que o acesso às narrativas “desconhecidas” das vítimas da violência de estado, não é apenas uma questão de interesse para as instituições atuais e para a sociedade de um modo geral, mas também uma questão de justiça. Segundo José Carlos Moreira Filhos, apenas através da memória das vítimas se poderá fazer justiça a elas, daí um dever de memória. Paul Ricoeur afirma que este dever acrescenta aos trabalhos do luto e da memória a noção do imperativo, trazendo à memória a sua transformação em projeto<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana e WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.158.

<sup>157</sup> LACERDA, Lilian Maria. Op. cit., 2000. p. 97.

<sup>158</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p.75.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>160</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007. p.77.

O projeto de memória empreendido por Loreta Valadares, Catarina Meloni, Derlei Catarina de Luca, Maria Lúcia Resende e Solange S. R. Lima, foi o de visibilizar suas histórias de militâncias através da escrita autobiográfica de suas memórias. Uma das características importantes na escritura autobiográfica, são as razões que motivam o registro das memórias, sobretudo para aquelas que se dedicam a essa escrita numa idade mais avançada<sup>161</sup>. A saudade, a solidão, o desamparo e o trauma, procuram acolhimento e companhia junto à rememoração dos acontecimentos passados. Neste sentido, ao adotarmos a perspectiva memorialística, cabe a indagação de como o sujeito se recorda das suas experiências,

lo que olvida, lo que calla intencionalmente, lo que modifica, lo que inventa, (...) lo que suas ideas actuales le indican que debe ser enfatizado en función de una acción política o moral en el presente, lo que utiliza como dispositivo retórico para argumentar, para atacar o defenderse, lo que conoce por experiencia y lo conoce por los medios, que se confunde, después de un tiempo, con su experiencia etc.<sup>162</sup>

Para tanto, torna-se importante levar em consideração todos os esquecimentos e os silêncios, especialmente quando se está buscando perceber os motivos que levam uma pessoa a produzir uma escrita sobre si mesma. Nesta busca, podemos perceber que há uma infinidade de motivações, e entre elas, pode ser a vontade de conhecer o outro a partir do conhecimento de si mesmo. Ou ainda, outra motivação pode ser também em uma forma de exame de consciência, propagada pela tradição cristã da confissão, como visto anteriormente. Observamos que, no caso de nossas ex-militantes, todas elas, cada uma a sua maneira, deseja provocar reações de empatia e respeito pelas suas trajetórias singulares de lutas e superações, com a escrita de seus livros autobiográficos.

---

<sup>161</sup> LACERDA, Lilian Maria. Op. cit., 2000, p. 94.

<sup>162</sup> O que esquece, o que cala intencionalmente, o que modifica, o que inventa, (...) o que suas idéias atuais indicam que deve ser enfatizado em termos de uma política ou moral presente, o que se usa como um dispositivo retórica para argumentar, para atacar ou defender, o que conhece por experiência e pela mídia, que se confunde, depois de um tempo, com a sua experiência etc. SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 2005. p.79. (tradução nossa)

Para nossas personagens, escrever suas memórias tornou-se uma necessidade, uma forma de reconstruir as imagens do que viveram e a própria identidade. Assim como significou trazer à tona histórias que poucos conhecem, por diversos motivos, seja pela hegemonia da história tida como oficial, seja pelo ocultamento dessas narrativas pela própria esquerda. Desse modo, revela Elizabeth Ferreira, para construírem suas memórias tanto individuais como coletivas, as mulheres ex-militantes enfrentam “além da repressão de seu discurso político (tal como seus companheiros de militância), a desvalorização de seu discurso, de modo geral, pela sua posição na hierarquia de gênero”.<sup>163</sup>

Tal problemática é evidenciada na narrativa de Maria Lúcia;

Apesar de acompanhar e viver a trajetória da esquerda no Brasil, minha participação foi no movimento estudantil, em Minas Gerais, e no movimento operário em São Paulo. Entretanto, toda a bibliografia que tenho lido nos últimos tempos sobre o movimento estudantil na década de 60, noto que os fatos são contados no eixo Rio- São Paulo. Na verdade, os estudantes de Minas tiveram atuação preponderante, tanto que o primeiro Congresso da UNE- União Nacional dos Estudantes- pós- golpe militar, em 1966, realizou-se em Belo Horizonte, com eleição de José Luís Guedes, mineiro de Juiz de Fora, estudante de medicina, para presidente. Também o livro *Da JUC à AP ao PC do B*, coloca os autores Aldo Arantes e Haroldo Lima como super-heróis do partido da Ação Popular (AP), em que só eles tiveram atuação na mesma, pois não citam praticamente nada a respeito do trabalho e atuação de outros companheiros. [...] Pelas razões aqui abordadas e desejando, principalmente, deixar para os mais jovens um pouco da vivência de uma geração, que acredito ser especial, pelo que viveu, lutou, criou, chorou, sofreu, morreu e que ainda continua lutando por uma sociedade mais justa, mais igualitária em tempos tão conturbados no Brasil, decidi contar, através da minha história pessoal, que tem muita semelhança entre os jovens da geração 60, a experiência de um tempo que

---

<sup>163</sup> FERREIRA, Elizabeth. Op. cit., p. 72.

provavelmente não se repetirá mais. Após várias entrevistas dadas para teses de mestrado, doutorado, cada uma sob determinado ângulo da história, ouso, então, contar um pouco da minha vivência na luta contra a ditadura e pela volta da democracia. Acredito que outras gerações estarão participando, buscando novas conquistas, mas de outra forma, com os meios que a sociedade atual assim o permite.<sup>164</sup>

Ao tomar como objeto de estudo as memórias de sobreviventes de campos de concentração, Michel Pollak alerta para as tensões e para as disputas no processo de produção e de seleção de memórias, já que nem tudo fica registrado, nem tão pouco é lembrado<sup>165</sup>. Isto acontece porque há disputas na seleção entre quais fatos, datas e acontecimentos tornam-se oficiais para permanecerem na memória das pessoas e quais aqueles que serão esquecidos.

Como visto na citação acima, Maria Lúcia reivindica para Minas Gerais e para outras cidades a devida importância, como lugares onde houve militâncias expressivas contra a ditadura. A autora também questiona a falta de registro nas bibliografias “oficiais” de esquerda da participação de outras pessoas para além dos fundadores da Ação Popular, Haroldo Lima e Aldo Arantes. Notamos que, mesmo nas *memórias subterrâneas* de Pollak – memória dos excluídos, dos marginalizados – há inúmeras disputas políticas na constituição das memórias da resistência à ditadura brasileira. Como bem assinalou Elizabeth Ferreira, sempre há, na vida social, várias memórias em construção, conflitantes e concorrentes, e, são essas memórias que nessa disputa podem denunciar o caráter “potencialmente manipulador e opressor da memória oficial em determinados contextos”.<sup>166</sup>

O sentimento de pertencimento reivindicado por Maria Lúcia, é reforçado pela memória, como nos mostra Elizabeth Jelin;

La memoria tiene entonces un papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia y a menudo para construir mayor confianza en sí mismos

---

<sup>164</sup> GARCIA, Maria Lúcia Resende. Op. cit., p. 15.

<sup>165</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

<sup>166</sup> FERREIRA, Elizabeth. Op. cit., p. 76

(especialmente cuando se trata de grupos oprimidos, silenciados y discriminados).<sup>167</sup>

Desse modo, constatamos que as motivações para o projeto de memória de Maria Lúcia são o de buscar espaço para sujeitos e fatos, que por muito tempo foram silenciados, uma vez que o relato autobiográfico é uma construção intersubjetiva, "compartida (...) que no se puede realizar sin el auxilio de otros, tanto aquellos traídos al relato en el proceso de invocación, como aquellos con los que las narraciones propias se confrontan o se confirman"<sup>168</sup>. Ao rememorar um determinado período da sua vida pública, ela busca estabelecer uma comunicação consigo mesma e com os outros, isto, é, os que também viveram aquele período, mas principalmente, como ela afirma, com os jovens.

O relato autobiográfico permite uma ressignificação positiva do passado, uma elaboração das experiências vividas, que podem e devem ser transmitidas, e que são fundamentais para a afirmação da própria identidade no presente. Tendo isto em vista, não se pode esquecer do seu desejo de escrever para que as novas gerações de jovens tomassem conhecimento do que eles viveram. Neste sentido, concordamos com Foucault quando afirma que em seu ensaio sobre a *escrita de si*, que, pelo ato de escrever, o sujeito se modifica por sua relação com a palavra e, ao narrar-se, transforma sua relação consigo. "A escrita transforma a coisa vista ou ouvida 'em forças e em sangue.'" <sup>169</sup>

Essas mulheres surgem como agentes históricos e sociais referenciados a um dado grupo, participando de um determinado projeto coletivo. Sujeitos com biografias próprias em construção, que fizeram escolhas e sofreram suas consequências. Solange Silvany Rodrigues Lima diz que pretende também, com sua escrita, testemunhar o que viveu;

---

<sup>167</sup> A memória tem então um papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentido de pertencimento e muitas vezes para construir maior confiança em si mesmo (especialmente quando se trata de grupos oprimidos, silenciados e discriminados). JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Vinte uno de Argentina. 2001, p.98. (Tradução nossa).

<sup>168</sup> OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. *Historia, memoria e fuentes orales*. Buenos Aires: Cedinci. 2006, p.11.

<sup>169</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2000, p. 152.



Sem ambições de análise sociológica, psicológica ou relato histórico. Nada de fartas *aqui e ali por Haroldo*, companheiro de jornada. Lembranças que vão surgindo aos solavancos, muitas vezes, pela carga emocional que ainda trazem consigo. Quero ter, somente, compromisso com a verdade. A minha verdade, talvez. Menos pretenciosa assim. Cenas registradas e resgatadas, soltas, livre do antes, durante e depois. Entrelaçadas, entrecortadas pelas ressonâncias na consciência minha e de outros.<sup>170</sup>documentações. Outros o farão. Preciso apenas testemunhar o que vivi, de acordo com lembranças que vão acordando, *corrigidas*

É importante que se tenha em mente, que o relato memorialístico – neste caso as autobiografias – são construções narrativas do “visto e vivido”, como Solange e Maria Lúcia expressam nos trechos acima. A pretensão é de conhecer o que “o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”<sup>171</sup>, em relação a um fato. Beatriz Sarlo afirma que “no hay equivalencia entre el derecho de recordar y la afirmación de una verdad del recuerdo; tampoco el deber de memória obliga a aceptar esa equivalencia”<sup>172</sup>. Neste sentido, vejamos as palavras de Ângela de Castro Gomes, quando trata das escritas de si;

[...]está descartada à priori qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’ (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa.<sup>173</sup>

Retomando o trecho acima citado, de Solange Silvany, notamos que existe outro elemento cuja análise se faz necessária. Para facilitar a reflexão, será reescrita apenas uma parte do trecho: “preciso apenas testemunhar o que vivi, de acordo com lembranças que vão acordando,

---

<sup>170</sup> RODRIGUES, Solange S. R. Op. cit., p. 108. (grifo nosso).

<sup>171</sup> GOMES, Ângela Maria Castro. Op. cit., p.15.

<sup>172</sup> Não há equivalência entre o direito de recordar e a afirmação de uma verdadeira recordação; nem o dever de memória obriga a aceitar essa equivalência. SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 57. (Tradução nossa)

<sup>173</sup> GOMES, Ângela Maria Castro. Op. cit., p.15.

*corrigidas aqui e ali por Haroldo, companheiro de jornada*<sup>174</sup>. Assim como em: “ neste outro caso que vou contar [...] o protagonista foi Betinho. Após o golpe de 64, refugiou-se em uma Embaixada de qual país, *não recordamos mais, nem eu nem Haroldo*”<sup>175</sup>. Aqui, percebemos uma nítida relação de poder, já que a palavra de Solange, para ser legítima, é condicionada às correções e lembranças do marido, o mesmo problema de gênero que ocorre há séculos, e que por muito tempo impossibilitou a presença das mulheres no mundo das letras. A escrita de Solange aproxima-se muito das confissões, difundida na cultura cristã, uma vez que há uma afirmação do próprio discurso a partir de uma autoridade exterior, seja Haroldo, ou as imagens de Deus, Jesus e outros Santos:

Glórias a Ti, Deus misericordioso, clemente e compassivo. Pai, Filho e Amor ou *Ruah*, o nome hebraico e feminino do Espírito Santos. Trinta anos se passaram, desde então. Tempo de maturação, quando análises se despojam das emoções do momento, os acontecimentos se enquadram na perspectiva da distância temporal, mas sua atualidade na mente de quem os viveu não se empoeira nem perde o viço.<sup>176</sup>

Michel Foucault explica sobre um dos tipos de narrativa de si e de relação com a verdade, as quais são abordadas no presente trabalho, e que visam purificar o eu pela revelação da mais profunda interioridade diante de uma autoridade. Ainda que o autor esteja se referindo ao comportamento sexual, quando fala da profunda interioridade do sujeito, podemos tomar seu pensamento para refletir sobre a narrativa de Solange, pois sua escrita está estruturada no que se considera uma longa confissão, onde se remete a Deus, e onde há pedido de perdão e sentimento de culpa, permeados pelo intuito de escrever um relato verdadeiro. Segundo Foucault:

A ‘maquinaria da confissão’ supõe um indivíduo culpado, pecador, que desconfia ininterruptamente de si mesmo e que deve encontrar os erros e desvios

---

<sup>174</sup> RODRIGUES, Solange S. R. Op. cit., p. 108.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p.168.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 149

do seu caráter em seu comportamento sexual, para corrigir-se, isto é, para adaptar-se às normas instituídas e ao regime de verdade dominante. Além do mais, essa decodificação subjetiva deve efetuar-se diante do olhar superior, detentor das normas de verdade, capaz de auxiliá-lo na busca da salvação.<sup>177</sup>

Assim sendo, as práticas da confissão orientaram o indivíduo na produção da verdade sobre si mesmo, através do discurso com o intuito de “constituir a si mesmo como sujeito de uma verdade, como é o caso das práticas autobiográficas”<sup>178</sup>, produzindo, desta forma, uma escrita assujeitadora.

As autobiografias de mulheres dão voz a saberes assujeitados porque as perspectivas e experiências femininas até recentemente foram excluídas da história e da literatura. As narrativas autobiográficas geralmente constroem identidades multifacetadas e complexas, dinâmicas e não estáticas [...]. No entanto, a autobiografia também pode ser confessional. A autobiografia confessional reitera discursos normalizadores e ata o indivíduo a sua própria identidade. A autobiografia pode ser um exercício de sujeição, onde se produz a verdade requerida sobre si mesmo<sup>179</sup>

Como afirma Margareth Rago, a *escrita de si* impõe-se como necessidade de ressignificação do passado pessoal, mas também coletivo, de outra perspectiva, já que se inscreve em um momento dramático da história brasileira, o período da ditadura militar. Desse modo, escrever-se

---

<sup>177</sup> FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. In: *História da sexualidade I*. Tradução Maria Teresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, graal, 1982, p. 129.

<sup>178</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 23.

<sup>179</sup> McLAREN, M. *Feminism, Foucault and embodied subjectivity*. Nova York, State University of New York Press, 2002, p. 152 APUD RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p.53.

é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade.<sup>180</sup>

O anseio de Loreta Valadares, para registrar suas memórias, em muito se assemelha aos de suas colegas da Ação Popular:

Decido também, ao final [do livro], expressar algumas opiniões políticas sobre a violência do Estado, o uso da tortura como instrumento integrante da política de Estado. Porque é preciso não esquecer, manter viva a chama do repúdio a todo e qualquer tipo de opressão, a toda violência, a toda impunidade<sup>181</sup>.

É possível identificar nas palavras de Loreta, bem como nas de Maria Lúcia, o desejo de que suas militâncias no combate à ditadura não fossem esquecidas. Mantendo viva suas lembranças, estimulam outras gerações a impedir que as atrocidades cometidas pelo Estado opressor se repitam. Conforme destaca Elizabeth Jelin, “la memoria es una representación del pasado construida como conocimiento cultural compartido por generaciones sucesivas y por diversos/as otros/as. En verdad, se trata de pensar la experiencia o la memoria en su dimensión intersubjetiva, social”<sup>182</sup>.

Consideramos os livros autobiográficos, aqui estudados, como ‘lugares de memória’<sup>183</sup>, na concepção de Pierre Nora, individual e coletiva, uma vez que permitiu a elaboração das trajetórias e das experiências de Maria Lúcia, Solange, Loreta, Derlei e Catarina, cujos significados e sentidos foram produzidos, ao mesmo tempo, pela autora e pela narrativa construída em permanente diálogo e interação com outros. O reencontro com o passado se dá pelo desejo de relembrar. Para Lejeune, reescrever o passado e construir sua autobiografia, adquire um sentido político vital.<sup>184</sup>

Compreendemos que Derlei Catarina de Luca também reivindica para os militantes a voz para narrarem suas histórias;

<sup>180</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., 2013, p. 57.

<sup>181</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p.21.

<sup>182</sup> JELIN, Elizabeth. Op. cit., 2001, p.33.

<sup>183</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, dezembro. 1993.

<sup>184</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 17.

Este livro foi uma catarse, também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena.... Se não foi em vão, tantos mortos e desaparecidos, mas heróis da Pátria não morrem. Desaparecem fisicamente, vivem, no entanto, na lembrança. Só morrem se nós permitirmos que a memória nacional não se crie ou se perca. Dentro de 10 ou 20 anos nós morreremos. Quem se lembrará destes fatos se nós não colocarmos no papel? Se não assumirmos nossa história pátria, nossos erros, nossos acertos, quem o fará? Nenhum partido político pode hoje assumir a tarefa de armazenar dados, ouvir depoimentos, escrever esses acontecimentos. Os historiadores fazem análises, as universidades preservam nossos arquivos, mas os relatos têm de ser, nós, os sobreviventes, a fazê-lo.<sup>185</sup>

A escrita alimentada pelo passado é exercida quase sempre como uma catarse, e a própria autora destaca isto no trecho acima, o que acaba por criar um clima nostálgico, melancólico e saudosista sobre o que se elege como lembrança. Observamos que Catarina, assim como Derlei, também postula para os militantes/sobreviventes, a necessidade de ter posse da palavra como constituinte de suas subjetividades: “ Sinto-me com o direito à palavra, conquisto assim minha liberdade pela via da livre expressão e não fico remoendo ideias fixas.<sup>186</sup> Houve, para todas as nossas ex-militantes, o momento de parar e repensar a própria trajetória, de se perguntar, como fez Derlei, no trecho acima, se valeu a pena tudo que viveu. Há como diz Gusdorf; “a decisão de escrever sobre si que exprime um desejo de pôr em questão a existência, sob o efeito de uma necessidade íntima, de um desacordo do sujeito com a sua própria vida”<sup>187</sup>. Tal necessidade é não só de avaliar, mas sobretudo, de utilizar a escrita como um desejo de justificar suas próprias vidas.

Para Jeanne Marie Gagnebin, a memória não pode mais ser vista como um lembrar interiorizado e totalizador ou uma verdade absoluta

---

<sup>185</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p. 9.

<sup>186</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 68.

<sup>187</sup> GUSDORF, George. Apud HERVOT, Brigitte Monique. Georges Gusdorf e a autobiografia. *Lettres Françaises* . p. 97.

catalogada, mas sim, como uma interrupção do tempo, marcando fatos do passado que saltam para o presente, como uma forma de rememoração<sup>188</sup>. Essas mulheres romperam o silêncio muitas vezes traumático, ponderaram lembranças e esquecimentos ao escreverem seus livros de memórias. As narrativas, são relatos posteriores às experiências vividas. Sendo assim, tendem a demonstrar a memória como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente<sup>189</sup>. Catarina Meloni ressalta:

Ligando-nos a nós mesmos e ao nosso contexto social, a memória nos abre as portas para compreender o tempo e o espaço em que vivemos. A memória é a palavra arquivada. Quando é solta, pode promover a libertação e permitir compreender momentos essenciais das vivências humanas. 68 está em um desses momentos. Permanece na memória dos que lá estiveram, e se desdobra em múltiplos significados, mas há um que se destaca claramente dos outros: o desejo de liberdade, culminando em um processo de intensa criatividade em expressões múltiplas.<sup>190</sup>

Essas mulheres aqui estudadas, encontraram na escrita autobiográfica uma maneira criativa de expressarem sua prática política de resistência. Margareth Rago aponta que narrar o passado pessoal, que também é coletivo, assume a dimensão de uma prática política de resistência e luta para esclarecer um período histórico relativamente recente que o poder instituído quis apagar de nossa história. As autobiografias podem revelar a conexão que mantém os sujeitos com sua situação social presente, isto é, de tudo aquilo que se crê, se imagina e se projeta. Desse modo, o sujeito se concede agência pelo ato da escrita. Já que a escrita, além de ser o suporte pelo qual se compreende seu passado e a si mesmo, é também um instrumento que possibilita ao sujeito impor sua própria ordem a esse passado.

Como revelou Catarina na citação acima, a memória tem a capacidade de conectar o eu ao todo. Maurice Halbwachs, que tem vasto estudo sobre

---

<sup>188</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p.5.

<sup>189</sup> PISCITELLI, Adriana. KOFES, Suely. Memórias de "Histórias Femininas, Memórias e Experiências". *Cadernos Pagu* (8/9) 1997, p.341.

<sup>190</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p.128.

memória, afirma que a memória não é somente individual, mas também coletiva, e ambas são interdependentes, já que a pessoa rememora a partir do que existe em um todo social;

Quando um homem entra a sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo ‘ele andou só’, na linguagem corrente – mas ele esteve sozinho apenas na aparência, pois mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade.<sup>191</sup>

Logo, assim sublinhou Halbwachs, a memória autobiográfica se apoia na memória histórica, uma vez que a história de uma vida é parte integrante da história mais geral<sup>192</sup>. Silêncios, hesitações, gestos, todos têm igual valor, oferecendo pistas sobre a natureza do que foi retido e daquilo que está sendo elaborado no presente. Podemos observar, na narrativa de Loreta Valadares, como são diferenciadas as formas de lembrar de cada pessoa, embora tenham compartilhado o mesmo momento;

“Esta história já foi contada antes, e, além de mim, há outras personagens. Se acaso houver uma ou outra discrepância em datas, na descrição dos fatos ou nas sequências de acontecimentos, será fruto de como a memória de cada um apreende a realidade. As memórias são diferentes, o olhar para trás faz trazer emoções e sentimentos diferentes sobre as mesmas experiências vividas conjuntamente. É por isso que, apesar de instada por tantas pessoas amigas, ao longo dos anos, a escrever sobre o tempo vivido na clandestinidade, na prisão e no exílio, hesitei muito. Afinal, os anos correm como rios caudalosos, transbordando, às vezes, de tantos acontecimentos, fatos e sentidos, que a vida se distancia do que já viveu e para recontar é preciso sorver o ar e tomar folego para visitar lugares que

---

<sup>191</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 42.

<sup>192</sup> *Ibidem*, 1990.

já fomos, ir ao encontro de pessoas que um dia conhecemos, reviver tempos que já passaram”<sup>193</sup>.

Assim como na obra de Loreta, na narrativa de Catarina Meloni, há uma afirmação do desejo em construir uma narrativa que destaque a especificidade de como cada pessoa narra sua experiência: “pessoas que estiveram lá, contam suas histórias, não raro fazendo girar à volta de si os mesmos acontecimentos.”<sup>194</sup> Assim, cada memória pessoal é uma perspectiva da memória coletiva. Em vista disso, Leonor Arfuch nota que “a narração de uma vida não vem ‘representar’ algo já existente, mas impõe sua forma (e seu sentido) à própria vida”<sup>195</sup>, logo, a *escrita de si* impõe-se como necessidade de ressignificação do passado pessoal, mas também coletivo.

Para Maurice Halbwachs, toda memória é socialmente construída, sendo a construção o resultado de uma reconstituição do passado inserido num quadro de recordações comuns a um determinado grupo histórico. Ou seja, o que é lembrado apenas possui sentido em relação a um conjunto do qual se faz parte<sup>196</sup>. Vale lembrar aqui, que a construção da identidade social é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de reconhecimento. Assim, a memória pode tanto agregar, unir, quanto desunir o grupo ou produzir conflito.<sup>197</sup>

Ao longo de diferentes gerações, as memórias são produzidas e também sofrem mudanças, haja vista que são fruto do espaço e do tempo nos quais os indivíduos se situam. Por isso, estes projetos de memória de nossas ex-militantes tornam-se tão importantes. Neste contexto das memórias das resistências, houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na *memória coletiva*, ou incorporadas como esquecimento.<sup>198</sup>

Marina Maluf, alerta que “memória é a um só tempo lembrar e esquecer. O ato de rememorar encerra um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem - escolha que é

---

<sup>193</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p.21.

<sup>194</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 15.

<sup>195</sup> ARFUCH, Leonor. Op. cit., p. 30.

<sup>196</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit., p. 24.

<sup>197</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 32.

<sup>198</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p.4.



derivada de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do sujeito que lembra<sup>199</sup>”.

Elizabeth Jelin aponta que:

Superar el vacío traumático creado por la represión implica la posibilidad de elaborar una memoria narrativa de la experiencia, que necesariamente es *pública*, en el sentido de que debe ser compartida y comunicada a otros- que no será los otros que torturaron ni otros anónimos, sino otros que, en principio, pueden comprender y cuidar-. Sin embargo, siguen siendo ‘otros’, una alteridad<sup>200</sup>.

O desafio de estabelecer uma empatia com o leitor, isto é, aqueles que podem compreender e cuidar, como assinalou Jelín, acreditamos que está nas tensões vividas quando se escreve uma narrativa da memória que recupera a experiência da intimidade e a constituição subjetiva de cada sujeito. Derlei Catarina de Luca revela em sua narrativa o quão difícil é relembrar:

Foram 20 anos de muitas lutas e muitas histórias. Vou contar a parte que me cabe e apoio todos quantos abrirem o coração para falar e se expor. Cometemos erros, hoje considerados primários. É muito difícil abrir o coração, contar as dores, fraquezas, erros e vontade de chorar, sujeitar-se a críticas, ironias e comentários.<sup>201</sup>

Contar as dores realmente tornou-se a tarefa mais difícil para todas as autoras sendo dos livros autobiográficos aqui estudados. Na obra de Catarina há um relato muito semelhante “estou conseguindo falar, conversar com as pessoas sobre aquilo que ficou tantos anos soterrado

---

<sup>199</sup> MALUF, Marina. Op. cit., p. 70.

<sup>200</sup> Superar o vazio traumático criado pela repressão implica na possibilidade de elaborar uma memória narrativa da experiência que necessariamente é pública no sentido de que deve ser compartilhada e comunicada a outros – que não será os outros que torturaram, nem outros anônimos, se não outros que em princípio podem compreender e cuidar -. No entanto, seguem sendo “outro”, uma alteridade. JELIN, Elizabeth. Op. cit., 2001, p. 111. (Tradução nossa).

<sup>201</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p.22.

pelo silêncio: o passado. Olho para trás e percebo que passei muito tempo procurando, com meu silêncio, não chocar ainda mais os que tinham recordações doloridas”<sup>202</sup>. Neste trecho, é coerente afirmar que, de acordo com os dizeres de Catarina, a dor é reatualizada pelo ato de recordar o passado traumático.

Os testemunhos traumáticos carregam perplexidade e necessidade de fala. Segundo Silligmann-Silva, o sobrevivente sente a necessidade de escrever também como uma maneira “de dar túmulo aos mortos, para que estes não sejam esquecidos”<sup>203</sup>. Como relata Jelin, os eventos traumáticos, como a tortura, prisão, clandestinidade no caso de nossas personagens, reprimidos ou negados, só serão registrados muito tempo depois de terem acontecido e sempre manifestam diferentes sintomas em quem os rememora<sup>204</sup>. Desta maneira, é possível refletir sobre como o trauma possibilita um tempo subjetivo, que produz como resposta a perpetuação da angústia, a repetição do silêncio e o impedimento dos processos do luto.<sup>205</sup>

Reescrever o passado, construir sua autobiografia transcrevendo as memórias de um passado histórico traumático, adquire, portanto, um sentido que vai além da necessidade histórica, passando a ter sentido político e vital para a existência do indivíduo<sup>206</sup>. Tal sentido, também provocou nossas mulheres a escreverem suas memórias, certamente. Por ter sido publicada postumamente, a obra de Loreta reforça ainda mais o sentido político adquirido, tornando-se um ato de resistência. Logo, são partes fundamentais na elaboração dos traumas sociais, tornar pública as experiências, os sofrimentos e as lutas que a história esqueceu, e/ou recalçou.<sup>207</sup>

A necessidade de lembrar, é talvez, a principal atribuição da memória. Rememora-se o passado sob a orientação do presente “determinado pelo lugar social e referenciado pelos significados do imaginário social de um grupo”<sup>208</sup>, isto é, tudo aquilo a que a pessoa foi exposta ao longo da vida

<sup>202</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 69.

<sup>203</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.

*Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008, p. 61.

<sup>204</sup> JELIN, Elizabeth. Op. cit., 2001, p.16.

<sup>205</sup> ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2002.

<sup>206</sup> LEJEUNE, Philippe. Op. cit., p. 28.

<sup>207</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op. cit., p. 34.

<sup>208</sup> LACERDA, Lilian Maria. Op. cit., 2002. p. 85.

condiciona a rememoração. Segundo Marina Maluf, “não há mensagem que seja irreversível, informação que não seja ambígua, porque não há uma única interpretação de qualquer objeto”<sup>209</sup>, nem tão pouco da memória.

É possível afirmar que, de certo modo, o lugar ocupado por algumas das ex-militantes hoje na sociedade, influenciou e está refletido em suas escritas de si. Dentre elas, identificamos esta relação, sobretudo, em Derlei e Solange.

Derlei Catarina de Luca atualmente é militante do grupo Tortura Nunca Mais, e foi fundadora e coordenadora do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos. O tom militante de sua narrativa está intrinsecamente relacionado à sua atuação na defesa dos direitos humanos nos dias atuais. Solange Silvano Rodrigues Lima hoje é oblata do mosteiro de São Bento em Salvador, local este, que possivelmente é a fonte da influência religiosa em sua escrita. Para Marina Maluf o trabalho de rememoração aparece como “ um ato de intervenção no caos das imagens guardadas”.<sup>210</sup>

Cada uma das personagens, ao escrever seus livros autobiográficos, recriou e reinventou seu passado em relação ao seu presente, formando sua própria realidade social, cultural e pessoal, na qual está inserida. Neste contexto, supostos ‘esquecimentos’ da memória podem ser considerados não apenas falhas da memória do passado, mas também parte do próprio texto, havendo, desse modo, uma seleção do que se lembra e do que se deseja esquecer, sendo este um esquecimento voluntário. Para Lilian Maria Lacerda, a palavra é uma forma de dizer, e também uma expressão de ausência.

No interior das limitações e das possibilidades de uso da memória, é necessário ter em vista que a memória pode ser utilizada como instrumento para disputas do momento em que se vive, do presente, ainda que reflita sobre o passado. Como bem assinalou Elizabeth Ferreira; “apesar de o passado ser uma construção social elaborada a partir de uma problemática do presente, estando, portanto, submetido a uma revalorização de seus temas, essa alternativa, quando extremada, acentua o risco de manipulação de seu conteúdo para atender unicamente a interesses imediatos.”<sup>211</sup> Tal revalorização pode ser realizada para expor os assuntos referentes à tortura pela Comissão da Verdade, por exemplo,

---

<sup>209</sup> MALUF, Marina. Op. cit., p. 30.

<sup>210</sup> Ibidem, p.29.

<sup>211</sup> FERREIRA, Elizabeth. Op. cit., p. 74.

como para criminalização dos militantes pela mídia manipuladora brasileira.

## CAPÍTULO II

### Sonhar e resistir: recordar o passado para repensar o presente.

Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetrável e inexpugnavelmente nosso.<sup>212</sup>

Sonhar. Elas sonharam, Maria Lúcia Resende Garcia, Derlei Catarina de Luca, Solange Silvano Rodrigues Lima, Catarina Meloni e Loreta Valadares, assim como muitas outras jovens da mesma geração de 1960, com uma sociedade menos desigual, com o fim da repressão, com a liberdade de expressão sexual e cultural, na busca da implantação de um outro modelo de Estado, lutaram contra a ditadura e pelo socialismo, através de vários caminhos.

Na busca da realização desses sonhos, essas jovens mulheres, saídas do movimento estudantil, fizeram parte do processo de resistência ao regime civil-militar brasileiro, ao militarem na organização política de esquerda Ação Popular – AP. Para este capítulo, serão apresentadas as mobilizações da Igreja Católica, tanto as anticomunistas como as da renovação pastoral, que possibilitaram o surgimento da Ação Popular, assim como aquelas facilitadoras da participação das mulheres na resistência.

O golpe civil-militar, de abril de 1964, restringiu a liberdade de ação dos militantes das organizações políticas de esquerda. As restrições impostas diminuíam os espaços de atuação política legal. Partidos políticos foram dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades, associações de classe e entidades estudantis proibidas e invadidas. Em adição, imediatamente ao golpe, formou-se um grande Inquérito Policial Militar- IPM contra centenas de jovens, sobretudo aqueles vinculados à União Nacional dos Estudantes- UNE<sup>213</sup>. Os órgãos de segurança passaram a reprimir com violência qualquer

---

<sup>212</sup> SOARES, Bernardo. *Livro do Desassossego. Vol.II. Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática, 1982, p. 371.

<sup>213</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora. *Pacto revelado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: ED. Escuta, 2ª ed. 1999. p. 27.

movimento de oposição, um “número significativo de pessoas foi atingido (...) por cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, perda dos direitos políticos, enfim, por ações que as afastaram do mundo do trabalho e do cenário político”<sup>214</sup>.

Dessa forma, acreditamos ser importante entender que todas essas ações, assim como as que já vinham ocorrendo desde a eleição de João Goulart em 1961, e que foram intensificadas pela atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES<sup>215</sup>, que patrocinavam uma campanha de desgaste do governo e do nacional reformismo, e em seguida, legitimavam o poder das forças golpistas<sup>216</sup>, foram realizadas em nome do medo da ascensão do comunismo, que rondava a história brasileira desde meados da década de 1930.

Na América Latina, e dentro dela no Brasil, houve um grande esforço por parte dos norte-americanos, na implantação do programa da Aliança para o Progresso, idealizado pelo presidente John Kennedy. Já que havia muitos problemas sociais nessa região, como as altas taxas de desemprego e com a ampla dívida externa, o alinhamento com a grande potência capitalista, permitiria algum desenvolvimento e afastaria do “perigo vermelho”<sup>217</sup>.

No Brasil, além do medo do comunismo, a queda de João Goulart e das forças favoráveis às reformas de base foram episódios importantes para a mobilização de milhares de pessoas nas marchas da “Família com

---

<sup>214</sup> Ibidem, p. 42

<sup>43</sup> “Além dos folhetos e livretos, o IPES encomendou 14 filmes que se adequavam a sua intenção doutrinária. Porém, seria errado supor que a participação do IPÊS, independente e em conjunto com o IBAD, no processo golpista, foi meramente propagandística. Fato é que as suas ramificações se espalharam de maneira competente nas estruturas políticas do Brasil. Tampouco era um movimento dito amador, com empresários românticos que faziam propaganda anticomunista. Representava um núcleo de uma elite empresarial bem equipada, dotada de grande visão política, econômica e ideológica”. OLIVEIRA, Carlos Fellippe. IPES E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, UFRJ. v. 2, n. 2, 2008. p. 4* Disponível: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>

<sup>216</sup> DREIFUSS, René A. *1964 - A conquista do Estado*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>217</sup> COGGIOLA, Oswaldo. Op. cit., p.17.

Deus e pela Liberdade” no Rio de Janeiro<sup>218</sup>, que contou com o apoio de donas de casa, figuras importantes no combate ao comunismo “desagregador” da família brasileira, de várias entidades femininas (Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia – LIMDE, União Cívica Feminina – UCF e Movimento de Arregimentação Feminina), sindicatos patronais, associações civis e principalmente de uma parte da alta hierarquia da Igreja Católica.

### **A força mobilizadora da Igreja Católica brasileira**

Os valores religiosos católicos constituíram os principais alicerces para a mobilização anticomunista no Brasil<sup>219</sup>. A Igreja Católica temia pela perda de seu poder, sobretudo, dos valores da moral cristã. O uso da ideia do “perigo comunista”, pelos articuladores do golpe civil-militar de 1964, apresentava um forte tom religioso:

A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 33.

<sup>219</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado- Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2000, p. 17. Corroboramos nesta dissertação com Rodrigo Patto S. Motta, que ao estudar o anticomunismo no Brasil de 1917 a 1964, destaca os períodos de 1935-1937 e 1961-1964 como marcos históricos, como as “duas grandes ondas anticomunistas” no Brasil, intensificadas pela forte campanha da Igreja Católica, do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos contra o comunismo. Como bem salienta Motta, o anticomunismo é tão amplo que pode ser vislumbrado na direita, na esquerda, em grupos reacionários, em grupos conservadores, liberais e até esquerdistas, ainda que, no Brasil, o pensamento conservador e reacionário tenha sido majoritário.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 72

O anticomunismo esteve presente em vários setores da sociedade, logo, tal discurso obteve grande repercussão também junto a intelectuais, imprensa, latifundiários, empresários e representantes de uma classe média conservadora, ameaçada pelas reformas de base e pela forte articulação dos sindicatos de operários e mobilizações no campo. No entanto, segundo Rodrigo Pato de Sá Motta<sup>221</sup>, possivelmente, em se tratando de instituição não estatal, a Igreja Católica se constituiu como a mais comprometida no combate aos comunistas ao longo do século XX. Atentamos a isto quando percebemos a atuação da Igreja na sociedade, que influenciava fortemente, e até hoje influencia, como crença religiosa e como espaço de sociabilidade, o que possibilitou que sua representação do comunismo, como inimigo, alcançasse um número grande de adeptos.

Além da estrutura que a Igreja já possuía, o anticomunismo católico se favorecia das relações de sua hierarquia com governos e grupos importantes. O ideário anticomunista foi mais que um mecanismo das classes dominantes para influenciar e proteger os seus interesses políticos frente à sociedade, tratou também de desempenhar diferentes práticas e ações. Propagado através dos jornais católicos e programas de rádio, a representação do comunismo poderia ser levada aos fiéis e leigos através das mais diversas maneiras, no esforço de combater o comunismo, como por:

[...] pronunciamentos de autoridades católicas como arcebispos do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara; de São Paulo, D. Carlos Vasconcelos Mota; de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, realizados em entrevistas, em missas especiais. Poderia circular na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos impressos nas gráficas e editoras católicas. Poderia incentivar multidões a irem às ruas para rezar o terço.<sup>222</sup>

A representação do comunismo, difundida pela Igreja Católica, foi, muitas vezes, personificada na figura do diabo e de satanás, buscando

---

<sup>221</sup> Ibidem, p. 35

<sup>222</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: Norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002, p. 24.



expressar o “mal” que ameaçava a sociedade. As Encíclicas Papais<sup>223</sup>, sobretudo a *Divini Redemptoris*, escrita em 1937 por Pio XI, apontava tal ameaça;

Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fiéis. Intrinsecamente máu (sic) é o comunismo e não se póde (sic) admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E si (sic) alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro<sup>224</sup>.

Percebemos nesta Encíclica a ênfase no combate aos inimigos comunistas, que eram representados como o grande mal que possibilitaria

---

<sup>223</sup> “Desde a segunda metade do século XIX, o Papado, considerado a maior autoridade católica em assuntos doutrinários, vinha se preocupando com o comunismo. Neste período, as Cartas Encíclicas, documentos papais dirigidos aos bispos e cardeais era uma das principais fontes de orientação doutrinária da Igreja. A primeira encíclica dedicada a condenar os revolucionários foi *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878. Falando sobre um adversário cuja definição ainda não é muito precisa (“... nos referimos a esta seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas...”), o Papa adverte aos bispos que instruem os fiéis sobre os erros da proposta revolucionária e, principalmente, para que não usem apoiá-la. Alguns anos depois, em 1891, o mesmo Papa voltou ao tema, com a Encíclica *Rerum Novarum*, a constatação que o comunismo representa uma ameaça séria para a religião que precisava da restauração dos costumes cristãos[...] Mas o ápice do anticomunismo católico se deu na década de 1930, no contexto da Guerra Civil Espanhola. É neste contexto que surge o mais forte pronunciamento anticomunista do papado, a Encíclica *Divinis Redemptoris*, editada pelo Papa Pio XI em março de 1937. O documento reflete as tensões do momento ao se empenhar numa denúncia vigorosa do comunismo, com ênfase especial para o “assunto” espanhol (Guerra Civil Espanhola). Na verdade, a Carta não apresenta novidades de relevo: recupera e reelabora temas da tradição anticomunista católica, aproveitando-se principalmente das formulações de Leão XIII. Tal como na *Rerum Novarum*, conclama católicos e organizações estatais a uma atuação no campo social, visando anular o trabalho dos comunistas; defende os princípios cristãos de justiça social em oposição aos dogmas da “economia liberal”; e deposita grandes esperanças de que o restabelecimento do sistema corporativo seria a chave para obter colaboração entre as classes e a paz social.” In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 37.

<sup>224</sup> *Cartas Encíclicas*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. Apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p.41.

um regime sem Deus, sem família, sem propriedade. Cada setor da sociedade via no comunismo um de seus inimigos principais, “o comunismo representava o ateísmo para os católicos, o estrangeirismo para os nacionalistas e o fim da propriedade para os liberais.”<sup>225</sup> Para tanto, o Estado, assim como a Igreja, buscava legitimidade utilizando o ‘perigo vermelho’ como uma ameaça que deveria ser enfrentada em nome da sociedade, o que levou muitas pessoas a apoiarem o golpe civil militar com o intuito de que o “mal comunista” não chegasse ao poder.

Concomitantemente a este cenário de forte atuação anticomunista, ocorreram profundas transformações no interior da Igreja Católica, a partir dos anos 1960. O Concílio Vaticano II, que foi convocado pelo Papa João XXIII em 1961, teve como principal objetivo a renovação pastoral. O Concílio marca essa etapa de transformações, sobretudo nas formas de autocompreensão e de inserção social. No entanto, foi alvo de críticas e conflitos no interior da Igreja. Segundo Caroline Jacques Cubas, mesmo considerando o valor simbólico do Concílio, devemos estar atentos para o fato de que o mesmo foi convocado para sancionar e oficializar resoluções que já vinham em curso:

[...] é ponto pacífico o fato de que as quatro reuniões realizadas entre 1962 e 1965 delimitaram e legitimaram uma nova forma de ser católico, definindo diferentes parâmetros de vida religiosa, direcionada a partir de então à atuação junto à sociedade. Tal adequação soava necessária para que a Igreja fosse capaz de salvaguardar seu lugar, o qual vinha sendo ameaçado pelas sedutoras promessas de uma modernidade iminente. A contemplação e a noção de *fuga mundi*, que implicava em uma separação do mundo, característica daqueles e daquelas que optavam pela vida religiosa, deveria ser repensada, afinal a Igreja, a partir de então, direcionou sua atuação para junto da sociedade, do Povo de Deus.<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira. Revista *Em Debate*, Florianópolis, n. 4. 2010. p. 95.

<sup>226</sup> CUBAS, Caroline Jaques. *O corpo habituado: sentidos e sensibilidades na formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição* (Província Nossa Senhora de Lourdes, 1960-1990). Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p. 25 .

Neste momento, a renovação proposta consistia na aproximação com o povo, como visto no trecho supracitado. Para tanto, religiosas e religiosos foram viver em pequenas comunidades, realizando diversos trabalhos, organizando as Comunidades Eclesias de Base – CEB’s<sup>227</sup>, espaços destinados ao reavivamento da fé, da esperança e da caridade dentro de comunidades pobres. Caroline Jaques Cubas destaca que, apesar de não haver muitos registros, a presença das irmãs nas CEB’S foi, não apenas mais numerosa em relação a presença masculina, mas também, mostrou-se mais ativa na organização de comunidades, “a proximidade com os problemas concernentes às classes populares fez com que muitas irmãs assumissem como seus os mesmos problemas, dessa forma, a tensão política e social dos anos de ditadura não passou despercebida”<sup>228</sup>.

Neste processo de renovação pastoral pelo qual passou a Igreja Católica no início dos anos 1960, abriu-se espaço para a oposição à ditadura civil militar, em contrapartida das campanhas anticomunistas, haja visto que a mesma não se apresentava de maneira homogênea frente ao golpe de 1964. A relação Igreja e Estado foi se tornando cada vez mais crítica com o recrudescimento da repressão. Alguns membros da Igreja como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Câmara, Frei Tito, Irmã Valéria Rezende, Frei Beto, Maurina Borges de Silveira, entre outros, se envolveram profundamente em processos de denúncias contra a repressão como Brasil Nunca Mais, bem como também sofreram torturas e prisões políticas, por suas aproximações com as lutas das esquerdas brasileiras.

O apoio dado às esquerdas foi revestido de uma defesa dos direitos humanos. O fenômeno da Teologia da Libertação, surgida na década de 1970, como uma corrente cristã que buscava uma sociedade mais igualitária, que se propunha a lutar pelos menos favorecidos em um

---

<sup>227</sup> As Comunidades Eclesiais de Base passaram a ser este espaço de evangelização de massa, e se propagaram por toda América Latina, pois a proximidade geográfica e a realidade econômica, política e social dessas comunidades, sob a luz do Evangelho, se tornaram a matéria essencial para a nova ação evangelista da Igreja. Para Michel Löwy, eram “pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, bairros, favelas, vilas e/ou comunidades rurais que se reúnem para ler a bíblia e discuti-la à luz da sua própria existência”. Para saber mais, LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *Historia do marxismo no Brasil* partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 46.

<sup>228</sup> CUBAS, Caroline Jaques. Op. cit., p. 29.

período tão conflituoso como das ditaduras na América Latina, é um exemplo disto. No entanto, tal fenômeno incomodou militares e cristãos conservadores. A Teologia da Libertação, ou “cristianismo da libertação”<sup>229</sup>, como denominou Löwy, remete à descoberta do marxismo pela esquerda cristã, a Igreja Católica, ou uma parte dela, que tornava-se uma força social crítica, onde os movimentos católicos, e oriundos deles, ganharam mais espaço, como é o caso da organização de esquerda Ação Popular – AP –, que surgiu no seio desta renovação cristã.

### **Ação Popular: concepções e fragmentos**

A história da Ação Popular – AP – já foi narrada por muitos estudiosos como Marcelo Ridenti, Cristine Soares Santana, Daniel Aarão Reis, sob diferentes perspectivas e com diversos propósitos. Serão retomadas aqui estas narrativas, assim como de Maria Lúcia Resende Garcia, Derlei Catarina de Luca, Solange Silvany Rodrigues Lima, Catarina Meloni e Loreta Valadares, objetos deste trabalho, no esforço de se compreender o processo de constituição da organização de esquerda Ação Popular - AP.

Muitos militantes da Ação Popular tinham ligação com o cristianismo: para os estudantes secundaristas e principalmente para os universitários católicos houve um desafio imposto, qual seja, tentar unir a “revolução” pela igreja católica, com propostas revolucionárias mais radicais. Entendemos este desafio quando se retorna ao início da trajetória da AP, com suas raízes no interior da Juventude Universitária Católica- JUC. Integrando a Ação Católica Brasileira<sup>230</sup>, a Juventude Universitária

---

<sup>229</sup> Segundo Michel Löwy, apesar de o marxismo ter sido, durante mais de meio século, considerado inimigo da fé cristã, percebe-se, no início dos anos 1960, que houve uma convergência entre marxismo e cristianismo por parte do clero católico e de leigos militantes. A emergência da Teologia da Libertação poderia ser considerada, nesse sentido, bastante significativa desta convergência. LÖWY, Michael. *Marxismo e cristianismo na América Latina. Lua Nova: Revista de Cultura Política.* no.19 São Paulo Nov. 1989, p. 10.

<sup>230</sup> A Ação Católica no Brasil surgiu em 1935, como uma associação de católicos que, a partir do seu próprio ambiente, participam ativamente na missão apostólica da Igreja. O papel inicial da Ação Católica Brasileira foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação política. Tendo o intelectual Alceu Amoroso Lima como principal colaborador leigo do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (1882 -1942). Um dos

Católica, em meados dos anos 1950, tornou-se um movimento de alcance nacional com bases ideológicas no catolicismo tradicional. Segundo Marcelo Ridenti, a “visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade”<sup>231</sup>. Seus princípios eram de um movimento conservador e clerical que tinha como objetivo central influenciar o sistema educacional brasileiro, promovendo a cristianização de uma futura elite intelectual que estava se formando nas universidades<sup>232</sup>. Com seu alcance nacional, já nos primeiros anos, a JUC instituiu uma identidade enquanto representação oficial da Igreja no meio universitário.

Na nova visão católica<sup>233</sup>, o que indicaria a riqueza econômica de um povo não seria a quantidade de bens possuídos, mas a distribuição dos produtos por todos os membros da sociedade. Adotava-se uma postura progressista em relação às desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, ao distinguir ideias filosóficas socialistas dos movimentos baseados nas mesmas concepções.

Para Michael Löwy, a aproximação entre cristianismo e marxismo encontrou terreno para se desenvolver, entre outros fatores históricos e

---

fundamentos, logo colocado em prática na ACB, foi a de incentivar que os ensinamentos sociais concernentes à doutrina da Igreja ministrados aos operários fossem, preferencialmente, por colegas da mesma profissão, previamente formados. Este processo de doutrinação começaria com os jovens, adotando o método de Ver, Julgar, Agir, especialmente adaptado à mentalidade concreta do operário. Posteriormente outros grupos eram agregados, estudantes, mulheres, sob a autoridade e a orientação da hierarquia eclesiástica. Para maiores esclarecimentos ver: SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica* - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006 .

<sup>231</sup> RIDENTI, Marcelo S. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002, p.214.

<sup>232</sup> *Ibidem*. p. 215.

<sup>233</sup> Foi no papado de João XXIII que se evidenciou o ataque ao sistema capitalista e à economia de mercado, a igreja não admitia que a retribuição do trabalho humano fosse abandonada às leis do mercado. O progresso social deveria acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as classes sociais tivessem parte no consumo das mercadorias produzidas. Ver: SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular (1962-1973) In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador : EDUFBA, 2009.

estruturais, uma vez que, ao contrário de outros países da América Latina, o Brasil sofreu forte influência da Igreja e da cultura católica francesa:

A teologia francesa do pós-guerra representava a ponta avançada da renovação do catolicismo, levantando os temas que seriam depois consagrados pelo Concílio Vaticano II. Além disso, a cultura católica francesa é a única que conheceu, durante todo o século XX, uma sucessão ininterrupta de figuras e correntes socialistas: de Charles Peguy ao grupo "Esprit", dos cristãos revolucionários da Frente Popular (1936-38) ao grupo "Témoignage Chretien" da Resistência (1940-45), e dos padres operários da Missão de França à corrente socialista do sindicato cristão CFFC (hegemônica no começo dos anos 60). Duas figuras do catolicismo francês progressista vão ter um impacto direto sobre a JUC dos anos 60: o padre Lebret e sobretudo *Emmanuel Mounier*. Num contexto explosivo como o era a sociedade brasileira neste período de crise do modelo populista (1960-64), Mounier e Lebret são re-interpretados e superados num processo de radicalização social e política crescente<sup>234</sup>.

As ideias do Padre Lebret e de Emanuel Mounier, assim como de Teilhard de Chardin, de Jacques Maritain, e de João XXIII foram essenciais frente à questão social. Tanto que a partir do final dos anos 1950, os militantes da JUC começaram a perceber que a cristianização dos indivíduos não foi suficiente para a transformação da sociedade brasileira, pois a defesa dos seres humanos e sua cristianização exigia deles um engajamento no meio<sup>235</sup>. As preocupações estritamente religiosas iriam se transformar em uma postura mais crítica exigida pelo contexto social, econômico e político do país, resultando em uma Igreja assumidamente política.

Os militantes da JUC, privilegiadamente organizados em todo Brasil, aumentavam sua representatividade dentro do movimento estudantil, disputando a presidência da União Nacional dos Estudantes – UNE, até

---

<sup>234</sup> LÖWY, Michael. Op. cit. , 2007, p. 6.

<sup>235</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.p.38.

então, historicamente, sob liderança do Partido Comunista Brasileiro.<sup>236</sup> Em 1960, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se o Congresso de 10 anos da JUC, onde aprovou-se, pelos militantes e padres, o documento chamado “Diretrizes Mínimas para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro”, tendo em vista que o Ideal Histórico esboçava uma aproximação com o marxismo, ao tratar de propriedade privada, superação do capital, abuso de poder. Em linhas gerais, todas as contribuições de cunho filosófico acabaram fundamentando a passagem dos militantes católicos de esquerda de um “ideal histórico” a uma “consciência histórica”, entre os anos de 1959 e 1963, afirma Luiz Alberto Gomes.

A História continuava a ser vista como desígnio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar as estruturas, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. Agora, a ação dos universitários católicos colocava em segundo plano seu ideal inicial, de recrutar e salvar almas no meio acadêmico, inserindo-as na Igreja. A universidade passava a ser abordada como um meio complexo, no interior de uma sociedade mais abrangente, o que implicava estender a atuação da JUC para fora dos muros acadêmicos<sup>237</sup>.

Neste momento, as questões discutidas pelos militantes da JUC relacionavam-se às suas novas práticas, baseadas nas reformulações estruturais pretendidas para a criação de uma ordem socialmente justa, fundamentadas nos ideais revolucionários marxistas:

A JUC dos anos 1960-62 representou a primeira tentativa, em todo o continente, de desenvolver um pensamento cristão utilizando elementos do marxismo. Trata-se, portanto, de um movimento pioneiro, com surpreendente criatividade intelectual e política, que, apesar de seu fracasso imediato, lançou sementes que iriam germinar mais

---

<sup>236</sup> RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., 2002, p. 222.

<sup>237</sup> Ibidem. p. 217.

tarde - no Brasil e no conjunto da América Latina<sup>238</sup>.

O resultado das eleições do XXIV Congresso da UNE, em 1961, exemplifica a aproximação com ideais revolucionários, já que com o apoio de membros da União da Juventude Comunista, Aldo Arantes, que foi militante da JUC e presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE – da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –PUC – RJ –, foi eleito presidente da UNE.

Assim sendo, se estreitaram os laços entre os dois movimentos, UNE e JUC, o que possibilitava a articulação de um novo movimento político nacional que, nos anos de 1961 a 1962, sobretudo liderado pelos dirigentes mais à esquerda da JUC, organizou a UNE – Volante<sup>239</sup>, grupo de estudantes, dirigentes da UNE e dirigentes do seu Centro Popular de Cultura – CPC. Esse grupo percorreu praticamente todas as capitais do país organizando o movimento estudantil, aproximando-o de outros estudantes, realizando debates e apresentações artísticas<sup>240</sup>.

Para além de um novo discurso, tratava-se de uma nova prática: os militantes da JUC atuaram também em programas de educação popular, tais como o Movimento de Educação de Base – MEB<sup>241</sup> e as Ligas

---

<sup>238</sup> LÖWY, Michael. Op. cit., 2007, p. 12.

<sup>239</sup> À exceção de São Paulo, Rio de Janeiro, e Cuiabá, todas as demais capitais foram sede da UNE, durante 3, 4 ou 5 dias. O “Auto dos 99%” que criticava o caráter elitista da universidade brasileira, que somente atendia a 1% da população estudantil, foi assistido e aplaudido ao longo do Brasil com Oduvaldo Vianna Filho, seu diretor, ao lado de Augusto Boal, com sua peça “Revolução na América Latina”. Cerca de 200 assembleias gerais, além de reuniões menores, foram realizadas durante a programação da UNE- volante. ” ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p. 24.

<sup>240</sup> LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. Op. cit., p.39.

<sup>241</sup> O Movimento de Educação de Base, ligado à hierarquia católica, foi um projeto estritamente educativo. Constituindo em um espaço de atuação para católicos de esquerda, que procuravam conscientizar e politizar especialmente o povo do campo durante o processo de aprendizagem, através de escolas radiofônicas, atingindo 14 estados brasileiros. Entre os alunos do MEB, em 1962, esteve o futuro líder camponês Manoel Conceição dos Santos, que assim começava uma trajetória que o levaria a tornar-se organizador de 20 a 30 escolas de alfabetização no interior do Maranhão, depois fundador do Sindicato do Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim em 1963, organizador da



Camponesas. Além da presença na entidade representativa dos estudantes, a JUC estava envolvida em importantes episódios da política nacional e estudantil, como a campanha pela legalidade, liderada por Leonel Brizola e a campanha pela reforma universitária, que desembocou na chamada greve de 1/3.<sup>242</sup>

Todo esse envolvimento da JUC com as questões sociais e políticas, sobretudo a aproximação com o comunismo, deu início à produção de desavenças no interior da Igreja, que começava a notar a “radicalização” de seus militantes. Tanto que Aldo Arantes, quando ainda era presidente da UNE e jucista, foi expulso da JUC por acusações de aproximação com comunistas e estudantes ligados a Moscou. E também, quando decidiu, juntamente com Hebert José de Souza – Betinho –, por articularem um movimento político fora dos limites da Igreja, tornou os conflitos com alta hierarquia mais intensos.<sup>243</sup>

O processo de radicalização do discurso e da prática dos militantes da JUC chocou-se com os limites tolerados pela hierarquia da Igreja Católica. Luiz Alberto G. de Souza defende que “a prática política concreta mostrava em seu cotidiano o quanto era indispensável à organização de um movimento diretamente político”<sup>244</sup>. Colocava-se, então, o objetivo de criação de uma organização política laica, que se aglutinasse por motivos políticos. Abria-se, desse modo, espaço no seio da JUC para fundação da Ação Popular-AP.

A oficialização da formação da AP foi resultado de três reuniões. A primeira, em 1962, com aprovação do *Esboço do Estatuto ideológico*<sup>245</sup>, que defendia a revolução brasileira e o socialismo e que dava ao grupo o nome de Grupo de Ação Popular – GAP –, no entanto, foi logo substituído, para que não houvesse ligações com Grupo de Ação Patriótica – GAP – de extrema direita. Na segunda reunião, ainda em

---

resistência ao golpe de 1964 no campo, mais tarde dirigente da AP e da APML. RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., 2002, p. 233.

<sup>242</sup> Foi a decretação da primeira greve nacional de estudantes universitários, que paralisou 100 mil estudantes na defesa da participação nos órgãos colegiados na proporção de 1/3 para estudantes, 1/3 de professores e 1/3 de ex alunos, sendo assim, conhecida como a greve do “um terço”. LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 24.

<sup>243</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p. 24.

<sup>244</sup> GOMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. p.158.

<sup>245</sup> Foi um documento que “tentou elaborar um esquema dialético de compreensão da sociedade, falando em polo dominante e em polo dominado”. ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p.27.

1962, com representação de 14 estados, foi adotada a sigla AP de Ação Popular. A última, e mais significativa reunião, de fevereiro de 1963, realizada em Salvador, culminou no I Congresso da Ação Popular. Cabe destacar, que na mais diversa bibliografia sobre o congresso, encontramos o registro de apenas uma mulher, Maria Angélica Duro, no grupo de principais fundadores, que contava com Aldo Arantes, Luiz Alberto Gómez de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves, Antônio Lins, Severo Sales, Péricles dos Santos e Manuel Joaquim Barros<sup>246</sup>. Formalizou-se assim, a fundação e a aprovação da linha política e estratégica, expressa em seu *Documento base*.

Tal documento de fundação trazia a perspectiva do “socialismo como humanismo”, não fazia menções ao cristianismo, com um perfil político próprio, distante ainda do marxismo, mas apontando para a formação de um movimento revolucionário que tinha por objetivo promover a transformação das estruturas da sociedade brasileira, tendo como referencial o socialismo. No entanto, seu ideário era influenciado pelo cristianismo, pelo marxismo e pelo existencialismo, como fica claro no seu texto:

As concepções materialistas de consciência reflexo, consciência produto, consciência instrumento, anulando a especificidade da consciência, anulam, finalmente nos homens, sua condição de sujeito, de pessoa. Rejeitamos igualmente as concepções idealistas. Também elas alienam o homem, alimentando-o ilusoriamente de abstrações [...] não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará o processo revolucionário, o problema do partido único ou da ditadura do proletariado. [...] visão, opção e ação: traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo de nossa presença na história de que não somos espectadores, mas atores conscientes. O problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Este poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras

---

<sup>246</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit., p.40.

dominações a política, a cultural e etc. Falta uma participação real e plural.<sup>247</sup>

Inicialmente, o principal grupo disposto a tais mudanças, abraçando os ideais revolucionários, compunha-se dos jovens do movimento estudantil. A JUC teve um papel importante na construção da AP, fornecendo lideranças para a organização e exercendo influência em alguns pensamentos. Durante os anos 1960, a AP foi a organização que detinha o maior número de quadros no interior do movimento estudantil, elegendo grande parte dos membros das diretorias da UNE até o golpe de 1964.<sup>248</sup> Havia também, em seus quadros, estudantes independentes de esquerda, que, com a participação de outras instituições católicas e a presença de evangélicos, tornou a AP um movimento mais amplo, laico, e sobretudo aberto a outras influências. Aldo Arantes um dos fundadores da AP, revela quais eram as bases da organização:

[...] as diretrizes políticas e ideológicas da Ação Popular, cujo fundamento ideológico expressava uma concepção progressista e defendia o socialismo e a revolução brasileira- porém, as concepções ainda estavam um pouco misturadas. Ali conviviam o cristianismo, o existencialismo e o marxismo. Naquele momento, também foi eleita a sua primeira direção, com Betinho à frente. A base principal da AP era composta por estudantes, sobretudo universitários. Contudo, ela já tinha alguma ligação com os camponeses através do Movimento de Educação de Base (MEB), que realizava um processo de educação por rádio. A AP tinha um trabalho junto ao movimento camponês em Pernambuco, Maranhão e Alagoas, e tinha presença no movimento operário em São Paulo, no ABC<sup>249</sup>.

---

<sup>247</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira (Ed.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro. Ed. Marco Zero, 1985, p. 38.

<sup>248</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p. 27.

<sup>249</sup> O depoimento de Aldo Arantes foi retirado do livro *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi, São Paulo, 2014. p. 29.

Buscando ampliar suas bases e se aproximar de movimentos como dos camponeses e dos operários, a AP desenvolveu diferentes iniciativas de trabalho, como por exemplo com as Ligas Camponesas. No entanto, foi através da participação no Movimento de Educação de Base – MEB e na Superintendência para Reforma Agrária – SUPRA – que a AP conseguiu obter um contato maior com o mundo rural<sup>250</sup>. A atuação concreta dos militantes da AP ante a realidade brasileira que se pretendia transformar deu-se a partir de uma “ação prática imediata”, marcando o caráter singular da formação da organização. Embora tivesse postura e discurso à esquerda do governo João Goulart, a AP integrou-se ao esforço reformista da época, afirma Marcelo Ridenti<sup>251</sup>.

De acordo com Maria Auxiliadora Arantes, embora tenha começado sua trajetória vinculada à Igreja e imersa no idealismo, a AP não se apresentava como confessional, nem cristã, e nem definia-se como um movimento exclusivamente de cristãos. Com o golpe de 1964, a AP tentou articular, em diferentes estados, a participação em mobilizações contra o golpe: panfletagens, comícios e pichações, por exemplo, foram feitos como forma de resistência.

Ousar pensar, ousar falar, ousar lutar, conceder a primazia à audácia e mobilizar sem reservas as massas; opor uma réplica frontal a cada desafio lançado pela burguesia; descobrir a esquerda, desenvolver a esquerda e apoiar resolutamente a esquerda revolucionária; colocar a política proletária no posto de comando<sup>252</sup>

Como as demais organizações de esquerda, a AP foi alvo de intensa repressão. Assim sendo, a organização procurava alternativas para a resistência: dirigentes passaram à condição de clandestinidade, e, ainda, alguns saíram do país, caso de Paulo Wright, Alípio de Freitas, Betinho e Aldo Arantes. Com orientações vindas do Uruguai, sobretudo do ex-governador Leonel Brizola, a direção da AP participou da articulação

---

<sup>250</sup> LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 58.

<sup>251</sup> RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., 2002, p. 41.

<sup>252</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit., p.67 .

frustrada de resistência armada<sup>253</sup>, no imediato ao golpe<sup>254</sup>. Também foram interrompidas as atividades que a AP desenvolvia, desde os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB, a fundação de sindicatos e o trabalho de educação em bairros populares, já que incentivavam o senso crítico dos camponeses, assim como a organização e mobilização dos operários, dada a nova ordem vigente que se impôs.

Diante do desejo de seguir com a luta revolucionária e construir uma nova proposta política para a AP, muitos militantes, que ainda permaneciam em ação, iniciavam um debate sobre a realidade brasileira em busca de novas formas de intervenção. A maioria dos remanescentes reorganizou-se e aprovou a *Resolução Política de 1965*, com três questões principais: o problema da linha organizativa, a posição sobre o caminho da revolução e a caracterização da etapa da revolução brasileira.

As posições fundamentais afirmadas na Resolução Política de 65 mostravam que a AP, do ponto de vista filosófico, continuava com as mesmas posições gerais do Documento-Base; do ponto de vista de classe, continuava uma organização

---

<sup>253</sup> Marcelo Ridenti, fala sobre outras articulações da AP para ações armadas: “A AP, seguindo os ventos da esquerda latino-americana no período, fez preparativos para ações armadas, chegando mesmo a envolver-se em algumas operações militares, como um célebre atentado, em 1966. [...] que na fase castrista da AP um comando autônomo, chefiado por um militante expressivo, perito em explosivos, detonou por conta própria uma bomba no aeroporto de Recife, em atentado contra a vida de Costa e Silva, Ministro da Guerra, indicado pelo regime militar como próximo Presidente da República. Houve mortos e feridos, que não tinham relação com o objetivo do atentado, cujos verdadeiros autores não foram descobertos pela polícia na época. Por muito tempo, o atentado foi erroneamente atribuído a militantes de outras organizações. Hoje se sabe que os autores eram da AP, um deles Raimundo Machado, morto pela polícia em 1971. Mantém-se o segredo quanto aos nomes de outros possíveis envolvidos, que ainda estariam vivos [...] Gorender confirma a responsabilidade de Alípio de Freitas pela coordenação do atentado. O resultado dessa ação no interior da AP foi a dissolução imediata dos comandos armados paralelos. A Direção Nacional havia optado pela luta armada, mas não tomara conhecimento prévio do atentado, que condenou. O desastre da ação de Recife contribuiu para afastar a AP do processo de ações armadas urbanas pelo qual enveredou boa parte da esquerda brasileira, entre 1968 e 1971.” . RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., 2002, p. 236-237.

<sup>254</sup> REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.72.

pequeno-burguesa. Mas, do ponto de vista político, já não era uma organização democrática reformista: transforma-se em uma organização democrática revolucionária. Na reunião do Comitê Nacional de 1965, Aldo Arantes assumiu a coordenação da AP<sup>255</sup>.

No meio deste processo de afirmação como uma organização revolucionária, se acirravam as tensões no interior da AP, as experiências de militantes tanto em Cuba como na China intensificavam os debates e a cisão sobre qual caminho seguir para alcançar a revolução. Logo, formavam-se duas frentes: a Corrente I, com influência de Mao Tse-tung e da *revolução cultural proletária*, e a Corrente II, partidária dos ideais cubanos, e tida como *foquista* por seus oponentes<sup>256</sup>. Na I Reunião Ampliada da Direção Nacional da Ação Popular em setembro de 1968, houve a expulsão da Corrente II, o rompimento definitivo da AP com a orientação ideológica cristã, sua definição pelo marxismo-leninismo e o início da execução das determinações do documento *Esquema dos Seis pontos*<sup>257</sup>, principalmente a “integração na produção”.

A Ação Popular considerava que a origem, da maioria, de seus quadros eram pequeno burguesa, logo julgava necessária a “integração no campo” como forma de “proletarização e revolucionarização ideológica dos militantes.”<sup>258</sup> Sendo assim, foi desenvolvido o projeto de “integração na produção”, que se intensificou com o decreto do AI-5, em dezembro de 1968, já que as novas leis, impostas pelo ato, permitiram que o governo militar aperfeiçoasse os órgãos de segurança utilizados para reprimir os

---

<sup>255</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 64.

<sup>256</sup> RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., 2002.

<sup>257</sup> Documento escrito pelo dirigente Jair Ferreira de Sá; “em síntese, dizia: 1. A revolução mundial vive sua 3ª etapa histórica em que o imperialismo se precipita para a ruína total e o socialismo avança para a vitória mundial. O marxismo leninismo ascendera a uma etapa inteiramente nova, a etapa do pensamento de Mao Tsé-tung; 2. A sociedade brasileira é caracterizada como semi-colonial e semi-feudal; 3. Está na ordem do dia uma revolução de tipo nacional democrática; 4. A guerra popular é o caminho da revolução- e não o caminho “populista”; 5. É necessário reconstruir no Brasil um partido proletário; 6. Há uma orientação de que os dirigentes e militantes se lancem no processo de “integração na produção” como meio de transformação ideológica, já que a maioria dos integrantes era de origem “pequeno-burguesa.” ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p. 31.

<sup>258</sup> Ibidem, p.32.

setores de oposição, sendo a “integração na produção” vista por alguns militantes como recurso que dificultava que fossem encontrados pela repressão.

As orientações que vieram da AP para o trabalho de “integração na produção” foram bem específicas; através do contato direto com as massas, realizava-se o trabalho de conscientização, mobilização, ampliando suas bases para a organização da *guerra popular prolongada*, estratégica político-militar maoístas desencadeada no campo, com cerco às cidades. Neste sentido, a AP pretendia elaborar seu trabalho nos meios camponeses e operários:

Foi assim que a “integração na produção” apareceu como a forma por excelência e mais elevada para promover a “transformação ideológica” dos militantes da AP, oriundos da pequena burguesia. A integração começou em 1967, antes mesmo da realização da I Reunião Ampliada, por conseguinte antes dessa orientação ser aprovada em nível nacional. As primeiras iniciativas partiram de São Paulo e da Bahia. [...] No campo, a orientação geral era para que se fizesse a “integração” na condição de camponês pobre (meeiro, renteiro, posseiro, pequeno proprietário) ou assalariado rural, dependendo da região. Onde já havia anterior base de massa, a “integração” era facilitada e as pessoas que se “integravam” iam-se aproximando rapidamente das organizações de base existentes. [...] Nas cidades procuravam os bairros mais pobres para morar, as fábricas para trabalhar.<sup>259</sup>

Os militantes que eram destinados ao campo trabalhavam nas lavouras, moravam em casa de pau-a-pique, vivendo como os camponeses viviam. Outros realizaram trabalho de integração nas fábricas, morando na periferia, andando de ônibus, na tentativa de entrar em contato com a “verdadeira” massa popular. Durante o processo de “integração na produção”, na verdade durante toda militância, foram realizadas reuniões onde os militantes escreviam uma espécie de “autocrítica” de suas ações, que era lida perante outros companheiros e avaliadas pelos dirigentes, através de um documento interno específico:

---

<sup>259</sup> LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 110- 113.

Critérios para reavaliação de militância ou aferição de nível:

## I- Ideológicos:

- a) Teóricos: - Assimilação do marxismo, do leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung.  
- Mudança no modo de pensar (de idealista para materialista).
- b) Práticos: - Estilo de vida: mudanças dos hábitos, costumes, etc.  
- Estilo de trabalho: integração com as massas, integração teórica com a prática da crítica e autocrítica, entusiasmo revolucionário, constância (sic) no trabalho (perseverança), tenacidade (estilo duro de trabalho), trabalho em equipe, vida em comum, atitude diante da repressão (rua, prisão).

## II- Políticos:

- a) Teóricos: - Assimilação da Linha Geral do P. (6 pontos) e seu desenvolvimento.
- b) Práticos: - Participação da luta de massas.  
- Qualidade desta participação: como direção, como massa.

## III- Organizativos:

- a) Participação na vida do partido (é ativo, propões, debate, tem iniciativa, finanças= paga contribuição mensal, etc.)
- b) Participação na Luta Interna (é liberal consigo e com os companheiros, trava L. I. de forma leal e franca)



- c) Participação no processo de reorganização do Partido (política, ideológica, organizativa)

NB. Classificação: - N. 1 = militante avançado  
 - N. 2 = militante intermediário  
 - N. 3 = militante atrasado

(...)<sup>260</sup>

Assim, a Ação Popular buscava ter controle sobre seus quadros, analisando a partir desses critérios quais militantes estavam “melhor” preparados para determinadas ações, como por exemplo, integrarem-se às massas. No entanto, integrados ou não, os militantes deveriam seguir as orientações e as normas de comportamentos preconizados pela AP:

#### NORMAS DE COMPORTAMENTO EM INQUÉRITOS E PRISÕES - AP.

1. Em caso de prisão de qualquer militante, o núcleo deve isolar tudo o que o militante preso saiba, como locais de reunião, depósito de material, etc.
2. O militante deve fazer o maior alarde de sua prisão.
3. As relações mútuas preso-militantes estão automaticamente suspensas. Só com autorização o militante pode visitar um companheiro preso.
4. Negar pertencer a qualquer organização ilegal.
5. Negar manter relações com qualquer militante e conhecer os menos visados.
6. Negar posição ideológica
7. Negar qualquer participação em atividades consideradas subversivas.
8. Negar conhecer militantes de outras organizações.

---

<sup>260</sup> ARQUIVO, Edgar Leuenroth. Critérios para reavaliação de militância ou aferição de nível. Apud MORETTI, Vivian Barbosa. História em tempos de ditadura: construções de gênero na Ação Popular (1962-1972). *IV Encontro regional Sul de História Oral: culturas, identidades e memórias*, Florianópolis, 2007.

9. Reconhecer as atividades legais.
10. Tomar cuidado com espíões, traidores, delatores, microfones. Não comentar com outros presos sobre as suas atividades
11. É preferível ser pego numa mentira que fornecer dados para os inquisidores
12. Cuidado com as ciladas: “fulano já confessou”, “ possuímos provas”, “se não falar vai ser torturado”.
13. Falar sob tortura não é desculpa. É delação. Falar não impede tortura. A experiência demonstra que quem fala é torturado para falar mais.<sup>261</sup>

Outras normas, como a estipulação da espera de 48 horas para, sob tortura, começar a fornecer qualquer tipo de informação à polícia, fizeram parte de vários documentos escritos pela AP e difundidos entre seus quadros. Contudo, nem sempre essas regras de segurança foram seguidas. Quando a situação de clandestinidade era extrema, como em vilas no interior do Brasil, mesmo que o militante desejasse fazer o maior “alarde” diante de sua prisão, como previa a norma de comportamento, em lugares com pouquíssimo acesso a recursos para comunicação, demorava-se muito para ter notícias das prisões ocorridas durante o processo de “integração na produção”, sobretudo, no campo.

O processo de “integração na produção” foi vivido de 1967, intensamente em 1968 após AI-5, até seu total declínio em 1970. Haroldo Lima e Aldo Arantes, ex-militantes e fundadores da AP, que participaram deste processo bem de perto e ainda sob governo militar em 1984, publicaram o livro *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B* nele afirmaram que o processo se revelou um equívoco, já que a proletarianização pretendida conduzia a altos níveis de pobreza e também proporcionava a queda e prisão de frentes de integração. Muitos militantes abandonaram a AP neste cenário. Apesar disso, houve também um saldo positivo deste processo, como a participação em lutas de grandes repercussões: greve dos metalúrgicos em Osasco e Contagem, e as lutas de Pindaré no Maranhão, por exemplo<sup>262</sup>.

Em 1971, a organização passava por outro momento de tensões internas, o internacionalismo proletário, a organização pelo sistema de comitês deixava clara a adesão ao marxismo-leninismo, passando a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista- APML. Novas fases de

---

<sup>261</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p. 79.

<sup>262</sup> LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 114.

luta interna aconteceriam na trajetória da AP, conforme se desfazia das concepções essencialmente cristãs, uma ala na organização foi se aproximando do Partido Comunista do Brasil- PC do B- em 1972.

Mais divergências se expressariam nos diferentes caminhos adotados pela organização, no ano de 1973, quando um número expressivo de militantes, como os dirigentes Aldo Arantes, Renato Rabelo e Haroldo Lima, incorporaram-se ao Partido Comunista do Brasil, saudado como o partido de vanguarda do proletariado brasileiro. Outra ala, sob a direção de Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright manteve-se na APML, no entanto, estruturada como uma organização revolucionária própria.

Em 1973-1974, as forças repressivas assassinaram Paulo Wright e Honestino Guimarães, expressivas lideranças abalando novamente a estruturação da luta. A reorganização da APML, em 1977, contava com a retomada da inserção no movimento estudantil, e alcançando outros setores, “em São Paulo, militantes da APML nesse período foram importantes na luta pela anistia, em movimentos de saúde e feministas, como o jornal *Brasil Mulher* e nos congressos da Mulher Paulista”<sup>263</sup>. Em 1980, esteve entre os agentes políticos que participaram do processo de fundação do PT.<sup>264</sup>

### **Ditadura Civil- Militar: participação das mulheres na resistência**

Depois de 1964, as perseguições não só aos comunistas se intensificaram: era considerado transgressor e ameaça qualquer instituição, partido, movimento ou indivíduo que questionasse ou se posicionasse contra o governo militar e os setores da Igreja que o apoiavam. Restavam, à militância política de esquerda, poucas alternativas: sair do país ou nele permanecer em condição de clandestinidade, produzindo uma trajetória que levava tanto à esquerda quanto o próprio regime à radicalização e suas consequências. Mesmo atuando clandestinamente, entre as décadas de 1960 e 1970, a militância em partidos e organizações políticas desempenharam um papel muito importante no movimento de resistência à ditadura civil militar.

Segundo Marcelo Ridenti, em seu estudo *As mulheres na política brasileira: anos de chumbo*, onde analisa os processos judiciais retirados

---

<sup>263</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. cit., 2002, p.252.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 253.

do Projeto Brasil: Nunca Mais – BNM<sup>265</sup>, no caso da Ação Popular, houve a participação de várias mulheres na organização, ainda que em número muito inferior à participação masculina. Estes valores se referem à 27% de mulheres para 73% de homens<sup>266</sup>, dentre os processados judicialmente. Para este autor, o dado referente à Ação Popular, assim como às demais organizações de esquerda:

Reflete uma liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter feminista, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outras conjunturas<sup>267</sup>.

Vale destacar que, assim como a formação de diversos grupos e organizações políticas de esquerda não foi um movimento isolado, estavam também inseridos em uma conjuntura política mundial. A participação das mulheres na resistência ao regime militar se desenvolveu em um cenário muito particular para as mulheres, em todo o mundo e no Brasil. Mesmo com as restrições de liberdade e a atuação da repressão, o movimento feminista ressurgiu e se desenvolveu na virada para a década de 1970, em meio às grandes movimentações estudantis e à contestação dos costumes.

Um outro dado que se torna importante neste contexto, é o aumento do número de mulheres no ensino secundário e superior, o que possibilitava seu ingresso no movimento estudantil e, na maioria dos casos, posterior envolvimento com alguma organização de esquerda. Segundo Cristina Scheibe Wolff, em pesquisa desenvolvida no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, em um total de 141 entrevistas com várias mulheres e alguns homens que foram militantes de esquerda e/ou militantes feministas, “quase a totalidade das mulheres entrevistadas que

---

<sup>265</sup> É um longo estudo sobre a oposição ao regime militar no Brasil nas décadas de 60 e 70, especialmente sobre a repressão governamental à oposição; foram 695 processos movidos pelo regime contra seus adversários.

<sup>266</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. Op. cit., 1990. p. 11.

<sup>267</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1993, p. 198.

participaram de organizações ou iniciativas ligadas à esquerda, o movimento estudantil foi a porta de entrada na militância”.<sup>268</sup>

Todavia, ao mesmo tempo em que os anos 1960 foram marcados por rupturas – devido ao fato de as mulheres entrarem de forma mais significativa na vida pública – existe uma continuidade, que pode ser evidenciada, ainda na existência de um machismo, inclusive nas próprias organizações, afirma Julia Insuela<sup>269</sup>, que não acreditavam na capacidade de resistir, lutar e decidir das mulheres. Ao analisar estas questões de gênero envolvendo as organizações Cristina Scheibe Wolff, afirma:

Nas memórias de muitas mulheres participantes da luta de esquerda armada no Cone Sul nos finais dos anos 1960 e início de 1970, é muito claro um sentimento de amargura com relação às organizações das quais elas faziam parte. As acusações são muitas, e fortes: as mulheres raramente chegavam a postos de direção, tinham que estar a todo instante provando que eram confiáveis, corajosas e fortes, e elas tinham que se desligar de tudo o que representava sua feminilidade para serem levadas a sério. Além disso, a elas eram costumeiramente delegadas tarefas consideradas como secundárias.<sup>270</sup>

As contradições estavam postas, ao mesmo tempo em que as mulheres participavam de ações armadas, sequestros de embaixadores, expropriação de bancos, atentados, nem sempre eram vistas como iguais dentro das organizações. Para além, desta dificuldade no interior das organizações, a participação das mulheres representava uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a família e a sociedade esperavam das mulheres naquela época, ou seja, com os padrões de gênero. Os comportamentos impostos, social e culturalmente para as mulheres foram duplamente rompidos; ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar, e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, em que pudessem discutir, participar das decisões e debater

---

<sup>268</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul nos anos de 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana. ISAIA, Artur Cesar. DITZEL, Carmencita. *Relações de Poder e Subjetividades*. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 32

<sup>269</sup> INSUELA, Julia. Op. cit., 2011.

<sup>270</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit. p. 33

assuntos específicos de mulheres. Portanto neste cenário, percebemos como houve uma ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, da mulher que vive em função do mundo masculino.<sup>271</sup>

De acordo com Joana Maria Pedro, a participação das mulheres por diferentes modos na esfera pública, além de representar interferência num espaço costumeiramente dominado pelos homens, traz para o espaço privado a exigência de negociações e institui, desta forma, novas relações de gênero.<sup>272</sup> Isto fica claro quando tomamos conhecimento de histórias de mulheres militantes de esquerda, que entraram em conflito com seus pais e/ou companheiros, quando optaram por seguir na militância política.

A prática política era vista como atividade de homem, por isso, de modo geral, as famílias se opunham à militância política de suas filhas. Além disso, cada vez mais essas jovens mulheres se afastavam do projeto de vida comum à sua classe social: formatura, bom emprego, casamento e filhos, e se aproximavam do perigo que a prática política de esquerda representava no contexto da ditadura civil - militar. Foi necessário ter muita coragem e desprendimento para viver em flerte constante com o medo da prisão, tortura e da morte.

Por um lado, as mulheres que militaram nas organizações de esquerda em oposição à ditadura também foram questionadas e criticadas, inclusive por outras mulheres que não aderiram a esta luta, e mantinham forte o reconhecimento de “seu” lugar de mãe, esposa, apoiando e legitimando o regime autoritário, criando inclusive movimentos como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

Por outro lado, muitas mulheres tiveram participação ativa na resistência, não só militando em alguma organização de esquerda, mas desempenhando atividades de suporte como ao abrigarem militantes em suas próprias casas, organizadas em mobilizações para “cobrar a soltura ou volta de seus filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de seus paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias”<sup>273</sup>, que deram origem por exemplo ao Movimento Feminino pela Anistia-MFPA.

---

<sup>271</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. Op. cit., 1990.

<sup>272</sup> PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, n. 4: 33-39, 2000.

<sup>273</sup> DUARTE, Ana Rita F. Mulheres em guarda contra repressão. In: PEDRO, Joana, et al. *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 236.

Muitas mulheres travavam verdadeiras lutas para viverem, ao mesmo tempo, suas vidas pessoais e por um espaço participativo maior no interior das organizações.

Percebemos que, ao darmos visibilidade para participação das mulheres na luta de resistência à ditadura civil-militar, se contribuiu grandiosamente para desmistificar a imagem de passividade, atribuída social e culturalmente às mulheres, mostrando que estas eram também capazes de elaborar estratégias de resistência e militância, como será visto nas narrativas das ex-militantes da Ação Popular, analisadas no capítulo seguinte.

## CAPITULO III

**Contando histórias, narrando memórias.**

Agora não se fala mais, toda palavra guarda uma cilada e qualquer gesto pode ser o fim do seu início, agora não se fala nada e tudo é transparente em cada forma qualquer palavra é um gesto e em minha orla os pássaros de sempre cantam assim, do precipício: a guerra acabou quem perdeu agradeça a quem ganhou não se fala. Não é permitido mudar de ideia. É proibido. Não se permite nunca mais olhares tensões de cismas, crises e outros tempos está vetado todo movimento [...] agora não se fala nada, sim. Fim. A guerra acabou e quem perdeu agradeça a quem ganhou.<sup>274</sup>

Duras memórias são trazidas à tona por Catarina Meloni, Loreta Valadares, Maria Lúcia Rezende Garcia, Derlei Catarina de Luca e Solange Silvano R. Lima em seus livros autobiográficos. São narrativas repletas de dor, coragem, medo, alegrias. Sobretudo a dor do trauma sofrido é muito presente nestes relatos. Mesmo assim, essas mulheres veem a escrita como um mecanismo para formular, lembrar e esquecer tais memórias tão dolorosas.

Como visto, no primeiro capítulo, cada uma dessas mulheres construiu uma maneira distinta de narrar e registrar suas histórias de militância. Existem assuntos que são abordados em alguns livros autobiográficos e que em outros nem aparecem, evidência de como a memória é seletiva. A

---

<sup>274</sup> NETO, Torquato. *Os últimos dias de Paupéria*. São Paulo, Max Limonad, 1982, p. 369-70.



memória sempre implica em selecionar informações, uma vez que torna-se impossível recordar de tudo e, nesse sentido, não há memória sem esquecimento. Desse modo, o objetivo será buscar realizar aproximações e distanciamentos nas memórias analisadas em relação à experiência da prisão/tortura e da clandestinidade.

### **O trauma que gera a narrativa: o indizível necessário**

Viver os anos da ditadura civil militar representou para as mulheres aqui estudadas viver uma experiência traumática, principalmente em se tratando da violência na tortura e do isolamento na clandestinidade, que gerou marcas “no corpo e na alma”. Mesmo assim, essas mulheres encontraram forças através da escrita para expressarem o que viveram.

Mesmo sabendo que muitos sobreviventes silenciam seus traumas. Corroboramos com Márcio Seligmann-Silva, quando afirma que os sobreviventes de eventos traumáticos precisam “narrar, elaborar e esquecer” seus traumas e “querem se esquecer porque são assombradas pelo sofrimento desses males e não para apagar as atrocidades e, muito menos, negar um sentimento de justiça.”<sup>275</sup>

Foi possivelmente o sentimento de justiça que moveu a escrita autobiográfica das personagens, Derlei Catarina de Luca, por exemplo, fundadora e coordenadora do Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, realiza um trabalho incessante na busca pela verdade e pela justiça até os dias de hoje. Do mesmo modo, Maria Lúcia Resende quando foi eleita vereadora da Câmara Municipal de São Lourenço em 1997, desempenhou importante papel legislativo na busca dos mortos e desaparecidos políticos.

Assim como toda forma de memória, o passado relacionado às memórias traumáticas ora está designado ao silêncio e esquecimento, ora está em maior evidência, “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal.”<sup>276</sup>, haja vista que a vítima é sempre acompanhada por seu trauma.

---

<sup>275</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro, et al. (Orgs.). *Literatura e cinema de resistência*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013, p. 134.

<sup>276</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Op. cit., 2008, p.69.

Elizabeth Jelín apresenta como eventos traumáticos, tais quais os processos ditatoriais vividos pelos países do Cone Sul, aqueles que produzem narrativas ‘incompletas’, difíceis de serem elaboradas:

Los acontecimientos traumáticos conllevan grietas en la capacidad narrativa, huecos en la memoria. Es la imposibilidad de dar sentido al acontecimiento pasado, la imposibilidad de incorporarlo narrativamente, coexistiendo con su presencia persistente y su manifestación en síntomas, lo que indica la presencia de lo traumático. En este nivel, el olvido no es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia, la representación de algo que estaba y ya no está, borrada, silenciada o negada.<sup>277</sup>

O sujeito que se desafia ao narrar um trauma, está muitas vezes consciente, de que ao rememorar tais acontecimentos, está colocando tais recordações em evidência, mesmo quando não há nenhuma garantia de que irá superá-lo, muito pelo contrário, mexer em tais lembranças, na maioria das vezes, traz dor e sofrimento.

Para o sobrevivente, “a limitação que seu discurso tem em possibilitar a compreensão de algo que de tão brutal aproxima-se do inverídico, o que significa, muitas vezes a incapacidade de aceitar o trauma como parte da mesma realidade posterior em que vive”<sup>278</sup>. No entanto, como afirma Seligmann “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar o sentido primário de desejo de renascer”<sup>279</sup> do sobrevivente.

La actuación del trauma, que siempre implica repeticiones de síntomas, retornos de lo reprimido

---

<sup>277</sup> Eventos traumáticos envolvendo rachaduras na capacidade narrativa, lacunas na memória. É a incapacidade de dar sentido ao evento passado, a impossibilidade para incorporar lo narrativamente, coexistindo com a sua presença persistente e sua manifestação em sintomas, indicando a presença de um trauma. A este nível, o esquecimento não é ausente ou vazio. É a presença dessa ausência, a representação de algo que era e já não é, apagada, silenciada ou negada. JELÍN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI Editores, España, Colección Memorias de la Represión. 2002, p. 21. (Tradução nossa)

<sup>278</sup> SOUZA, Vivian. A memória traumática da tortura: contribuições do debate acadêmico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013. p. 8.

<sup>279</sup> SELIGMANN-SILMA, Márcio. Op. cit., 2008, p.66.

o reiteraciones ritualizadas, sirve a menudo como anclaje de identidad. Se genera entonces una fijación en ese pasado y en esa identidad, que incluye un temor a la elaboración y al cambio, ya que esto significaría una especie de traición a la memoria de lo ocurrido y lo pasado. Elaborar lo traumático implica poner una distancia entre el pasado y el presente, de modo que se pueda recordar que algo ocurrió, pero al mismo tiempo reconocer la vida presente y los proyectos futuros. En la memoria, a diferencia de la repetición traumática, el pasado no invade el presente sino que lo informa.<sup>280</sup>

Estabelecer a distância entre o passado e presente na elaboração da memória traumática, como nos sugere Jelín, parece ser um dos maiores desafios enfrentados pelas personagens ao escreverem suas memórias. Já que ao rememorarem lembranças como as que foram vividas durante a tortura e clandestinidade, por exemplo, há uma reatualização da dor que invade o sujeito no presente.

Para tanto, Elizabeth Jelín conduz a uma reflexão sobre o paradoxo que há na relação entre “los huecos traumáticos que son al mismo tiempo parte de lo que queremos comprender y narrar como parte del horror del pasado, y “cajas negras” que impiden la elaboración de ese mismo relato”<sup>281</sup>. Acreditamos, que este paradoxo existe propriamente, por estar relacionado às memórias muito dolorosas que acabam, muitas vezes, por ficarem “incompletas”, “inacabadas” no inconsciente do sujeito gerando um vazio que leva a mais angústia e sofrimento. Mesmo quando há um grande esforço físico e mental em lembrar e registrar tais eventos, como

---

<sup>280</sup> A atuação do trauma, que sempre envolve a repetição dos sintomas, retornos do reprimido ou reiterações ritualizadas, muitas vezes serve como âncora da identidade. É gerada então uma fixação no passado e nessa identidade, incluindo um medo na elaboração e na mudança, pois isso significaria uma espécie de traição à memória do que aconteceu e do passado. Elaborar o trauma implica colocar uma distância entre passado e presente, para que se possa se lembrar que algo aconteceu, mas, ao mesmo tempo reconhecer a vida presente e os projetos futuros. Na memória, ao contrário da repetição traumática, o passado não invade o presente, mas o informa. (Tradução nossa) JELÍN, Elizabeth. Op. cit., p. 69.

<sup>281</sup> Vazios traumáticas são ao mesmo tempo parte do que queremos compreender e narrar como parte do horror do passado, e "caixas pretas" que impedem a elaboração desse mesmo relato. Ibidem, p.75. (Tradução nossa)

notamos que ocorreu com as personagens, nem sempre se consegue superar os conflitos, medos e traumas na elaboração da narrativa.

Como afirma Leonor Arfuch:

Si de algún modo las narrativas del yo construyen los efímeros sujetos que somos, esto se hace aún más perceptible en relación con la memoria y la elaboración de experiencias traumáticas. Allí, en la dificultad de traer al lenguaje vivencias dolorosas que están quizá semiocultas en la rutina de los días, en el desafío que supone *volver a decir*, donde el lenguaje, con su capacidad performativa, hace *volver a vivir*, se juega no solamente la puesta en forma –y en sentido- de la historia personal sino también su dimensión terapéutica –la necesidad del decir, la narración como trabajo de duelo- y fundamentalmente ética, por cuanto restaura el circuito de la interlocución y permite asumir el *escuchar* con toda su carga significativa en términos de responsabilidad por el otro.<sup>282</sup>

Em muitos casos, o silêncio impõe-se como consequência do trauma. Entretanto, narrar o fato traumatizante pode ser também uma forma de superá-lo. A memória traumática rememora situações tão difíceis que, em muitos casos, são reprimidas pelo sujeito, já que “a rememoração e a

---

<sup>282</sup> Se de alguma forma as narrativas do eu constroem os efêmeros sujeitos que somos, isso se torna ainda mais perceptível em relação à memória e a elaboração de experiências traumáticas. Há, na dificuldade de trazer para linguagem experiências dolorosas que talvez estejam escondidas na rotina dos dias, no desafio de voltar a falar, onde a linguagem, com a sua capacidade performativa, faz voltar a viver, não se está tratando somente da forma – e no sentido- da história pessoal mas também da sua dimensão terapêutica -a necessidade de dizer, a narração como trabalho de luto- e principalmente ética, porque restaura o circuito da interlocução e permite assumir o ouvir com toda a sua carga significativa em termos de responsabilidade pelo outros. ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. *Revista Labrys. Estudios feministas*, n. 15, p. 1-14, 2009.p.12 (Tradução nossa)

reflexão possibilitam o trabalho de conscientização, que frequentemente é doloroso, motivo pelo qual muitas vezes é reprimido.<sup>283</sup>”

Contudo, quando não é reprimido, o trabalho de conscientização de si auxilia na construção discursiva de um ponto de vista sobre si mesma, o que contribuiu para que as ex-militantes elaborassem sua autojustificação, seu autoconhecimento, e auto explicação, conforme sugere Alejandra Oberti. Em seus livros autobiográficos, tal elaboração se deu em alguns casos através de uma escrita que desempenhou uma função terapêutica, em uma tentativa de reconciliação com o passado, e de reelaboração das memórias traumáticas. Corroboramos com Denise Rigonati, quando diz que “é através do rompimento do silêncio daquele que sofre, que o trauma torna-se suportável- por meio da catarse.”<sup>284</sup>

Vale ainda lembrar que nesse processo de rememoração das memórias traumáticas, o ato de ‘esquecer’ não significa que aquilo que foi esquecido tenha desaparecido totalmente do inconsciente do sujeito que narra. ‘Esquecer’ tem um papel importantíssimo no processo de elaboração da narrativa, sobretudo de eventos traumáticos. O ‘esquecimento’ também faz parte de uma seleção do que deve ser lembrado, ‘esquecer’ não significa extinguir o reprimido.<sup>285</sup>

### **“O primeiro trauma, tudo começa com a prisão e as torturas”**

Do seu início ao fim, 1968 representou, no Brasil, o momento auge das manifestações estudantis, dos metalúrgicos, intelectuais e opositores da ditadura. De um lado, aconteciam o III Festival Internacional da Canção, a greve dos metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP), passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro; do outro, os militares endureciam a repressão, em episódios como o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Souto e a invasão do Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE em Ibiúna (SP).

---

<sup>283</sup> UMBACH, Rosani Ketzer. Memórias autobiográficas em narrativas pós-ditatoriais. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, out./dez. 2013, p. 481.

<sup>284</sup> RIGONATI, Denise T. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. Orientador: Cezar Teixeira Honorato. Dissertação ( Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2015, p. 26

<sup>285</sup> SILVA, Walkiria Oliveira. Construções de memórias da Ditadura Militar brasileira: entre o trauma e o esquecimento. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p. 514

Em 13 de dezembro de 1968, o ano terminou com mais um golpe, “o golpe dentro do golpe”. A ditadura enfatizava sua face mais repressiva, quando Artur Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5, como forma de conter a forte agitação política. O Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado, houve a suspensão da possibilidade de qualquer reunião de cunho político e a censura se acirrou<sup>286</sup>. Neste cenário muitos estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositores foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio.

Maria Lúcia Resende Garcia, Catarina Meloni e Derlei Catarina de Luca não saíram ilesas do ano 1968. Em agosto deste ano, Maria Lúcia foi presa pela primeira vez na tentativa de impedir a prisão do companheiro Luiz Gonzaga Souza Lima – Guga, então presidente do Diretório Acadêmico da Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que estava em um movimento na rua próxima ao Palácio do Governo de Minas. Ela revela em sua narrativa:

A polícia foi acionada pelo vendedor de picolé que por perto se encontrava. Na tentativa de impedir sua prisão, quando convocava os colegas para salvá-lo da repressão, caí, e ao levantar-me também sou presa. Nesse dia houve prisão em massa. Estudantes que apenas passavam pela rua eram detidos. Levada para DOPS encontro-me com vários colegas e a todo momento novos presos chegavam. [...] No período da tarde sou levada para o 12º RI- Regimento de Infantaria, interrogatório, em que o coronel Cavaliéri fazia perguntas sobre meu envolvimento com as lideranças principais do movimento estudantil. Fazia exigências para que eu não participasse dos movimentos, como também não deveria ir ao Congresso da UNE, que se aproximava [...] já ao anoitecer decidem me liberar.<sup>287</sup>

Em setembro de 1968, houve uma grande movimentação entre os estudantes, iniciavam-se as assembleias estudantis para definirem sobre

---

<sup>286</sup> DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Editora da Unicamp, 1999. p.56.

<sup>287</sup> GARCIA, Maria Lúcia Resende. Op. cit., p. 62.

os congressos Estadual e Nacional de estudantes. Em outubro de 1968, depois de muitos preparativos, aconteceu o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, no sítio Murundu, próximo ao município de Ibiúna (SP). Dado o aumento da repressão, os organizadores do evento realizaram o congresso de forma clandestina, sem a menor estrutura adequada, em uma cidade do interior de São Paulo, na intenção de não serem descobertos pelos agentes da repressão. No entanto, foi conseqüentemente à grande movimentação que os estudantes causaram nas padarias, farmácias da cidade que chamou a atenção da população que acabou chamando a polícia. O Congresso foi invadido no dia 12 de outubro de 1968 pela Força Pública e o pelo DOPS, onde foram presos cerca de 750 estudantes, desde lideranças a militantes.<sup>288</sup>

Derlei Catarina de Luca e Maria Lúcia Resende Garcia, foram presas em tal episódio. Em sua autobiografia, Derlei apenas revela, de maneira muito breve, que foi presa juntamente com outros 14 estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, e levada para o Presídio Tiradentes em São Paulo. Já Maria Lúcia, narra com clareza o que viveu na segunda vez em que foi presa ao participar do Congresso de Ibiúna:

Nosso destino: Presídio Tiradentes. Lá, as mulheres eram identificadas pelas policiais femininas e encaminhadas às celas. Já era final da tarde quando chegamos. Para tomar banho só uma torneira, que mal dava para molhar um pouquinho. Por volta das 7 da noite nos foi servido o jantar. Era uma sopa em uma lata de querosene, ou do tipo, todas pretas e amassadas. Nem com a maior fome tivemos coragem de enfrentá-las. Fui a primeira da cela a ser chamada para interrogatório, e com outros, fui também para DOPS. As perguntas eram pré-elaboradas e as mesmas para todos os estudantes. Estas se referiam à nossa filiação partidária, se já tínhamos sido presas. Já quase de manhã, as primeiras turmas retornam ao Presídio Tiradentes. [...] Já quase uma semana depois estando de novo no DOPS, sou liberada<sup>289</sup>.

Mesmo tendo sido presidenta da União Estadual Estudantil de São Paulo, Catarina Meloni não participou do Congresso Nacional da União

---

<sup>288</sup> DO VALLE, Maria Ribeiro. Op. cit., p.58.

<sup>289</sup> GARCIA, Maria Lúcia Resende. Po. Cit., p. 68.

Nacional dos Estudantes em Ibiúna, porque havia sido liberada da prisão poucos dias antes do início do Congresso. Desobedecendo as regras da Ação Popular, Catarina e uma colega foram assistir ao desfile de sete de setembro de 1968, em São Paulo, e acabaram presas. O relato de Catarina sobre o Presídio Tiradentes, por onde também passaram Maria Lúcia e Derlei, é o mais detalhista dentre eles. Nos 33 dias em que esteve presa entre DOPS, Presídio Tiradentes, e Carandiru, Catarina conheceu a difícil realidade desses lugares:

A carceragem do DOPS era um cubículo, um subterrâneo frio e sem sol. Levaram-me para baixo, a uma pequena cela; cama de cimento, colchão sujo, cheiro forte de urina, umidade e mofo. Fomos tiradas do DOPS, sem aviso, de surpresa. Ninguém lá dentro sabia que seríamos removidas, muito menos para onde iríamos. Nem nós. Fomos levadas de noite para o presídio Tiradentes, um lugar fétido. Era um prédio decadente, corroído pelo tempo, e dava impressão de nunca ter sido terminado. Naquele ambiente, nenhuma palavra é obscena. A condição a que o homem está submetido sim é obscena, é o máximo da obscenidade. Os odores tornam-se confusos e misturados: à forte acidez dos detritos e recantos imundos mistura-se o cheiro de comida e o das defecações do meio dia.[...] alguém geme, um gemido cansado que se prolonga por horas. Os pratos de comida permanecem no chão, em cima daquela destilação fétida e escura, até que o funcionário venha apanhá-los, bem mais tarde. [...] Atendendo ao pedido de um grupo de mulheres de São Paulo, o juiz corregedor visitou o Tiradentes, fui retirada de lá, que não era mesmo lugar para uma moça, e enviada ao Carandiru. Foi como entrar no céu. Saí com habeas corpus depois de 33 dias. As delegações para o Congresso de Ibiúna já estavam em São Paulo, eu fiquei de fora.<sup>290</sup>

A permanência no cárcere gerava dois fatores, para além da tortura, que potencializavam o desequilíbrio pessoal e coletivo dos presos: a ruptura da noção de tempo e a ausência de regras que criassem e

---

<sup>290</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 39,45,55.



regulassem a rotina<sup>291</sup>. Em muitos casos, as ex- militantes relatam que se sentiam confusas ao tentarem lembrar de certas vivências nos órgãos de repressão, por se tratarem de experiências fora do comum. Preservar a sanidade mental foi um grande desafio “contam-se azulejos na parede, controla-se a entrada do sol na cela e seu percurso para ter noção da passagem das horas, fazem-se trancinhas com palha do colchão, fazem-se exercícios de memória”<sup>292</sup>, tudo isso com intuito de manter a cabeça sempre funcionando, já que muitas vezes, o corpo estava destruído pela tortura.

Diferente das outras três ex-militantes presas no final de 1968, Solange Silvany Rodrigues Lima, só foi presa em setembro de 1969, juntamente com sua amiga Regina Mariano, também professora, quando entregavam panfletos contra o arrocho salarial na porta de uma fábrica. Foram as primeiras mulheres presas políticas da Bahia. Em suas lembranças Solange relata que:

Sem armas de nenhum tipo. Só a das ideias. Quanto a mim, pude negar veemente, a ocorrência de distribuição dos panfletos porque, à voz de prisão, joguei-os todo no chão. Não fui surpreendida com nenhum deles na mão. Esta era a orientação da direção regional da Ação Popular. Negar, veementemente, qualquer acusação, para dificultar a tramitação legal da prisão e a delação de companheiros. [...] Ao ouvir a sentença pronunciada pelo júri militar, senti no peito uma dor muito fina e aguda. Mas permanecemos impávidas e serenas na aparência. De pé, no Tribunal, nós duas ambas. Pensei na hora: as minhas filhinhas vão crescer, longe de mim. A primeira noite na prisão. Outro preso político, o poeta Ariovaldo Matos, maduro e tranquilo, nos aconselhou a tomar algum calmante para não pensar e dormir. Dormimos. Três meses<sup>293</sup>.

A narrativa de Solange sobre sua prisão se distancia muito da de Catarina e Maria Lúcia, pois não revela nada do cotidiano na prisão e das dificuldades, normalmente enfrentas pelos militantes. Destaca em seu

---

<sup>291</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. Op. cit., 1996.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>293</sup> LIMA, Solange Silvany Rodrigues. Op. cit., p. 110.

livro autobiográfico, somente a gratidão pela solidariedade da família e amigos, que levaram comida, fizeram visitas regulares e cuidaram de suas filhas; “lembro as marmitas de comida levadas, todo dia, pelas nossas mães, a minha e da Regina. Parentes que há muito tempo não via ou não conhecia direito, fizeram-se presentes com a sua amizade.”<sup>294</sup>

Observamos que, apesar de detalhadas, tanto a escrita de Catarina quanto de Maria Lúcia sobre suas prisões, trazem pouquíssima ou nenhuma informação sobre a prática da tortura nem com elas mesmas, nem com outras companheiras. No entanto, isto não quer dizer que não tenha havido tortura, existem lacunas nestas narrativas sobre a experiência da tortura, certamente, houve muita tortura psicológica, já que essas mulheres, enquanto estiveram presas, passaram por humilhações, ameaças, privações. Como visto, existe uma seleção da memória do que é lembrado, esquecido e posteriormente registrado, sobretudo, em se tratando de memórias da tortura que geraram traumas que acompanham as ex-militantes até hoje.

No caso específico de Catarina Meloni, ela elabora sua narrativa sem relatar as violências físicas que certamente sofreu, já que foi uma liderança do movimento estudantil em São Paulo, tendo sido presa por duas vezes, ficando na primeira vez mais de um mês presa entre DOPS e Carandiru. Apenas conta o que ela definiu como ‘constrangimentos’ sofridos, no entanto, entendemos tais constrangimentos como claro ato de tortura psicológica. Catarina restringiu-se a dizer que quando um policial no interrogatório se referiu ao seu estado civil:

[...] ele dizia “amasiada”, pois para ele “casamento realizado no Chile não valia aqui”. Era uma forma de intimidar, de criar constrangimento pelo uso de palavras e expressões que num ambiente de delegacia de polícia, transforma-se em vulgaridades, até obscenidade.<sup>295</sup>

O ataque verbal era constante nos interrogatórios, questionavam-se os valores e a moral que o sujeito deveria ter, sobretudo, as mulheres. Como ficou claro na experiência vivida por Catarina, as palavras eram usadas como ferramenta de humilhação e destruição da autoestima.

Em seu livro de memórias, Solange Silvano, ao tratar do assunto tortura, recorre às palavras divinas, assim como, faz em toda sua

---

<sup>294</sup> Ibidem, p. 110- 111.

<sup>295</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 25.

narrativa. Busca forças, como ela mesma diz, nas palavras de Deus para refletir e interpretar suas experiências:

Quando me sinto fraco, aí é que sou forte, observara S. Paulo. Na crueza do eu, esvaziado até da consciência de si mesmo, em “kenose” definitiva, o Senhor nos preenche com o dom da fortaleza, o dom necessário ao martírio da cruz, o dom que permitiu e permitirá sempre ao Amor superar os abandonos, em hora de morte, entregar-se todo inteiro ao Pai, na concessão de perdão aos crucificados.... Nestes antros [lugares onde se praticavam tortura, DOPS, OBAN, etc], retornamos ao pó de onde viemos. Ali, somos o que somos, independentes da vontade própria ou dos outros. Os heroísmos e as vilezas se encontram, a graça e a desgraça, e ninguém pode ser exaltado ou execrado por estes encontros. Ficamos nus e puros como nascemos e como devemos morrer, numa desvalida solidão conosco mesmos. A minha nudez se exibiu diante de mim e eu me conheci. Ou reconheci? Não fui torturada, fisicamente. Só ameaças.<sup>296</sup>

Mesmo não tendo sofrido torturas físicas, as reflexões de Solange sobre a condição em que se encontra o sujeito durante a tortura, são instigantes. No trecho acima, percebemos como baseando sua narrativa em suas concepções religiosas, metaforicamente, Solange está colocando frente a frente torturador e torturado “os heroísmos e as vilezas se encontram, a graça e a desgraça”, e é desses encontros que revelam a nudez interior do sujeito, que desestabilizam sua consciência de si mesmo, que alguns militantes se percebiam vulneráveis e até mesmo submissos aos seus algozes. Reforçando esta ideia, Marilena Chauí reconhece que “o torturador se coloca acima da condição humana, força o torturado a se colocar na situação de abaixo da condição humana”.<sup>297</sup> Para a autora, a experiência limite da tortura faz desaparecer as capacidades humanas do sujeito, seja de reação, seja de reconhecimento,

---

<sup>296</sup> LIMA, Solange Silvany Rodrigues. Op. cit., p. 151.

<sup>297</sup> CHAUI, Marilena. A tortura como impossibilidade da política. In: ELOYSA, Branca (Org.). *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*, 1: depoimentos e debates. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 33.

ao submeter o torturado ao pavor da entrega, da submissão, colocando o indivíduo frente a contradições.<sup>298</sup>

As violências físicas sofridas nos porões da ditadura são narradas em apenas duas autobiografias, a de Loreta Valadares e a de Derlei Catarina de Luca. Dos cinco livros autobiográficos das ex-militantes aqui estudadas, os relatos produzidos por estas duas mulheres sobre suas prisões estão intrinsecamente relacionados às torturas físicas e psicológicas que sofreram. São relatos que ocupam páginas e páginas de seus livros autobiográficos, repletos de detalhes angustiantes.

O regime militar possuía um sistema repressivo eficaz, que agiu com muita violência contra todos que eram considerados subversivos. Muito embora, o Brasil tenha assinado a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz em seu artigo 5º a premissa de que "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante"<sup>299</sup>. Foram cometidas grandes atrocidades contra aqueles que lutavam pelo fim da ditadura civil militar no Brasil. Na busca incessante para obter informações os agentes da repressão torturaram mulheres, homens, idosos, crianças, gestantes. Filhos foram torturados na presença dos pais, mulheres perante os maridos, colocavam frente a frente companheiros, na mesma sessão de tortura.<sup>300</sup>

Para muitos militantes, pior do que ser torturado foi ser obrigado a estar presente a uma sessão de tortura, seja como espectador daquelas atrocidades ou como quem deveria participar da ação, acionando alguma ferramenta para descargas elétricas, por exemplo. Loreta Valadares, passou por esta experiência e a revela em seu livro autobiográfico no capítulo sob o título "A tortura maior". Para ela a pior situação vivida na tortura foi ver seu marido ser torturado:

Fazem uma roda em torno dela, todos gritando: "vamos acabar com essa puta!". "Agora ela vai ver". "Vou ver o que? ", pergunta ao coronel Góes que chega, mais agitado do que nunca. "Não está vendo o que está acontecendo? Eu lhe disse que mais cedo ou mais tarde isso ia acontecer. Chegou

---

<sup>298</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>299</sup> Em Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

<sup>300</sup> MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Direito à Memória e à Verdade: luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

a hora”, brada satisfeito. “ Nós pegamos o seu marido, pegamos o Melgaço. Agora vamos fazer o teste do amor, vamos ver se você aguenta ver a tortura dele”. Ela grita: “ É mentira, ele nem está em Minas!”. Então, vê sendo empurrado para o pátio, um homem alto e forte, mãos algemadas, coberto de sangue, mal se vê o rosto, andando com muita dificuldade. Vendo que Carlos está mesmo com seu nome verdadeiro, não adianta mais continuar a não reconhecê-lo. Vários militares cercam Carlos e começam a espanca-lo de forma brutal. Usando longos cassetetes, batem em Carlos, indiscriminadamente na cabeça, no tórax, nas costas. Ela está desesperada. Grita: “ vocês vão matá-lo, desgraçados assassinos”. O coronel e outros: “ Depende de você, se você falar, nós o poupamos. ” Ela repete “assassinos, assassinos”. À beira do desespero, ela grita para o coronel: “ Ele vai morrer, então, por sua causa”. Ela tenta se acalmar e friamente responde: “ Não, não me responsabilizem por crimes que vocês cometeram. Se ele morrer, vocês é que o mataram.” Ela passa a sua pior noite na cadeia. Uma angústia muito grande, a alma dolorida, a mente conturbada, quase a impedem de raciocinar. O choro, muitas vezes contido até então, vem aos borbotões. As imagens da noite anterior passam em sua cabeça, como quadros de cinema em câmara lenta.<sup>301</sup>

É explícito nas palavras de Loreta o sofrimento que passou ao ver seu marido em tal situação. A dor de Carlos também a atingia, ver seu marido ensanguentado, levando murros de tantos homens, a desestabilizava internamente, no entanto, mantinha-se firme no confronto com torturadores.

Outra situação de tortura que foi muito cruel era a que envolvia filhos, porque se responsabilizava e culpabilizava as mães de estarem expondo seus filhos a tal violência, já que aos olhos dos agentes do regime a “boa mulher” era a “boa mãe” que estava em casa cuidando e zelando por seus filhos.

---

<sup>301</sup> Vale lembrar que ao tratar dos sentimentos durante a tortura e para citar nomes de outras pessoas, Loreta toma uma distância poética, como ela mesma afirma, e opta por escrever em terceira pessoa. VALADARES, Loreta. Op. cit., p. 105.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.<sup>302</sup>

Principalmente depois do AI-5, a prática da tortura passou a ser institucionalizada, sendo parte importante da doutrina de Segurança Nacional do Estado brasileiro. Segundo Marilena Chauí “uma vez que representam a Segurança Nacional, os membros do governo consideram-se providos do direito e do dever de defendê-la e, nessa defesa, institucionalizam a tortura.”<sup>303</sup> Que tornava-se, desse modo, cada vez mais eficaz contra os opositores do regime:

A tortura faz parte da máquina de Estado. É instrumento usado deliberadamente com fim de causar dor, sofrimento, terror para obtenção explícita de informações e confissões daqueles considerados infratores da lei. A tortura é política quando praticada contra os opositores do Estado. A tortura não é episódica, nem fruto dos desmandos de algum policial treloucado. Sem ela, o regime se vê incapaz de alcançar resultados, sejam políticos, sejam informativos. A tortura política não visa somente a obter informações, mas aniquilar, física e moralmente, o preso político. A estratégia da tortura inclui, também, a utilização de

---

<sup>302</sup> ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 43

<sup>303</sup> CHAUI, Marilena. Op. cit., p. 32.

médicos indignos, a postos para ‘qualificar’ a capacidade de resistência a tortura<sup>304</sup>.

A tortura tendia causar à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais e físicos. Em síntese, a tortura “tratava-se de castigo sistemático e permanente independente do objetivo de obter informação. Fundamentalmente, este era o objetivo último em relação às vítimas: quebrar sua resistência através da violência, da humilhação, da despersonalização.”<sup>305</sup>

As ex-militantes tinham pouquíssima noção de tempo, já que durante a tortura não havia dia nem noite, os interrogatórios e as sessão de tortura não tinham hora para começar nem tampouco para acabar, a qualquer momento podiam ser chamadas para dar seus depoimentos e recomeçar a violência.

Loreta Valadares enfrentou tudo isso, quando foi presa no dia 14 de junho de 1969, com outros companheiros na casa do Graal, um movimento ecumênico, cuja coordenadora era simpatizante da Ação Popular. Em seguida foram levados para G2, inteligência da Polícia Militar, em Belo Horizonte, onde as sessões de tortura psicológicas e físicas tiveram início. Loreta, em sua narrativa, revela sua indignação pelas ameaças que sofreu terem “descarada exploração da condição de mulher”, conta que ao negar ser a pessoa de uma foto que mostravam a ela, seu torturador “Capitão Portela fica furioso e a acusa; louca, mentirosa, se você não falar vou dizer a seu sogro que você é uma prostituta, estava lá na casa do Graal, dormindo com homens no mesmo quarto”<sup>306</sup>. Muitas militantes sofreram esta mesma acusação, por estarem militando nas ruas, ocupando espaços públicos e não em casa cuidando de seus maridos e filhos, os torturadores as chamavam de “putas comunistas” por estarem nas ruas, muitas vezes pegando em armas.

Segundo Ana Maria Colling em *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, a construção do sujeito político “puta comunista”, pode ser entendida como uma forma de desconstrução da mulher enquanto

---

<sup>304</sup> JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheib (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.p.232

<sup>305</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Volver los Locos. A tortura como política repressiva estatal nas ditaduras de segurança nacional do cone sul: o caso uruguaio. *Revista Tempos Históricos*. Unioeste, Paraná v. 10, 2007, p. 13.

<sup>306</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p. 78.

sujeito político, transformando-a em sujeito desviante e não político<sup>307</sup>. A condição de mulher foi utilizada pelos torturadores como ferramenta de humilhação e de destruição da autoestima. Loreta Valadares deixa claro em suas memórias como sua postura foi de enfrentamento a tal situação:

No meio da roda, Portela, abre uma mala cheia de materiais e objetos, puxa alguma coisa que joga na minha cara. Eram as minhas calcinhas, tiradas de minha casa!! Continuava a tentativa de humilhação exclusivamente pelo fato de se tratar de mulher. Ao jogar, dizia: ‘Tome, pegue, para não ficar com sua calcinha suja, imunda, já que vai ficar aqui muito tempo.’ Como eu estava de braços cruzados, as calcinhas caíram sobre eles e eu não tive dúvidas, joguei de volta para Portela, que, de novo, jogou-as para mim e eu as atirei outra vez em cima dele.  
»<sup>308</sup>

O intuito era sempre de desmerecer a atividade política das mulheres e humilhá-las por sua condição de militante e mulher. O que neste momento caracterizava uma dupla transgressão por estarem extrapolando o universo doméstico e por desafiarem os códigos de gênero da época, que relegavam as mulheres ao espaço privado, como mães, esposas e dona de casa<sup>309</sup>. Os torturadores reduziam suas vítimas a “coisas”, meros objetos para alcançar objetivos maiores, sendo ela uma mulher ou um homem.

A tortura política não visava somente a obter informações, mas a aniquilar, física e moralmente, o preso político. Susel Oliveira lembra que “para além de maus tratos físicos e psíquicos, a destruição do universo de referência do sujeito é fundamental, principalmente na tortura com fins políticos”<sup>310</sup>. Através da tortura a ditadura eliminou diretamente ou aos poucos, aqueles que se voltaram contra regime autoritário.

---

<sup>307</sup> COLLING, Ana Maria. Op. cit., p. 27.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 58

<sup>309</sup> MORAES, Maria Ligia Quartim. Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: a experiência brasileira. *Cadernos AEL*, Anistia e Direitos Humanos, Campinas, v. 13, n. 24/25, p.86.

<sup>310</sup> ROSA, Susel Oliveira. *Mulheres, ditaduras e memórias*: “ não imaginei que precise ser triste para ser militante”. São Paulo. Editora Intermeios; Fapesp, 2013.p.66.



As violências cometidas foram as mais diversas, Loreta lembra de ter sido submetida à tortura das “latinhas”, que consistia em colocar a pessoa em pé sob duas latas abertas com as bordas para cima que cortavam as solas do pé:

Schubert volta e diz: “Avon para ela”. Ela pensa: “que diabos é Avon?”. Vieram com dois potes vazios de produtos Avon, abertos, com as bordas para cima. Querem que ela tire os sapatos. “Não tiro”. Jogam-na em uma cadeira, arrancaram-lhe os sapatos mandam “subir” nos potes. Era a tortura da latinha. “Não subo”, ela diz. Os torturadores então colocam-na em cima da lata e largam. Ela despenca no chão. “Aqui em cima não fico”, pensa. E a cada vez que a colocam na latinha cai no chão. É claro, isto também machuca, mas é melhor do que ter os pés cortados. Além do mais, ela não está fazendo o que eles esperam. [...] Pensando na cela, calada, observa que eles procuram, além de infligir torturas físicas, causar danos psicológicos, tanto em uma forma como outra, abusando da condição de mulheres. As torturas da “latinha” têm conotação sexual; a nudez, a necessidade de ficar contorcendo-se para se equilibrar em cima das latas, etc, tudo isso visa “quebrar” a dignidade de mulher.<sup>311</sup>

Tais humilhações e violências descritas por Loreta infelizmente eram muito comuns a outras mulheres. Os torturadores buscavam atingir as militantes em sua dimensão de gênero, expondo o corpo feminino nu a outros olhares masculinos, no caso de Loreta foi uma violência tanto com efeito psicológico como físico. Susel Oliveira da Rosa, afirma que desde o momento da prisão até o horror da sala de tortura, as mulheres estavam na mãos de agentes masculinos “fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como forma a mais para atingir as mulheres.”<sup>312</sup>

Como bem estudou Olivia Joffily, em se tratando especificamente da mulher, atitudes sexualmente depravadas por parte dos torturadores evidenciavam comportamentos culturais muito fortes em sociedades patriarcais, como a nossa, mesmo que à força os corpos femininos estavam “disponíveis”, Joffily aponta:

<sup>311</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p. 92.

<sup>312</sup> ROSA, Sussel Oliveira. Op. cit., 2013, p. 39.

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo.<sup>313</sup>

Percebemos que, os agentes da repressão que praticavam as torturas exerceram, principalmente sobre as mulheres, não apenas uma dominação política, mas também uma dominação sexual sobre as torturadas, “los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos –, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual.”<sup>314</sup>

Vale destacar, como nos lembra Margareth Rago, que são de difícil acesso os relatos que trazem informações sobre a assédio sexual e estupro, ou qualquer outra forma de violência de gênero a que foram submetidas as presas políticas pelos torturadores, já que são memórias que causam sentimento de vergonha, dor, humilhação. Sendo em muitos casos, preferível manter estes relatos em sigilo, desse modo, poupar a si mesma e a família de tal exposição.<sup>315</sup>

Diferente de Loreta que primeiro encarou a violência psicológica, Derlei Catarina de Luca, narra que assim que chegou no quartel da Polícia Militar de São Paulo, em 23 de novembro de 1969, e logo depois na Operação Bandeirante, para onde foi transferida, sofreu torturas físicas intermináveis. Ela conta detalhadamente as agressões:

Já na Operação Bandeirante dizem: - para você a guerra acabou. Agora você vai conhecer a sucursal do inferno. A primeira noite é indescritível.

---

<sup>313</sup> JOFFILY, Olivia Rangel. Op. cit., 2005, p.231.

<sup>314</sup> “os corpos das mulheres - suas vaginas, seus ventres, seios - ligados à identidade feminina como um objeto sexual, como esposas e como mães, eram objetos claros de tortura sexual”. (Tradução nossa) JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*. Buenos Aires, nº 7, 2001, p. 133.

<sup>315</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., 2013.

Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revolver. São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram. Quem dirige a tortura é o Capitão de Artilharia do Exército Homero César Machado, chefe da equipe B de Interrogatório. Loiro, olhos azuis, temperamental. Comanda os demais. Capitão Mauricio pede licença e quebra mais dentes. São 9 homens, cada um querendo aparecer e fazer melhor que o outro. Me preparo para a morte. É uma decisão que só os torturados podem entender. Tudo mais torna-se superficial diante da morte.<sup>316</sup>

Corroboramos com Elizabeth Jellin, quando afirma que os efeitos da tortura foram distintos para homens e mulheres “[...] hecho obvio y explicable por sus posiciones diferenciadas en el sistema de género, posiciones que implican experiencias vitales y relaciones sociales jerárquicas claramente distintas.”<sup>317</sup> Como fica evidente na narrativa de Derlei e das outras ex-militantes, os torturadores eram em sua grande maioria homens. Em muitos casos, as seções de tortura eram alternadas com violência sexual, levando a vítima ao mais alto grau de humilhação. O corpo feminino tornava-se objeto do ataque sexual e do prazer sádico dos torturadores, segundo Margareth Rago, tratava-se de uma relação de gênero, já que tem sido sempre um homem a ocupar o lugar de poder.

No entanto, faz-se necessário enfatizar que muitos militantes homens também sofreram violências sexuais e de gênero, muito embora, pouquíssimos tenham tornando públicas essas violências, principalmente porque dominar um corpo masculino e “feminizá-lo” durante a tortura implica “diminuí-lo”, “torná-lo inferior”. Como bem observa Bourdieu na situação de tortura com homens, realizam-se “deboches a respeito de

---

<sup>316</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p.84.

<sup>317</sup> “[...] torna-se óbvio e explicável que por suas posições diferenciadas no sistema de gênero, posições que envolvem experiências de vida e relações sociais hierárquicas claramente distintas.” (Tradução nossa) JELIN, Elizabeth. *Historia y memoria social*. Madrid: SIGLO XXI de España Editores S.A., 2002, p.100.

sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir com eles como se fossem mulheres”<sup>318</sup> sempre com intuito de desestabilizar e humilhar os presos políticos. Segundo Danielle Tega, ainda que em uma situação de desigualdade, torturadores x torturados, a violência sexual cometida em homens, teve um tom de medição de forças entre “machos”<sup>319</sup>.

O interrogador deveria ter conhecimentos sobre as informações que deveria buscar dos torturados, deveria também ter cuidado de utilizar técnicas distintas para impedir que os presos se preparassem para as respostas nos interrogatórios. Derlei revela como se estabelecia a relação entre torturador e torturado:

Os primeiros dias da prisão são determinantes. Os presos que falam perdem o respeito dos próprios torturadores. E essa é sua tortura maior dali pra frente. Entre torturador e torturado se estabelece uma relação psicológica intensa. Se o torturado não fala, se torna moralmente mais forte. O torturador fica em desvantagem. Não mantém o seu olhar nos dias que se seguem. Desafiar um torturador é um perigo de morte.<sup>320</sup>

Muitos presos políticos foram utilizados como cobaias em aulas para formação de novos agentes para repressão. Cada agente tinha sua função nas sessões de tortura, havia todo um esquema que buscava garantir a maior eficácia em obter as informações desejadas. Segundo Skidmore, havia três tipos de agentes especialistas: os que torturavam, os que colocavam a “mão na massa” e aplicavam choques elétricos, espancamentos e afogamentos; e aqueles que analisavam as informações e ponderavam se haviam mais informações a buscar; e os médicos que examinavam o estado físico da vítima para determinar se as torturas poderiam continuar.<sup>321</sup>

Derlei de Luca imprimiu um tom dramático em sua narrativa, principalmente, por trazer as minúcias do que aconteceu, “a aplicação do

---

<sup>318</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014, p. 39.

<sup>319</sup> TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

<sup>320</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p.111.

<sup>321</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 - 1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 258.

pau de arara é acompanhada de choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos, língua. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada”<sup>322</sup>. Foram utilizados diversos modos e técnicas para torturar os presos políticos, instrumentos como o “pau de arara”, choques elétricos, a “pimentinha”, o “afogamento”, a “cadeira do Dragão”, a “geladeira”, insetos e animais em geral, produtos químicos e diversos outros<sup>323</sup> fizeram parte do arsenal da repressão.

Percebemos que, nas memórias de Derlei, as experiências da tortura são as mais marcantes. São lembranças carregadas de dor, de sensações quase palpáveis, que a permitiram escrever muitos anos depois, sobre as cenas de tortura com tanta riqueza de detalhes:

De madrugada me dependuram do pau de arara. O corpo está ensanguentado. O sangue da cabeça está secando. A carga elétrica recebida faz o corpo dar saltos. Um torturador aperta os pés em cima das minhas pernas. Outro põe o sapato no meu peito com muita força. Segundo eles disseram depois, para evitar que a eletricidade recebida com corpo contraído me deixasse aleijada. A sala de tortura era uma sala comum, pequena, com um cavalete e uma barra de ferro. Só. Noutra sala estava a cadeira do dragão. A maquininha era levada de uma sala para outra, quando necessário. A sala do pau de arara estava toda manchada de sangue. A filosofia

---

<sup>322</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p.83.

<sup>323</sup> Os métodos de tortura amplamente utilizados pela repressão na ditadura brasileira foram ; *pau-de-arara*, em que a vítima é dependurada numa barra de ferro, que passa entre os punhos amarrados e a dobra dos joelhos; *choques elétricos*, aplicados nos ouvidos, língua, dentes, e, sobretudo, nos órgãos genitais; *pimentinha*, dispositivo que, aumentada a voltagem elétrica, provoca faíscas e queimaduras; *afogamento*, em que uma mangueira, ligada a um cano de água, é enfiada na boca ou nas narinas; *cadeira do dragão*, de alumínio ou zinco, combinada com fios ou um bastão elétrico, à qual a pessoa é amarrada; *geladeira*, que consiste num recinto sem ventilação, ora super-refrigerado, ora abafado, às vezes com sistema de som para emitir sons estridentes em alto volume ou abafar os ruídos e, assim, prosseguir no interrogatório; *enforcamento progressivo*, em que vai-se apertando o pescoço da vítima com uma corda, até que desfaleça; *estica*, em que blocos de cimento são pendurados por pulseiras de ferro nas mãos e nos pés; *Cristo Redentor*, em que a vítima é dependurada pelos braços, com pesos nos pés; e *banho chinês*, quando a cabeça é mergulhada num tambor de água. ARQUIDIOCESE de São Paulo. Op. cit., p. 35.

de tratamento era espremer todo o suco da laranja, enquanto a laranja tivesse suco. Espremendo o suco, muitos morriam.<sup>324</sup>

A ditadura não obteve êxito ao torturar Derlei esperando que ela “entregasse” alguma informação, mas foi eficaz em justamente atingir sua alma, marca-lá, assim como fez com seu corpo; “ainda tenho marcas da Operação Bandeirante. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido.”<sup>325</sup> A vivência da tortura marcou Derlei de um modo especial, tanto que até hoje luta contra qualquer tipo de tortura e violação dos direitos humanos, em sua militância no Grupo Tortura Nunca Mais e no Comitê Catarinense Pró memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

As vítimas de tortura e violências carregam a memória no próprio corpo. Como vimos tanto na narrativa de Loreta Valadares como de Derlei Catarina de Luca, aparecem detalhes sobre a condição física que se encontravam após as sessões de tortura, elaboram seus escritos relembando com nitidez das dores, da fome, da mutilação, ou seja, do trauma no corpo físico, que incidia diretamente no psicológico. Para Maria Auxiliadora A. Cunha Arantes, “[a] principal meta do torturador é despir o corpo e tentar alcançar a alma do torturado, estabelecer uma cunha entre o corpo e a mente com o propósito de desconstruir a inteireza, a integridade e a privacidade do seu alvo.”<sup>326</sup>

Os traumas irreversíveis causados pelas torturas, tiveram desdobramentos que não atingiram somente o corpo, é o que comprovam os suicídios cometidos por aqueles que sofreram nos porões da ditadura, entre os nomes mais lembrados, estão Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Frei Tito de Alencar Lima e mais recentemente a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos- CEMDP-, considerou comprovado que o suicídio de Solange Lourenço Gomes, decorreu dos traumas irreversíveis sofridos na tortura em 1971.

Elizabeth Ferreira afirma que, os efeitos das experiências na tortura ou da clandestinidade ainda alcançam a vítima tempos depois, mesmo

---

<sup>324</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p. 85

<sup>325</sup> Ibidem, p.112.

<sup>326</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Resistência e dor. In: MERLINO, Tatiana & OJEDA, Igor (orgs.) *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos. 2010. p. 33.

quando “supostamente se encontra a salvo das práticas daquele período, além do suicídio, há outra ameaça: a loucura. Muitos não suportaram o sofrimento e enlouqueceram”<sup>327</sup>. Percebemos que essas pessoas que morrem ou se suicidaram, anos depois, tiveram seus limites rompidos, não conseguiram conviver com que aconteceu. São muitos os que ainda hoje sofrem em virtude das graves sequelas deixadas pelas torturas, Loreta Valadares foi uma dessas pessoas que sofreu por anos com as marcas da tortura, ela foi acometida por uma grave doença cardíaca, mesmo tendo lutado bravamente por sua vida, veio a falecer em 2005.

### **“Dentro da anormalidade tentamos levar uma vida normal...”**

A clandestinidade foi uma necessidade imposta aos militantes que decidiram por continuar no país lutando contra o regime autoritário e pela revolução assim como por aqueles que precisavam se proteger da repressão. A primeira coisa que precisavam fazer quando aderiam a condição de militante clandestino era sair da cena legal.

Como afirma Maria Auxiliadora Arantes em seu estudo intitulado *Pacto re-velado; psicanálise e clandestinidade política*, não é necessário ser clandestino político em um regime democrático, portanto, tal decisão não é uma ‘livre-escolha e nem uma escolha livre’, já que se deu em meio a violenta repressão. Foi segundo a autora, “uma escolha no sentido político, determinada pela situação de excepcionalidade do país”<sup>328</sup>. A passagem para clandestinidade, independente do que a motivou, foi realizada sob forte tensão psicológica, o militante vivia em uma complexidade onde sentimentos como medo, insegurança se misturavam com esperança e entusiasmo.

Cada uma das ex-militantes viveu de maneira diferente a experiência da clandestinidade, como por exemplo em relação ao tempo que durou, ao lugar em que viveram, as dificuldades que enfrentaram. O que une Maria Lúcia, Solange, Catarina, Loreta e Derlei, é que todas elas viveram e escreveram sobre tal experiência em seus livros autobiográficos, a clandestinidade é a única temática que atravessa e que mais se aproxima em todas as memórias.

Dentro da estrutura da Ação Popular, o que levou muitos militantes à clandestinidade foi a decisão pela ‘integração na produção’ que aconteceu entre os anos de 1967 e 1969, o que possibilitou uma vida mais próxima das massas. O clandestino integrado trabalhava quer na fábrica, quer na

<sup>327</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. Op. cit., p.154.

<sup>328</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Op. cit., p.69.

lavoura, na cooperativa, no sindicato.<sup>329</sup> Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes “a ‘integração na produção’ apareceu como a forma por excelência e a mais elevada para promover a ‘transformação ideológica’ dos militantes da Ação Popular, oriundos da pequena burguesia. A ‘integração’ começou em 1967, e as primeiras iniciativas partiram de São Paulo e da Bahia.”<sup>330</sup>

Em 1968, houve um endurecimento da repressão com a decretação do Ato Institucional número 5 - AI-5. Neste momento, a Ação Popular já havia estreitado laços com maoísmo, acelerando o processo de proletarianização. Desse modo, um grande número de militantes deslocou-se para o campo e para a cidade, tanto para iniciarem a ‘integração na produção’ como para protegerem-se da violenta repressão. Marcelo Ridenti, afirma que mesmo antes da Ação Popular ter contato com a Revolução Cultural Chinesa, dirigentes já afirmavam a necessidade de profissionalização de seus quadros, tanto pela falta de recursos, quanto pela necessidade de arregimentação de quadros entre operários e camponeses.<sup>331</sup>

O caminho a ser seguido era completamente diferente da vida que os militantes levavam para identificarem – se com os oprimidos, que teriam que abandonar seus bens, sua casa, roupas e morar como um operário e um camponês, assumindo um tipo de vida mais parecido com o cotidiano das massas.<sup>332</sup>

Em 13 de dezembro de 1968, Catarina Meloni tornou-se clandestina, a decretação do Ato Institucional número 5 foi determinante para que isso acontecesse, segundo ela. Era insustentável permanecer na capital paulista, portanto, ela e seu companheiro partiram para ‘integração na produção’ em um ‘povoado’ do interior, ela não fala onde, mas provavelmente de São Paulo. A primeira e a segunda tentativa de estabelecerem-se em um povoado não deram certo, porque não estavam encontrando aquilo que esperavam nesses lugares, buscavam por camponeses inconformados com o governo, passando por dificuldades, que se identificassem com eles. No entanto, apenas encontravam pessoas que trabalhavam duro no campo, mas que tinham muita fartura também. Decididos que estavam no lugar errado, seguiram mais para o interior, “pra roça mesmo” como eles diziam e finalmente encontram um lugar

---

<sup>329</sup> *Ibidem*, p.37.

<sup>330</sup> LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>331</sup> RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, 2002, p.242.

<sup>332</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Op. cit.*, p. 37.



para ‘conscientizar’ as massas. Catarina faz uma longa análise em seu livro sobre as dificuldades que enfrentou nesta experiência:

Passei a viver entre gente humilde, que mal tinha com que se alimentar de forma precária. Eram pobres, seus filhos, desnutridos, alimentados apenas com mingau de mandioca na mamadeira. Moravam em casas sem banheiro e quase não possuíam o que vestir. Entre aquelas pessoas, os com idade próxima à minha não haviam frequentado a escola. Era difícil, e eu precisava ser um deles, até para sobreviver. Me vestir e calçar como eles, falar, comer, andar, expressar-me como eles. Esquecer as comidas simples, mas delicadas, feitas por minha mãe, e adaptar-me a comer feijão, muitas vezes mal cozido, farinha de mandioca e sardinha na salmoura. Arroz, raramente. Para adaptar-me, precisava renunciar a minha vida passada e acreditar que o que eu estava fazendo tinha um sentido e uma finalidade.<sup>333</sup>

O sentido que Catarina e muitos outros militantes buscavam era o de ‘conscientizar’ as massas com a finalidade de resistir à repressão e realizar a revolução. Nas palavras de Maria Auxiliadora Arantes, todo o esforço e dedicação empreendido na experiência da clandestinidade foi para “formarem a coluna vertebral de resistência aos militares”<sup>334</sup>. Viver a clandestinidade foi uma decisão que:

[..] envolveu a escolha de um destino. Muito mais complexa do que supôs qualquer um que se viu frente a ela em 1964. Aos 20 anos de idade, um pouco mais ou um pouco menos, comprometer-se com a luta de resistência, abandoná-la, ou sair do país, não era simples e fácil. A distância entre a decisão tomada e suas implicações, foi muitas vezes maior do que supuseram os militantes e suas teorias revolucionárias. Muitas vezes era uma decisão discutida em reuniões políticas clandestinas, algumas vezes resolvida entre companheiros e casais. A própria adesão à

---

<sup>333</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 65-66.

<sup>334</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Op. cit., p. 65.

alternativa colocava cara-a-cara o militante com seu destino, não sabia ele, coberto por uma longa e nebulosa noite. Ele teria que firmar e reafirmar, assinar e subscrever a escolha que fez. O sujeito substantivo da decisão estava no fim e nos confins de cada um.<sup>335</sup>

Passar a viver de forma clandestina, nem sempre foi uma decisão individual do militante. Dependendo da situação esta decisão se deu de uma maneira coletiva discutida em reuniões pela Organização, como afirmou Maria Auxiliadora Arantes. Já que era necessário criar uma infraestrutura para o militante realizar a ‘integração na produção’.

No caso de Loreta Valadares, foi justamente isso que aconteceu, quando em 1968 a Ação Popular cria a célula de implantação camponesa em Minas Gerais e decidiu por enviá-la junto com seu companheiro Carlos, e outros militantes, para a área rural da mata da Jaíba. Para tanto, antes de seguir viagem, foi necessário todo um trabalho de investigação para ter acesso às áreas prioritárias e a realização de inúmeras reuniões de estudos teóricos que tinham por objetivo, aumentar “o nível ideológico e teórico da militância”.<sup>336</sup> Como constatou Margareth Rago, a militância política nessas regiões consistia “num trabalho de aproximação com a população local, chamando a atenção para situação de desamparo pelos poderes públicos e evidenciando a importância das reivindicações por melhores condições de vida, saúde, habitação, educação e trabalho”<sup>337</sup>.

A narrativa de Loreta sobre a ida para a zona rural tem um tom de muito entusiasmo, onde percebemos que, através de sua escrita como ela, naquele contexto, realmente, estava acreditando que a ‘integração na produção’ renderia os frutos que buscavam:

Estamos chegando ao local definido, os companheiros já nos conseguiram uma posse. Começa nosso trabalho de integração na produção. Começamos a desbravar o mato e a preparar a terra para plantar. Neste trabalho diário, ampliamos os contatos, fazemos amizade, participamos de mutirões e ainda temos de achar tempo (e local) para estudo e reuniões para fazer planos. A região

---

<sup>335</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>336</sup> SANTANA, Cristiane Soares. *Maóismo na Bahia (1967-1970)*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado em História. 2008, p.64.

<sup>337</sup> RAGO, Margareth. Op. cit., 2010, p. 166.

é muito pobre, a vida áspera e o trabalho duro, mas estamos confiantes e com muita disposição. A situação precária e a ausência de direitos, a constante ameaça de serem despejados da terra são fatores que entremeiam as conversas e permitem a abordagem sobre o assunto. Embora difícil nosso trabalho se desenvolve. Mantemos nossas expectativas de conseguir união para a luta pela terra, com vistas aos preparativos para o desencadeamento da ‘ guerra popular’. Teremos um longo e dolorido caminho a percorrer, será necessário um enraizamento profundo entre aquele povo. Todo cuidado será pouco para não chamar atenção da repressão. Mas estamos cheios de energia e esperanças. Nosso trabalho prossegue, em meio a alegrias e decepções. O povo é receptivo, há terreno para germinar de nossas idéias, o espírito de luta é presente, mas a pobreza entorpece a iniciativa, o atraso amarra o preconceito, a falta de informação, de contato com mundo limita a compreensão. Percebemos que o trabalho será lento e paciente.<sup>338</sup>

Segundo Cristiane Santana, que estudou o processo de ‘integração na produção’ de militantes da Ação Popular na Bahia, foram realizados levantamentos detalhados dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais das regiões onde ocorreriam o processo de ‘integração na produção’, no entanto, constatamos que mesmo com todo estudo teórico, na prática as contradições se apresentaram de forma intensa, como bem salientou Loreta, a pobreza, a falta de informação, compunham uma realidade muito diferente da que viviam os militantes.

Para Loreta Valadares, outra situação igualmente difícil, foi viver e conviver com as relações de poder, a submissão e o machismo a qual eram submetidas as mulheres do campo. Ela lembra que na noite de 31 de dezembro de 1968, estava caminhando com Carlos a pé na estrada que vai de Varzelândia à Jaíba e:

Ele anda à frente, carrega uma espécie de canga nos ombros de onde pendem dois sacos de aniagem com os poucos pertences que levamos. Eu carrego um terceiro saco, menos pesado. Visto roupas

---

<sup>338</sup> VALADARES, Loreta. Op. cit., p. 65.

largas e um tanto compridas, um lenço amarrado nos cabelos, um outro cobre os ombros para proteger-me do sol. Venho matutando: ‘será que não é o caso de romper com o costume de a mulher, nesta região, andar atrás do marido?’. Afinal, na história que montamos para a nossa integração, para não chamar a atenção por eventuais deslizes cometidos quanto a costumes, vínhamos da cidade tentar uma posse para sobrevivência. Carlos pequeno comerciante, eu professora primária, enfrentávamos uma situação financeira difícil. A história é a de uma pessoa mais esclarecida, não há porque sujeitar-me a esta forma explícita de submissão da mulher. Isto vai-me dando um mal-estar, resolvo caminhar ao lado de Carlos. Ora, se vamos fazer um trabalho de mobilização para a luta, será tanto entre os camponeses como entre as camponesas.<sup>339</sup>

Através das recordações dos momentos vividos por Loretta, tomamos conhecimento de como se constituem as relações de gênero não só no campo, como em muitos outros espaços, inclusive, ainda nos dias de hoje. A experiência de viver clandestina no campo teve para Loretta um significado a mais, em que ela revela que nunca havia refletido e agido tanto, para possibilitar a transformação da condição da mulher do que quando esteve clandestina no campo. Ao lembrar do lugar ocupado pela mulher camponesa, conta sobre sua estratégia para diminuir a distância entre o que é tido como espaço de homem, público, e espaço de mulher, privado, o espaço doméstico da casa, da cozinha, etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio. Corroborando com umas das premissas do feminismo, “o privado é político”, Loretta relata:

Nós acompanhamos o cotidiano dos camponeses. Durante o dia, trabalhar a terra, à noite, conversas no portal deste ou daquele casebre, os homens agachados, enrolando cigarros de palha, as mulheres, no espaço da cozinha, contam suas histórias. Os costumes são carregados de discriminação: andam atrás dos homens, falam pouco na presença deles e à noitinha, quando os homens se reúnem para fumar cigarro de palha e

---

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 63-64.

conversar na porta do barraco de algum deles, as mulheres ficam dentro, no espaço reservado à cozinha. Quando este ‘bate-papo’ à porta é em nosso barracão, procuro, devagarinho, em meio à conversa, vir puxando as mulheres até a entrada para ficar perto da roda masculina[...] Esforço-me para aprender a faina diária, a vida é estafante, às vezes penso que não vou aguentar, mas, em meio a tudo, busco também conversar com as mulheres, com jeito, sobre as agruras a que somos submetidas, as discriminações sofridas, a necessidade de ‘falar’, de dizer o que somos, o que queremos.<sup>340</sup>

Vale destacar que seja no campo, onde a cultura patriarcal, aparentemente, está mais ‘arraigada’, ou na cidade, a subordinação das mulheres não está relacionada às questões naturais ou biológicas, mas sim, às construções sociais, e, conseqüentemente, às relações de poder. Esses processos sociais são hierarquizados de tal maneira a fazer uma distinção entre a esfera pública e a esfera privada, estabelecendo uma rígida separação de poder. Corroboramos com Danielle Tega, quando diz que tal pensamento reifica e legitima a estrutura de gênero na sociedade, pois considera ‘natural’ a ligação da mulher na criação dos filhos e na domesticidade, situando essas questões fora do escopo da crítica política.<sup>341</sup>

O trabalho que Loreta desenvolveu foi breve, porém importantíssimo, por ser uma tentativa de romper com essas estruturas, aproximando as mulheres do espaço da fala, das decisões, logo do poder. Com muita conversa e reflexões, ela tentou fomentar o empoderamento dessas mulheres. Infelizmente seu trabalho foi interrompido com a exigência da Ação Popular para que retornassem à cidade.

A Ação Popular vê a necessidade de discutir novas medidas de segurança após a instauração do Ato Institucional nº 5, novas estratégias foram traçadas, deslocamentos foram repensados. A necessidade de reforçar as áreas prioritárias urbanas, de reorganizar o trabalho junto ao movimento operário, faz com que Loreta, Carlos e outros companheiros, sejam designados a voltarem para a cidade de Belo Horizonte e criarem a Direção Regional Ampliada. Loreta relembra como foi este momento:

---

<sup>340</sup> Ibidem, p. 67-68

<sup>341</sup> TEGA, Danielle. Op. cit., 2010, p. 69.

Sou membro da Direção Regional Ampliada, responsável também pelo acompanhamento de outras frentes de trabalho. Na nova divisão de tarefas fico responsável por dirigir a reimplantação do trabalho operário em BH. Começo os preparativos para integração em uma fábrica têxtil, uma das mais antigas da cidade, no bairro de Cachoeirinha. Sou aceita para um estágio de treinamento nas máquinas de tecelagem. A companheira Sissi assume a retomada do movimento operário em Contagem. Ela passa a morar conosco, junto com seu companheiro Gildo, da direção movimento estudantil. A clandestinidade se faz mais necessária, vivemos sob um rigor de segurança muito grande. Não é nada fácil. Ao mesmo tempo, temos que mobilizar e organizar o trabalho de massas. Combinar as duas coisas vem a ser um verdadeiro exercício de esgrima. Sissi e eu saímos quase toda madrugada para as portas de fábrica, vestimos largos casacos, as 'japonas' da época, com amplos bolsos cheios de panfletos para distribuir aos operários. A orientação é ir em dupla, uma distribui, outra faz a segurança. Não saímos à noite, temos senhas e códigos para preservar a casa, instituimos um sistema de pontos de encontro absolutamente rígido em horário- o tempo de espera é de 10 minutos, tomamos medidas para não sermos seguidas.

Nem mesmo todas estas medidas de segurança foram capazes de impedir que a repressão os encontrassem, o esquema de segurança falha, e Loreta e outros companheiros foram presos no dia 16 de junho de 1969. Ela nem chega a iniciar a 'integração na produção' como aprendiz de tecelã.

Assim como Catarina, Derlei Catarina de Luca deixou registrado na primeira frase de seu livro autobiográfico que sua primeira noite na clandestinidade foi no dia 13 de dezembro de 1968, como vimos, dia da promulgação do AI-5. Há uma ênfase na escrita destas duas militantes de como AI-5, foi determinante para *caírem na clandestinidade*.

Derlei começa seu deslocamento de cidade em cidade, casa em casa, até que em 1969, foi designada pela Ação Popular para desenvolver um trabalho junto ao movimento operário, logo, dirigiu-se a Curitiba para

iniciar seu processo de ‘integração na produção’. Passar à clandestinidade, ou melhor, tornar-se clandestina, faz parte de um processo de subjetivação, de constituir-se como ‘outro’ sujeito. Derlei revela como construiu uma narrativa de sua ‘origem’ para suas novas colegas da fábrica.

Fazer o aprendizado de vida operária, aprender a ser como eles, usar máquinas, ter registro na minha carteira profissional novinha, com o nome de Deise Campos. Aprendo a criar uma história, uma lenda, a estabelecer uma cobertura com dados coerentes. Deise Campos nasceu no Mato Grosso, perdeu os pais, veio buscar trabalho no sul. Quem sabe ela não encontra os parentes da família que eram daqui?. Não foi difícil conseguir emprego. Difícil foi na primeira semana de trabalho. De pé, frente à máquina. As lágrimas enchiam-me os olhos. Teimava em não chorar. O cansaço me matava, quatro horas ininterruptas, diante da máquina de produzir fios. Vivo todo meu dia em função da fábrica, para ganhar menos de um salário mínimo, pois sou aprendiz de tecelã. Começo a aprender na prática, por que a classe operária é considerada a força dirigente da revolução e tem o direito de dirigir a produção e os destinos do país.<sup>342</sup>

O que o processo de ‘integração na produção’ buscava era justamente o que Derlei afirma acima, aprender na prática o que era ser operário e camponês. Para tanto, era preciso ter outros nomes, rostos, documentos, construir outra história e outro sentindo para o ser, “en la clandestinidad los militantes vivirían fluctuando entre las marcas de su pasado y el personaje que, inventado, permitiría su libertad y su supervivencia”, afirma Mariana Weis.<sup>343</sup>

Assim sendo, para manter-se na clandestinidade era necessário que o militante mudasse de nome, quer seja para sua própria segurança, da Organização, ou mesmo para conseguir um emprego, o que neste caso,

---

<sup>342</sup> DE LUCA, Derlei. Op. cit., p. 55.

<sup>343</sup> Na clandestinidade os militantes viveram flutuando entre as marcas de seu passado e o personagem que, inventado, permitirá sua liberdade e sua sobrevivência. (Tradução nossa). WEIS, Mariana Tello. La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada. Revista Lucha Armada, Buenos Aires, n. 10, p.26, 2008. *Apud* SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Op. cit., p. 118.

demandava toda uma logística clandestina para a fabricação de uma identidade falsa. Derlei relembra que ao longo de sua militância precisou utilizar diferentes nomes e codinomes:

Minhas amigas, fora as da AP, passam a me chamar de Isinha. Para Paulo Stuart sou Leila. Por causa da filha só me chama assim. Os companheiros, em Feira de Santana, me batizam de Guida. Em São Paulo era Maria. É um sem fim de nomes que não acabam mais[...] Paulo custa a me acalmar, sugere uma identidade nova pra eu poder sair de casa, mas não quero. Quero ir embora. Já nem sei mais quem sou. Derlei, Deisy, Maria, Leila, Margarida, Maria Luisa. Quando acordo não sei o nome que estou usando.<sup>344</sup>

Como fica evidente na citação acima e em outros trechos da autobiografia de Derlei, como quando ela revela inconformada a dor de seu filho ter na certidão de nascimento como mãe Maria Luisa Vitalli, o nome que usava naquele momento de sua clandestinidade, ela sente um grande desconforto em não ser reconhecida como mãe de seu próprio filho. A mudança de nome foi algo muito doloroso para muitos militantes, pois representava a ameaça de perda da própria identidade, uma vez que essa mudança implicava em abrir mão de uma identidade social constante e durável.

Derlei não estava reconhecendo a si mesma diante de tanta mudança, estava confusa por viver anos mudando de nome e de história, seu desejo de ir embora se concretizaria com a partida para exílio e a esperança de voltar a ser Derlei Catarina de Luca.

Segundo Pierre Bourdieu em seu artigo *A ilusão biográfica*, com a afirmação do nome próprio “ institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. ”<sup>345</sup> Logo, o nome próprio garante ao indivíduo sua identidade, mesmo que ele transite por diferentes campos sociais.

É através do nome próprio que o indivíduo biológico passa a ter uma existência social; sua identidade e sua história. Já que o nome próprio é, segundo Bourdieu, “produto do rito de instituição inaugural que marca o

---

<sup>344</sup> DE LUCA, Derlei. Op. cit., p. 269.

<sup>345</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit. , p.186



acesso à existência social, ele é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social”<sup>346</sup>. Na condição de clandestinidade, lida-se com, na grande maioria dos casos, nomes sem sobrenome, com simples designações, poderia ser qualquer uma, e que inclusive mudava de tempos em tempos. Mas eram nomes que exigiam a constante criação de diferentes histórias postíça de vida, como bem lembrou Catarina em sua narrativa:

Éramos chamados por outros nomes que não os nossos, vivíamos entre desconhecidos, desempenhávamos atividade profissional marginal e, principalmente, varremos o passado de nossas mentes. Tivemos que esquecer pessoas, acontecimentos, amizades, nomes e endereços; assumir uma história postíça de vida; deixar de lado nossa maneira de ser, de ver o mundo de um outro jeito.<sup>347</sup>

O nome próprio conta uma história que constitui o sujeito, determina sua origem e sua família, por exemplo. Por isto, muitas vezes, houve uma dificuldade muito grande em sustentar histórias criadas pelas militantes para justificar os nomes que usavam, a vida que levavam, sem revelar sua verdadeira identidade. Catarina lembra como sua personalidade se moldou, diante da dificuldade de manter essas histórias. Sua angústia fica explícito neste trecho de sua autobiografia;

Tornei-me uma pessoa calada, não gostava de contar histórias inventadas sobre meu passado, como outras pessoas sabiam fazer. [...] Uma das saídas para evitar a alienação é a mentira, a fabulação, ou seja, a criação de realidades fictícias sobre as quais falar e, assim, ter assunto. Dessa forma é possível criar um passado, que não só tem a função de estabelecer um vínculo externo com as pessoas do novo meio, como também de ensinar o nascimento de uma nova genealogia, no sentido exato do termo. Quem conta uma mentira desse tipo terá de contar duas, dez, muitas. Uma história

---

<sup>346</sup> Ibidem, p.188

<sup>347</sup> MELONI, Catarina. *Op. cit.* p. 23-24

puxará a outra, para os ouvintes e para quem conta, que se sentirá confortado ao descobrir que não está completamente só, que não precisa do seu passado de verdade para construir um vínculo social, que pode ser merecedor da atenção e do respeito dos que estão em volta, ao lançar mão de histórias inventadas.

Um problema dessa saída é a necessidade absoluta da coerência. Faltando esta, haverá a descrença, e nada ficará em pé por muito tempo. É preciso contar com atenção, lembrar-se dos detalhes, não cair em contradição, senão tudo acaba virando história de mentiroso, e a pessoa perde a credibilidade. Um outro problema ainda mais grave é o comprometimento das estruturas de pensamentos de quem conta a história. No início, ele sabe que está inventando, criando uma fabulação, mas depois acaba, ele mesmo, virando um produto de sua invenção. Nessa situação, o mais cômodo era passar por meio boba, uma pessoa sem assunto, que não fala de si mesma e, nas conversas, apenas escuta e concorda.<sup>348</sup>

A constante mudança de nome e a invenção de histórias de vida, representavam, para muitos militantes, um conjunto mental muito complexo a ser dominado. Já que para parecer verdade, era necessário que os clandestinos articulassem uma nova identidade a uma nova história e as interiorizassem, tanto para convencer a si mesmos como aos outros, quer fossem colegas de trabalho, vizinhos ou mesmo a repressão.

Na Ação Popular, os nomes eram escolhidos pelos próprios militantes, segundo Maria Auxiliadora Arantes, não havia nenhum ritual de “batismo”, eram simplesmente outros nomes, em geral agradáveis para o militante, e que talvez lhe recordassem alguém<sup>349</sup>.

Assim sendo, enquanto esteve clandestina, Maria Lúcia Resende Garcia usou o nome ‘frio’ de Júlia, nome simples e fácil, segundo ela. Com o aumento da repressão tornava-se insustentável para ela permanecer em Belo Horizonte, já que tanto Maria Lúcia como seu companheiro José Celso eram conhecidos no movimento estudantil. Poucos meses depois do nascimento de seu filho Zé Renato, em 2 de

---

<sup>348</sup> Ibidem, p. 88-89.

<sup>349</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Op. cit., p. 75.

janeiro de 1969, por determinação da Ação Popular, Maria Lúcia e José Celso, mudam de identidade e trocam de nomes, passam a se chamarem Júlia e Alberto. Iniciando assim a vida clandestina com o deslocamento para São Paulo e a ‘integração’ na produção. Em sua escrita autobiográfica, Maria Lúcia revela como foi este processo:

A direção da AP decidiu que moraríamos em Santo André, onde José Celso desenvolveria trabalho operário, mas designaram-me a célula de base de São Caetano. Fomos apresentados a um casal de operários, A e Ge, que deveriam dar suporte para nossa instalação no bairro. Não eram membros do partido. Ligados à Ação Católica nos deram todo apoio e solidariedade. Tinham seis filhos, e durante um bom tempo faziam suas compras e nos davam alimentos necessários, até que A conseguiu um emprego para José Celso como lavador de carros em uma fábrica. Alugamos um barraco de dois cômodos, na Avenida João Ramalho, no bairro do mesmo nome. O proprietário, sr. Zé, pernambucano, e Maria sua esposa, nos acolheram muito bem. Ao lado morava um operário da Volks, Zinho, e sua esposa Elza. Nossos móveis eram uma cama de casal, um guarda-roupa, um fogão, uma mesa e um armário de cozinha. O armário estava muito velho, e A, que era pintor, ensinou-me a recuperá-lo. O berço de Zé Renato, José Celso mesmo confeccionou. Não conhecíamos quase ninguém em São Paulo para buscar apoio. A Direção Nacional da AP mostrava-se cada vez mais distante e não dava nenhum suporte aos militantes. Na verdade, o grande apoio que tivemos foi mesmo das pessoas com as quais convivíamos.<sup>350</sup>

Segundo Caroline D. Scarpelli, quando os militantes precisavam de algum lugar para morar, e em muitos casos, principalmente quando a organização não havia preparado a estrutura para recebê-los, necessitavam montar suas casas, como vimos que aconteceu tanto com Loreta, Catarina como com Maria Lúcia. A necessidade de montar uma casa, possibilitava que fossem estabelecidas relações de convivência com

---

<sup>350</sup> GARCIA, Maria Lúcia. Op. cit., p. 82.

os vizinhos, que acabava por gerar redes de solidariedade e acolhimento tão importantes, quando se é um estranho em um lugar novo, ou mesmo quando os militantes perdiam o contato e o apoio da organização durante a ‘integração na produção’. Sem falar, que muitas vezes essas relações com a vizinhança foram até mesmo, em certa medida, incentivadas para que se criasse um clima de normalidade, na tentativa de impedir desconfianças<sup>351</sup>. Respeitando sempre, que havia um limite que não poderia ser ultrapassado nessas relações, para não arriscar a si próprios nem a Organização.

Percebemos nos registros de todas as ex-militantes que a ‘integração’ foi para além da ‘produção’, houve a integração com os colegas de fábrica, com outros clandestinos, com os vizinhos e principalmente, com os problemas locais. Maria Lúcia, deixa isso claro, ao registrar um episódio vivido por ela e sua amiga Ge:

Como não conseguia emprego em fábrica, Ge e eu visitávamos as mulheres do bairro, procurando fazer um trabalho de conscientização. Haviam várias queixas em relação à direção da escola do bairro, e Ge conseguiu mobilizar as mães dos alunos para protestarem contra as arbitrariedades da diretora. Entretanto, sofreu grande represália na escola.<sup>352</sup>

A vontade de se envolver nos problemas locais, em levantar questionamentos junto às mulheres, aparece com muita força na escrita de Maria Lúcia. No entanto, tudo isso precisou ser interrompido quando ela conseguiu emprego em uma fábrica e teve a chance de iniciar seu processo de ‘integração na produção’, o real motivo de ter se deslocado para São Paulo, segundo ela.

Consigo emprego em fábrica. Desta vez na Brosol, em São Paulo. Inicialmente, permaneci um mês na lavagem de peças e posteriormente fui para linha de produção, onde praticamente só trabalhavam mulheres. Fabricavam-se carburadores e peças semelhantes. O trabalho a que nos propúnhamos ficava distante, pois o contato com as operárias era restrito. Era mesmo proibido

---

<sup>351</sup> SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Op. cit., p. 160.

<sup>352</sup> GARCIA, Maria Lúcia. Op. cit., p. 83.

conversar durante o trabalho. Sentia-me um robô na linha de montagem. Fiquei naquela fábrica alguns meses, pois perdi minha bolsa com a carteira de trabalho e algumas anotações do partido que poderiam ser comprometedoras. Não voltei mais à fábrica. No local de trabalho sempre dávamos endereços falsos, e como não tinha documentos de casada passava por solteira<sup>353</sup>.

Naquele momento, Maria Lúcia já começava a se questionar sobre as dificuldades em desenvolverem o trabalho ao qual foram designadas. O trabalho na fábrica era para os militantes clandestinos integrados o meio de estarem juntos aos operários, de ajudá-los a se organizarem para combater a ditadura e garantirem seus direitos.

No entanto, a impossibilidade de comunicação com as outras operárias tanto na fábrica quanto fora dela, assim como as contradições vividas em relação a Direção Nacional da Ação Popular, que os deixaram em quase total isolamento, com pouca ou nenhuma orientação de como conduzir o processo. Somando-se a isso, a rotina pesada de trabalho na fábrica, que acabava ocupando grande parte do tempo do clandestino, o que levava as reuniões das células de base a serem cada vez mais escassas, todas estas questões estavam preocupando Maria Lúcia. Isto fica visível neste trecho de seu texto, imprimindo um tom de crítica ela avalia esse momento de sua experiência;

Militando junto à população sentíamos a distância entre a proposta e a realidade. Qual seria a validade de tanto riscos? Foi um período em que ficamos isolados do mundo. Não tínhamos acesso a jornais e nem mesmo rádio para saber o que se passava no país ou no mundo. Como poder mobilizar uma classe trabalhadora com tanta repressão e um tanto desconhecida? No movimento estudantil havia todo um engajamento, onde se falava a mesma linguagem. No movimento operário era muito difícil se entrosar, tanto dentro quanto fora da fábrica. Seria talvez um trabalho de longos anos para que realmente houvesse maior compressão daquela realidade.<sup>354</sup>

---

<sup>353</sup> Ibidem, p. 87

<sup>354</sup> Ibidem, p. 87.

A dificuldade de entrosamento estava, justamente, no distanciamento que havia entre a realidade do jovem universitário de classe média e a realidade dos operários das fábricas. Havia muita desconfiança por parte desses de quem realmente eram aqueles, eram outros gestos outra linguagem que aprofundava, ainda mais, esse distanciamento. Além disso, era muito difícil organizar os operários no interior das fábricas sem levantar suspeitas.

Segundo Carolina D. Scarpelli, no contexto da ditadura militar qualquer trabalhador que mostrasse um pouco mais de liderança dentro das fábricas era visto com desconfiança, o que gerava um problema de segurança para Organização, “o trabalhador que se destacava na fábrica e se tornava uma liderança entre os demais, rapidamente era identificado e fichado, pois é sabido que a repressão contava com olheiros no interior das fábricas para vigiar e delatar atividades suspeitas.”<sup>355</sup>

Outro ponto da citação acima de Maria Lúcia, e que já vimos em outras narrativas, que merece destaque é a questão do isolamento. A clandestinidade não representava uma ruptura completa com a sociedade, mas se caracterizava por criar um contexto de isolamento relativo. O isolamento ia muito além de estar longe da família, de amigos, da profissão, de sua casa, seus bens. O militante clandestino, em muitos casos, não tinha acesso aos meios de comunicação, o pouco que se conseguia era feito através de cartas que passavam de mão em mão até chegar ao seu destino. Já com a organização geralmente os contatos eram feitos através de ‘pontos’ - encontros marcados em lugares públicos, onde se utilizavam ‘senhas’ para que os militantes pudessem se identificar, um militante fazia uma pergunta e outro respondia algo predeterminado, por exemplo.

O militante clandestino rompia de forma radical com toda sua vida anterior e entrava em uma vida totalmente nova e complexa, nomes ‘frios’, ‘aparelhos’, ‘senhas’, ‘pontos’, regras de segurança tudo isso passava a fazer parte da rotina do clandestino. Entendemos que os clandestinos construíram uma vida paralela, foram exilados dentro de seu próprio país, levados a reconstruir uma identidade social numa “situação-limite”. Como afirma Carolina Scarpelli, os clandestinos construíram uma lógica própria, “produziram subjetividades que só a vida clandestina possibilitou, deixando marcas múltiplas.”<sup>356</sup>

---

<sup>355</sup> SCARPELLI, Carolina D. Op. cit., p. 130.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 154.

Toda a novidade desta condição de vida e o clima de perseguição exigia do militante clandestino ser prático, discreto e estar alerta permanentemente a qualquer ameaça, para tanto, o desejável era que o clandestino não tivesse vínculos afetivos que pudessem atrapalhar seu desempenho como militante.

Havia dentro da estrutura da Ação Popular a recomendação para que os militantes não tivessem filhos, nem relacionamentos afetivos, principalmente com pessoas de fora da Organização porque isso gerava um risco a mais para segurança, sobretudo, em caso de prisão já que filhos e conjugues tornavam-se alvos da repressão. Elizabeth Ferreira, ressalta que muitos desses jovens militantes viveram uma certa contradição em relação as recomendações dadas pelas Organizações;

Ao mesmo tempo em que sua inusitada autonomia sobre suas vidas sexual e afetiva rompia com códigos morais da sociedade maior, criava-se outra ordem de código- inspirada em interesses estratégicos e com aplicações mais ou menos rígidas, segundo a estruturação de cada grupo. Assim eles transgrediram algumas normas, mas acataram outras.<sup>357</sup>

As organizações enxergam os vínculos afetivos como uma fonte de desvio dos seus objetivos primeiros, dessa forma, Mozart Filho afirma que;

[...] a vida em clandestinidade exige disciplina, sobriedade e, sobretudo, desapego a qualquer tipo de pessoas. Por outro lado, o isolamento natural, provocado pela situação de clandestinidade, faz aflorar a necessidade de companhia, oscilando os militantes entre esses dois extremos.<sup>358</sup>

Houve um grande esforço por parte de muitos militantes para que tais desvios não fossem cometidos, Derlei aponta isso em sua autobiografia;

*- A AP não tem casais de militantes . Tem militante individual, diz um membro da direção. Fazemos*

---

<sup>357</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. Op. cit., p.139.

<sup>358</sup> LACERDA , Mozart. *A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar – 1964 a 1979*. São Paulo. Franca: 2011, p. 148.

um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais. A AP separou dezenas de casais e namorados. Essas separações afetivas, discutidas “politicamente”, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung. Somente as esposas não militantes podiam acompanhar os maridos e eram mantidas fora das atividades. Mas, quando presas, sofreram tanto quanto os militantes [...] Separados namorados, casais, noivos, por uma definição política de trabalho, alguns estabeleciam novas relações afetivas, com companheiros definidos para trabalhar no mesmo setor. A afetividade é psicologicamente importante na clandestinidade, quando se vive o perigo diário de ser preso e morto<sup>359</sup>.

Diante dessas imposições da Organização e da instabilidade emocional própria da clandestinidade, com suas permanentes fragmentações e deslocamentos, muitos casais se afastaram. Assim como muitos outros enfrentaram as dificuldades e seguiram juntos. Derlei sofreu duras críticas e muita pressão quando assumiu seu namoro, vejamos o que ela escreveu sobre isto:

Há entre nós uma situação tensa. Eles não aceitam meu namoro com um rapaz de fora da Organização. Irritam-se. Tem dias em que a situação é insustentável. Tião e Matos (companheiros com quem divide o aparelho), mexem nos meus papéis e pegam minhas cartas. Fica difícil trabalhar quando essas situações acontecem. Matos realmente me advertira: *este relacionamento vai acabar com sua militância*.<sup>360</sup>

Contudo, ironicamente, a própria condição de clandestinidade, proporcionou que muitos casais se relacionassem, já que em alguns casos, esses jovens ficaram convivendo durante meses trancados em ‘aparelhos’

---

<sup>359</sup> DE LUCA, Derlei. Op. cit., p. 36-37, 77.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 155.



e acabavam se envolvendo. Mesmo com a Organização procurando controlar, até mesmo, os afetos dos militantes, vários casais foram formados durante a militância, haja visto que tanto Derlei, Catarina, Loreta, Solange e Maria Lúcia tiveram companheiros e até mesmo casaram-se, inclusive na Igreja, durante suas militâncias contra a ditadura.

No caso da maternidade, de acordo com Débora Ataíde Reis, na maioria das organizações da esquerda brasileira da época, “a gravidez é vista como problemática, pois colocava em risco a segurança e atuação das suas militantes, além de poder causar um abalo na abnegação revolucionária.”<sup>361</sup> Desse modo, ao exigir de seus militantes extrema dedicação, a Ação Popular, encarava de forma negativa a maternidade no interior do seu quadro. Mesmo assim, Derlei, quando descobriu sua gravidez decidiu por ter seu filho, ainda que estivesse indo contra as orientações da Organização. Ela rememora tal momento:

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com pai da criança. – É uma loucura ter um filho nestas condições. – Pode deixar. Eu crio sozinha. Não deu outra coisa! A gravidez decorre num clima difícil entre tarefas de reorganização a nível regional da AP, a presença constante do perigo e a má vontade do marido com a criança por nascer.<sup>362</sup>

Tanto Derlei como Maria Lúcia, consideraram que era possível serem mães e continuarem na militância mesmo com seus filhos correndo riscos de vida. Maria Lúcia revela em suas memórias autográficas que igualmente a sua companheira de Ação Popular, também sofreu duras críticas pelo fato de estar grávida;

Em abril tenho a notícia de gravidez. Passo muito mal nos primeiros meses com enjôos. Porém, as atividades continuam e não esmoreci em momento

---

<sup>361</sup> REIS, Débora Ataíde. Maternidade e militância no contexto da Ação Popular. Anais eletrônicos- VI Encontro Estadual de História- ANPUH/BA. ISSN 21754772. 2013. p. 4.

<sup>362</sup> DE LUCA, Derlei. Op. cit., p. 191.

algun. Muitas foram as críticas de companheiros por ter engravidado naquele momento. Talvez tivesse sido uma precipitação. Mas refletindo hoje, vejo várias companheiras que não tiveram filhos naquela época nunca mais conseguiram tê-los.<sup>363</sup>

Essas mulheres, que assim como outras também foram mães durante suas militâncias, romperam com uma identidade, que entendemos como essencializada, de que é através da maternidade que se concretiza sua identidade como mulher. A maternidade é permeada por representações de gênero que reforçam o modelo tradicional socialmente construído de mãe, que tem, por exemplo, a ‘obrigação’ de manter fortes os vínculos familiares e afetivos, e jamais ‘abandonar’ seu filho. Concordamos com Debóra Reis, quando afirma que considerando a maternidade uma representação social:

Podemos afirmar que esta representação social é formada tanto pela maternagem, que se apresenta como a prática do cuidado em si, quanto pela característica simbólica centrada no amor materno e no mito da mulher-mãe. Assim, a responsabilidade imposta à mulher, que se estende aos aspectos afetivos e emocionais, busca a sua legitimação a partir da comparação com modelos ideais de benevolência e altruísmo.<sup>364</sup>

Foi em razão da comparação com tais modelos ideais que Maria Lúcia, sofreu com julgamentos alheios, quando seus pais levaram seu filho para um lugar seguro, dada a intensificação da repressão. Apreendemos em sua narrativa, como este afastamento foi doloroso:

Diante da situação que se agravava, levei Zé Renato para Estiva, onde morava o avô paterno do meu marido. Dali ele iria com os avós para São Lourenço. Tinha apenas um ano de idade. Foi a primeira separação e muito difícil, pois também havia o medo de que a repressão o descobrisse em Minas e pudesse usá-lo para nos encontrar. Pelo vidro traseiro do fusca suas lágrimas brotavam. E

---

<sup>363</sup> GARCIA, Maria Lúcia. Op. cit., p.59.

<sup>364</sup> REIS, Débora Ataíde. Op. cit., p. 4.

muito mais as minhas. Era o medo de não haver retorno.<sup>365</sup>

Derlei Catarina de Luca também passou por conflitos semelhantes, quando precisou entregar seu filho Zé Paulo a uma senhora para esta levá-lo para sua mãe. Essa atitude se tornou necessária devido à sua militância e às atividades que nela exercia. Percebemos que Derlei assumiu a militância como seu principal objetivo naquele momento:

Saio dali sangrando, física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. O coração estava paralisado. [...] Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas. [...] Tento me convencer de que fiz o mais correto; comigo ele corria riscos. Podia ser presa a qualquer hora e não suportaria vê-lo ameaçado como Igor na Bahia. Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve de abandonar o próprio filho. Não consegui me perdoar nunca, mesmo os companheiros e o psiquiatra dizendo que foi a atitude mais razoável. Era o filho do meu coração, com apenas três meses e nove dias de idade, frágil, magrinho, começando a tomar sopinha<sup>366</sup>.

A escolha entre a militância e o exercício da maternidade, indicava que a mulher que militava estava no lugar impróprio, pois o lugar da mãe era junto da sua família. Os padrões de comportamento em relação a maternidade, foram produzidos socialmente, quando transgrediram a isso estas mulheres sofriam e se culpavam, eram consideradas desnaturadas, acusadas de ‘abandonarem’ seus filhos. Dessa forma, “[...] a conciliação entre militância e maternidade, para essas mulheres, foi conflitante, mesmo que apenas em sua subjetividade [...]”.<sup>367</sup>

Nas memórias de Solange Silvany Rodrigues Lima a relação entre clandestinidade e maternidade é determinante. Como ela já havia sido mãe antes de tornar-se clandestina, sabia bem como era ter um filho, todas

---

<sup>365</sup> GARCIA, Maria Lúcia. Op. cit., p.88.

<sup>366</sup> LUCA, Derlei Catarina. Op. cit., p. 142

<sup>367</sup> PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, [S.l.], v.12, n.1-2, p. 103-128, jan./dez., 2009, p. 106.

as necessidades e cuidados que se precisaria ter e para ela, em um primeiro momento, a clandestinidade não podia ser comungada com a maternidade. Solange era mãe de Julieta de quatro anos, Valéria de dois e estava grávida de Lene, quando decidiu abdicar de sua militância na Ação Popular para evitar o processo de ‘integração na produção’ e consequentemente, a clandestinidade. Ela revela em sua escrita autobiográfica:

A direção de AP endureceu, por sua vez, na condução dos trabalhos. A verticalização nas decisões e na estrutura dos organismos internos do partido impediam discussões ou debates amplos sobre diretrizes tomadas. Houve deslocamento de pessoas em todo país. Troca-troca de moradia por questões de segurança, visando, também, à integração da militância na produção. Fábrica ou campo. Em reunião de AP, colocara a minha indisponibilidade para tanto. Não me sentia, julgava, capacitada para esta missão. Em sendo assim, teria de deixar de ser coordenadora do comando zonal de Salvador, órgão da direção de AP nas cidades. Esta era a alternativa para quem não quisesse ser operário ou camponês. Orientação colocada pelo comando nacional da organização[...] Eu não queria mais realizar nenhum trabalho político ou social com quem quer que fosse. Queria ficar quieta no meu canto, fazer um balanço da vida, refletir. Acima de tudo, queria preservar as minhas filhas.<sup>368</sup>

O medo de colocar a vida das filhas em risco levou Solange a deixar sua função de coordenadora da Ação Popular em Salvador, acreditando que desse modo, não precisaria ‘cair’ na clandestinidade. No entanto, ela estava enganada, não seria mais o compromisso com a Ação Popular que levaria sua família a viver clandestinamente, mas sim, o compromisso com seu marido Haroldo Lima, dirigente nacional da organização. Através da escrita de suas memórias, conseguimos percebermos toda sua angústia e incertezas em tomar esta decisão:

---

<sup>368</sup> LIMA, Solange S. Rodrigues, Op. cit., p. 116.

Haroldo propôs morarmos em alguma zona periférica do campo ou da cidade, clandestinamente, pois já era condenado político à revelia, pela justiça militar brasileira. O simples fato de ser mulher de Haroldo e acompanhá-lo era arriscar, de novo, a própria liberdade, quiçá a vida. Se arrastássemos as crianças conosco, o que lhes aconteceria? Mas, então, seriam criadas longe dos pais? E eu, abandonaria laços familiares, amigos, costumes, a minha profissão e situação social, a minha terra, as minhas raízes? Poderia, todavia, esquecer-me do compromisso assumido, no altar, de acompanhar o marido pelas dores afora? Nestas entrecruzilhadas de caminhos, entendi o celibato dos religiosos e sacerdotes católico. A ausência dos pais na vida dos filhos, por mais justas que sejam estas ausências, na vida deles, filhos, serão vazios que ninguém, somente Deus, poderá preencher. Ao mesmo tempo, poderemos arrastá-los para nossas escolhas arriscadas e atribuladas? Com o coração e rins, como se diz na Bíblia, todo o ser em frangalhos, com a sensação de que me encaminhava para cadafalso, mas convencida de que não conseguiria viver de frente erguida, se não desse esse passo, resolvi partir.<sup>369</sup>

Diferentemente da narrativa das outras ex-militantes, aqui estudadas, que iniciaram o processo de ‘integração na produção’ por determinação da Ação Popular, Solange trilha um caminho totalmente diferente, ela passa a ser ‘mulher de militante clandestino’. Em seu relato, percebemos como sua cabeça estava povoada de incertezas e, não houve, na decisão de Solange, a mesma convicção de luta que encontramos nos escritos de Derlei, Loreta, Maria Lúcia e Catarina. Foi, portanto, em meio a todas essas dúvidas e inseguranças que Solange, suas filhas e Haroldo partem para a zona periférica de uma cidade, no interior da Bahia. Sua primeira experiência de vida clandestina começa com a escolha do nome frio e invenção de uma história de vida, ritual que como vimos, faz parte da condição de clandestinidade. Ela escreveu em seu livro como foi essa passagem para ilegalidade:

---

<sup>369</sup> Ibidem, p. 115- 116.

Ninguém deveria conhecer ninguém. Apenas o nome de guerra de quem era estritamente necessário. Escolhera Suzana, em homenagem a Suzana Alice da JUC, a quem muito admirava. Modifiquei a forma de pentear os cabelos, meus e das meninas, e os nossos trajes. Assumi o papel de uma professorinha que se apaixonara por um caixeiro-viajante, figura ainda comum naquelas bandas e naqueles tempos, com quem vivia e tivera duas filhas, grávida já de outro filho. A profissão de caixeiro viajante, para Haroldo, justificaria as constantes viagens que precisava fazer como membro da direção nacional de AP. Era impossível, de uma hora para outra, assumir o aspecto e a fala de uma rústica família do campo. Travestidos dessa forma, professora primária e caixeiro-viajante, poderíamos ser aceitos pela comunidade daquela área, sem levantar suspeitas. Olhava e gostava das pessoas que ali viviam. Simples, solidárias, tementes a Deus. Ia, aos poucos, granjeando amizades e fazendo-me aceitar pela comunidade. Mas, que tarefa difícil para mim, tornar-me uma delas. Um dia adoeci e Haroldo, mais uma vez, estava ausente. Com febre, frio, tosse, grávida já de oito meses e duas crianças pequenas para cuidar, na crueza daquelas brenhas, desprovidas de qualquer comodidade. Sentia-me perdida, sem poder ir atrás de socorro médico, pois não possuía documentos falsos que escondessem minha verdadeira identidade. Sem querer, poderia trair a nossa situação e despertar suspeitas. E logo eu, que recusara a integração na produção do campo ou da cidade e por isso saíra da direção de AP, no campo estava e ali vivia. Queria ir embora. Consegui, depois conversar com calma. Haroldo entendeu e concordou comigo. Fomos para São Paulo. Ficaria, também perdida no anonimato ainda maior da grande capital, mas em compensação, haveria alternativas para quebrar a reclusão cultural que sofrera. A minha adaptação ao ambiente seria mais natural. Era bicho de cidade e não do campo.<sup>370</sup>

---

<sup>370</sup> *Ibidem*. p. 121.

Para tanto, Solange e sua família partem para São Paulo, na tentativa de terem uma vida mais perto da ‘normalidade’. As meninas foram matriculadas no jardim de infância e Solange trabalhava com pesquisas de mercado, realizava entrevistas de porta em porta, sobre os mais diferentes assuntos. Moraram em uma casa boa, faziam passeios aos domingos, estavam vivendo uma vida bem mais tranquila. Seus pais e irmão, assim como Miranda e a direção da Ação Popular, mandaram-lhes dinheiro para ajudar no sustento da família, quando Haroldo foi preso após a Chacina da Lapa.

Neste momento, dezembro de 1976, Solange inicia uma verdadeira saga, para descobrir o paradeiro de seu marido após a chacina, queria provar que ele estava preso para poder encontrá-lo, contrariando as autoridades que alegavam que ele estava desaparecido. Ela revela em sua escrita: “o processo judicial militar contra Haroldo começou. Fui a única mulher de dirigente do PC do B, incluída neste processo. Eis o preço que paguei pela luta travada, afim de salvar a vida do meu marido.”<sup>371</sup> Sempre fiel e devota a seu marido, Solange realiza verdadeira romaria junto com outros familiares de presos políticos nas visitas constantes na prisão em São Paulom e depois com a transferência de Haroldo na Bahia, onde permaneceu preso até a anistia, em 1979.

Mesmo depois de passados alguns anos do fim da ditadura militar, Solange e suas filhas ainda sofriam com as marcas que toda aquela experiência tinha lhes deixado. Em sua narrativa, percebemos como foi desafiador ter presente as memórias do passado, como foi difícil voltar a vida normal:

Como se chama? Perguntou-me um dentista em seu consultório, quando emergi da vida clandestina. Durante alguns segundos, não consegui pronunciar meu próprio nome... Anos já se passaram, mas, durante muito tempo, sons de campainhas de porta assustavam as minhas filhas. Às portas da nossa casa, assim tocaram a campainha, um dia, os homens do DOI-CODI e DEOPS, de arma em punho. Eram meninas na fase de dez, sete e cinco anos. Nomes de pessoas elas têm dificuldades em guardar, até hoje, pois suas memórias não foram exercitadas para esse registro. Podiam revela-los, sem querer ou sob pressão. Nem o nome do pai,

---

<sup>371</sup> Ibidem, p. 163.

nome verdadeiro, elas sabiam. Carlos, era o nome pelo qual as filhas o conheciam.<sup>372</sup>

O fato de filhos não saberem o nome verdadeiro dos pais, foi mais comum do que podemos imaginar durante a clandestinidade. Por serem crianças, aparentemente mais vulneráveis sob pressão, era prudente que não soubessem o nome verdadeiro de seus pais para sua própria segurança. A historiadora Sussel Oliveira da Rosa, afirma que “para manter-se em combate, garantido sua sobrevivência e permanência na luta política. Os militantes clandestinos transformaram seu corpo em máquina de guerra”.<sup>373</sup> Além da mudança de nome, como já vimos, o disfarce, que procurava ‘camuflar’ o militante, tornava-se fundamental para quem vivia clandestino.

Como nos mostra Maria Auxiliadora Arantes, o disfarce é uma forma de astúcia para os que dele fazem uso, frente a uma situação adversa e de perigo, seu uso remonta a tempos mitológicos. Desse modo, foi utilizado pelos militantes clandestinos tanto como resistência como autodefesa. Segundo Mozart Lacerda, foram usados, basicamente, em duas situações;

Para despistar os agentes da repressão e para não deixar que, quando integrados ou na produção, ou no campo, ou na fábrica, as pessoas vissem o rosto verdadeiro de um militante clandestino. As regras de segurança preconizavam que, quanto menos se memorizasse rostos, datas, lugares, menos risco implicava de militantes serem delatados na tortura e, conseqüentemente, serem identificados pela polícia repressora.<sup>374</sup>

Neste sentido, a identidade “fria” dava aos militantes clandestinos, condições de passar por eventuais barreiras ou revistas, trabalhar, viver; já o disfarce, garantiria-lhes certa ‘segurança’, pois tinha objetivo de ‘esconder’ suas imagens conhecidas. Para tanto, era como se estivesse criando um personagem, que já tinha um nome e uma história inventada de sua vida, e que agora necessitava de uma nova roupagem, de uma mudança de aparência física. Catarina Meloni, passou também por essa

---

<sup>372</sup> Ibidem, p.123.

<sup>373</sup> ROSA, Sussel Oliveira. Op. cit., 2013. p. 49.

<sup>374</sup> LACERDA, Mozart. *A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar – 1964 a 1979*. São Paulo. Franca: 2011, p. 119.



transformação exigida pela militância clandestina, ela declara em seu livro como foi este processo;

Precisei mudar minha aparência, cortar os cabelos, tingir, usar roupas que me descaracterizassem. Essa descaracterização não era muito fácil dado meu tipo físico: alta, magra, cabelos compridos, rosto e nome conhecidos. Supostamente cheguei a me sentir como alguém que sofre uma mutilação física. Cortei o cabelo, comprido de anos, e tingi com grandes mechas claras. Usei vestidos baratinhos e sapatos grosseiros.<sup>375</sup>

A narrativa de Derlei traz informações bem semelhante do que também acontecia no seu cotidiano;

O trabalho atual exigia nossa presença em lugares os mais diversos. Desde porta de fábrica até galeria de arte. Às vezes era preciso mudar de roupa correndo pra ir dum lugar a outro, a ambientes diferentes, sem chamar atenção.<sup>376</sup>

Um dos objetivos que levava os militantes clandestinos a passarem por essas transformações era driblar a polícia que sempre carregava fotos e cartazes de procurados com descrições físicas recolhidas nas documentações pessoais de fichários da polícia política. Grande parte dessa documentação, provinha da queda do Congresso de Ibiúna quando centenas de estudantes foram *fichados*.

Assim como as histórias de vida inventadas, o disfarce cumpriu um papel importantíssimo, sobretudo no processo de ‘integração na produção’, para convencer os colegas de fábrica, vizinhos, sobre a nova identidade que os militantes clandestinos carregavam, a identificação com os demais era essencial nesse processo. Mesmo contrariada Derlei experimenta esse novo jeito de se vestir;

Tampouco podia ir à fábrica com as roupas usadas no movimento estudantil. As operárias se vestiam diferente. Na minha ignorância, achava meio cafona, mas como podiam vestir-se melhor se o bom gosto custa um dinheiro danado neste país?

---

<sup>375</sup> MELONI, Catarina. Op. cit., p. 89.

<sup>376</sup> LUCA, Derlei. Op. cit., p. 51.

Preferia andar de calças compridas e blusa de malha. Mas a maioria ia de vestido, então eu ia de vestido.<sup>377</sup>

Usar vestido para Derlei era não só um mecanismo de identificação com as operárias, mas também uma maneira de estar dentro dos padrões de gênero, e logo passar despercebida entre as outras trabalhadoras. Sussel Oliveira da Rosa, em seu estudo sobre a militância de Nilce Azevedo Cardoso, revela que muitos desses disfarces e transformações, foram impostos apenas às mulheres, camuflados pelo ideal do militante “universal”, a autora afirma;

Nilce lembra, ainda, que os homens, os militantes, não precisaram passar por nenhuma transformação visual. Na suposta relação de igualdade estabelecida pela esquerda, a transformação coube às mulheres, que deveriam se adequar ao modelo universal masculino do militante político – “*as mulheres perdem toda e qualquer especificidade, toda*”. Essa constatação parte também da relação dela com o primeiro marido, Antônio Ramos Gomes – “Toninho” – ex-seminarista e militante de AP, com quem casou no final de 1968. “*Toninho não precisou mudar nada*”, diz ela. Hoje, ela pensa que esse foi um modelo perverso adotado em nome da revolução, no qual as emoções, os sentimentos e sofrimentos não contavam, tanto para mulheres quanto para homens.<sup>378</sup>

Segundo Mirian Goldenberg, as representações existentes sobre o “bom militante” estão associadas a um tipo de militância masculina “o domínio do discurso em grandes assembleias, a fala dura, impessoal, métodos de disputa extremamente agressivos, a distância das questões da vida familiar e doméstica.”<sup>379</sup> Mesmo que em nenhuma das memórias autobiográficas das ex militantes, aqui estudada, isso tenha aparecido, vale mencionar, já que os discursos da esquerda procuravam anular as

<sup>377</sup> Ibidem, p.46.

<sup>378</sup> ROSA, Sussel Oliveira da. ‘Subterrâneos da liberdade’: mulheres, militância e clandestinidade. *Labrys, études féministes/ Estudos feministas*. Janeiro/dezembro 2009.

<sup>379</sup> GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres & Militantes. Estudos feministas*, Florianópolis. 1997, p. 354.

diferenças construindo “sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e (...) empurrando-a à invisibilidade.”<sup>380</sup>

Se por um lado, o disfarce e o nome ‘frio’, eram fundamentais para a vida do militante clandestino, por outro criavam situações perigosas. Por exemplo, quando a polícia prendia um militante clandestino, ela sabia, que exatamente por isso, poderia não revelar sua prisão ou comunicá-la à família. Nem a família sabia do nome ‘frio’ que o militante utilizava. A identidade clandestina foi usada contra o militante pela repressão militar para prender, matar e fazer desaparecer, indiscriminadamente.<sup>381</sup>

Diante do exposto, ficou claro que essas mulheres decidiram por trilhar seus próprios caminhos durante suas militâncias. Ainda que houvesse grande interferência da organização, elas escolherem pela maternidade, mesmo com toda pressão, mantiveram laços afetivos, casaram-se, enfrentaram todo sofrimento da tortura, se reinventaram na clandestinidade, tudo isso na busca de mundo mais justo para si, seus filhos e para toda sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as memórias de Maria Lúcia, Solange, Derlei, Loreta e Catarina, ao serem compartilhadas e publicizadas, passam a fazer parte de uma história da resistência à ditadura militar brasileira. Em um movimento de democratização da memória, as palavras pouco lidas e ouvidas das mulheres ex-militantes de esquerda, no esforço deste trabalho e de outros, vêm ganhando espaço.

---

<sup>380</sup> COLLING, Ana Maria. Op. cit., p. 94.

<sup>381</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora. Op. cit., p. 80.

Até então reprimidas, nos últimos vinte anos, as memórias dessas mulheres sobre a militância contra a ditadura foram constantemente elaboradas e reconstruídas subjetivamente, tanto com o objetivo de encorajar outras mulheres a escrever sobre suas experiências como, principalmente, para reafirmarem seus lugares como sobreviventes do trauma coletivo, representado pela violenta repressão promovida pela ditadura. Para a psicanalista Maria Rita Kehl “o ato de tornar públicas as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é fundamental na elaboração dos traumas sociais.”<sup>382</sup> O não enfrentamento com o passado pode levar a sociedade a ser conivente com a repetição da violência geradora de novos traumas.

Logo, como foi visto, as ex-militantes se propuseram, através da escrita si em seus livros autobiográficos, a enfrentarem seu passado com o desejo de buscar justiça para si e para todos aqueles que foram calados pela repressão, reivindicando o direito à memória e à história. Margareth Rago ao citar Hannah Arendt, lembra que “só podemos transformar em experiência o sofrimento vivido na própria existência se lhe dermos publicidade, o que é fundamental para garantir a preservação da tradição e da própria vida.”<sup>383</sup>

Uma das principais reflexões que este trabalho nos trouxe foi percebermos o distanciamento que há na maneira em que é construída a narrativa de algumas obras autobiográficas escritas por homens e por mulheres ex-militantes que viveram experiências semelhantes no mesmo período de resistência a ditadura civil militar. Obras autobiográficas que tiveram amplo alcance na sociedade, como por exemplo, *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira<sup>384</sup> e *Abaixo à ditadura* de José Dirceu de Oliveira e Silva e Vladimir Palmeira<sup>385</sup>, são narrativas onde há, em grande parte, uma valorização dos indivíduos e dos seus feitos, em histórias de aventuras, heroísmo e política. Já nas autobiografias *No corpo e na alma* de Derlei Catarina de Luca, *Geração 60 geração esperança* de Maria Lúcia Resende Garcia, *1968: tempo de escolhas* de Catarina Meloni, *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura* de Loreta

---

<sup>382</sup> KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 128.

<sup>383</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Apud. RAGO, Margareth. Op. cit., 2013. p. 75.

<sup>384</sup> GABEIRA, Fernando. Op. cit., 1979.

<sup>385</sup> DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. Editora Garamond, 1998.

Valadares e *De pouso em pouso em busca do repouso prometido* de Solange Silvany Lima, percebemos uma constante autocrítica por parte das ex-militantes tanto em relação às suas escolhas políticas e afetivas, como também em relação às atividades desenvolvidas pela Ação Popular. Mesmo que estas memórias estejam permeadas por emoções e sentimentos do cotidiano da militância, constatamos que, em todas elas, o principal foco é a ação da repressão, sobretudo, na tortura como consequência da prisão e na clandestinidade.

As *lembranças*, os *silêncios* e os *esquecimentos* ao mesmo tempo em que são individuais, são coletivos, sociais. Concluímos, a partir das obras analisadas, que ao narrarem episódios da tortura, por exemplo, as ex-militantes estão criando uma rede de identificação entre muitos outros militantes que também sofreram com as mesmas sevícias. Ainda que se tenha esta identificação, compreendemos que a experiência da tortura teve suas especificidades e, portanto, produziu informações que apresentam lacunas em várias memórias, sendo, desse modo, muito desigual. Houve aquelas que escreveram abertamente sobre o assunto e as que o evitaram, como ficou evidente neste trabalho.

A importância central em escrever sobre a tortura, como Derlei lembrou inúmeras vezes ao longo de seu livro autobiográfico, está na denúncia que se empreendem através da escrita, colaborando, dessa maneira, com uma política de justiça, verdade e memória e, em muitos casos, contribuindo também para uma reconciliação com o passado em relação ao trauma vivido. Reconciliação esta que também se busca em relação à difícil experiência da clandestinidade, que “produziu e continua produzindo subjetividades, como memória e como projeção, à medida que articula as experiências vividas e as representações produzidas acerca dessas experiências”.<sup>386</sup>

As ex-militantes viveram entre cinco e dez anos na clandestinidade, antes de partirem para exílio ou tentarem reconstruir suas vidas no Brasil. Para estas mulheres a necessidade de narrar sobre este momento de privações, de transformações físicas e emocionais, representou, como afirma Márcio Seligmann-Silva, “uma atividade elementar”<sup>387</sup> para a sobrevivência daqueles que voltaram de uma situação radical de violência e supressões.

Por fim, consideramos que a publicação e a circulação dos livros foram também atos de resistência. Visando oficializar suas trajetórias de

---

<sup>386</sup> SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Op. cit., p. 155.

<sup>387</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Op. cit., 2008, p.32.

luta, nossas ex-militantes contaram suas histórias em livros autobiográficos. Tanto por questões de ordem individual – a subjetividade envolvida – como por questões de ordem social – tiveram um propósito político e educativo, de visibilizar suas lutas políticas e conscientizar a sociedade acerca da violência de Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Raquel Thomaz. *Percurso de memórias femininas: uma análise da escrita íntima de mulheres no papel e no digital*. Monografia. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações* • v. 12, n. 2, Jul/Dez. 2007.

- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Resistência e dor. In: MERLINO, Tatiana & OJEDA, Igor (orgs.) *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- ARANTES, Maria Auxiliadora. *Pacto revelado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: ED. Escuta, 2ª ed. 1999.
- ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. *Revista Labrys. Estudos feministas*, n. 15, 2009.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da contemporaneidade*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.
- ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Arquivos pessoais. RJ; v.11, nº21.1998.
- ARY, Wilma. *Entremelamento: um livro de muitas vidas*. São Paulo: Cered, 1998.
- ARY, Wilma. *Trauma do ovo: ou culpada e/ou inocente*. São Paulo: Editora Sol, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CARVALHO, Isabel C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica *Horizontes Antropológicos*. vol.9 no.19 Porto Alegre. 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória. *Cadernos da FaEL*, Universidade Iguazu. Volume 3, nº. 8, Mai. /Ago. de 2010.
- CHAUÍ, Marilena. A tortura como impossibilidade da política. In: ELOYSA, Branca (Org.). *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*, 1: depoimentos e debates. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- COGGIOLA, Oswaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

- COSTA, Albertina de Oliveira. et. al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CUBAS, Caroline Jaques. *O corpo habituado: sentidos e sensibilidades na formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (Província Nossa Senhora de Lourdes, 1960-1990)*. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. "Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro." *Patrimônio e Memória*", 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Dias ao leme, noites na proa. Gênero e geração nas memórias de um almirante. In: *Sentidos, Potencialidades e usos da (auto) biografia*. In: VICENTINI, Paula Perini, ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma; Ed. Do autor, 2002.
- DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Editora da Unicamp, 1999.
- DREIFUSS, René A. *1964 - A conquista do Estado*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileiro*. Fortaleza: Expressão, 2005.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra repressão. In: PEDRO, Joana (org). *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.
- FALCON, Yara. *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*. Maceió: Livro Rápido, 2007.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 2004.
- FILHO, José Carlos Moreira. Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade In: SANTOS, Boaventura Souza. (orgs) *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.
- FISCHER, Carmen. *Travessia: do sonho à realidade – uma brasileira no exílio*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982.



- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ditos e escritos: Ética, Sexualidade e política*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro? Depoimento*. São Paulo, Companhia das Letras. 2ª ed, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GARCIA, Maria Lúcia Resende. *Geração 60, Geração Esperança*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2003.
- GERTEL, Vera. *Um gosto amargo de bala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Ângela Maria Castro. *Escrita de si, escrita da história*. FGV Editora, 2004.
- GOMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- GOUVÊA, Yara; BIRK, Danielle. *Duas vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.
- GUIMARÃES, Marília. *Nesta terra, nesse instante*. Rio de Janeiro: Ebendinger Ed., 2000.
- GUSDORF, George. Apud HERVOT, Brigitte Monique. Georges Gusdorf e a autobiografia. *Lettres Françaises*. COMPLETAR
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil – 1968-1971)*. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2011.
- JELÍN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI Editores, España, Colección Memorias de la Represión. 2002.
- JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*. Buenos Aires, nº 7, 2001.
- JINZENJI, Mônica Yumi Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu* nº.38 Campinas Jan./June 2012. *Online version* ISSN 1809-4449

- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheib (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- KAPLAN, Betina. Horror privado, espetáculo público: imagens de la memoria y el cine argentino reciente. \_\_\_\_\_ In: *Gênero y violencia en la narrativa del Cono Sur. 1954-2003*. Woodbridge: Tamesis, 2007.
- KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino americana contemporânea*. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras. 2006.
- LACERDA, Lilian Maria. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. MIGNOT, Ana Chrystina V., BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs). Florianópolis: Mulheres, 2000.
- LACERDA, Lilian Maria. *Paisagem sobre a memória feminina e literária*. 2002.p.5
- LACERDA, Mozart. *A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar – 1964 a 1979*. São Paulo. Franca: 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas- SP. Editora da UNICAMP, 1992.
- LEJEUNE, Philippe. *O pato autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEMONS, Lara de. *Inventário do medo*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.
- LIMA, Bruno. A escrita de si: genealogia. *RevLet- Revista Virtual de Letras*, v.07, nº 1, jan/jul, 2015.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- LIMA, Solange S. R. *De pouso em pouso em busca do repouso prometido*. Salvador: Mosteiro de São Bento, 2010.
- LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossas dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *Historia do marxismo no Brasil partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

- LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*. no.19 São Paulo Nov. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002)
- MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa Ômega, 1989.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968- México, França e Brasil*. Campinas – Sp. Ed. Mercado das Letras, 1996.
- McLAREN, M. Feminism, Foucault and embodied subjectivity. Nova York, State University of New York Press, 2002, p. 152 APUD RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MELONI, Catarina. *1968 – o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Direito à Memória e à Verdade: luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MIGNOT, Ana Chrystina, BASTOS, Maria Helena, CUNHA, Maria Teresa (orgs). Tecendo educação, história, escrita autobiográfica. In : (orgs) *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres. 2000.
- MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*. Recife: Cepe Editora, 2013.
- MORAES, Maria Ligia Quartim. Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: a experiência brasileira. *Cadernos AEL, Anistia e Direitos Humanos*, Campinas, v. 13, n. 24/25, São Paulo, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado- Universidade de São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 2000.
- MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil. Uma história de paixão e morte*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.
- MURAT, Lucia. *Que bom te ver viva*. Filme. Brasil, 110 min, 1988/1989.
- NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. A escrita autobiográfica: letra e memória feminina em Florbela Espanca. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, out. /dez. 2013.

NETO, Torquato. *Os últimos dias de Paupéria*. São Paulo, Max Limonad, 1982.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, 1993.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria?. In PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe (Org). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. *Historia, memória e fuentes orales*. Buenos Aires: Cedinci, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe. IPES E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, UFRJ. v. 2, n. 2, 2008. Disponível: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>

PADRÓS, Enrique Serra. Volver los Locos. A tortura como política repressiva estatal nas ditaduras de segurança nacional do cone sul: o caso uruguaio. *Revista Tempos Históricos*. Unioeste, Paraná v. 10, 2007.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, nº 4, 2000.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, [S.l.], v.12, n.1-2, p. 103-128, jan./dez., 2009.

PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. KOFES, Suely. Memórias de "Histórias Femininas, Memórias e Experiências". *Cadernos Pagu*. Campinas, São Paulo, v. 8/9. 1997

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana e WOLFF, Cristina S. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro. Ed. Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel. Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REIS, Débora Ataíde. Maternidade e militância no contexto da Ação Popular. Anais eletrônicos- VI Encontro Estadual de História- ANPUH/BA. ISSN 21754772. 2013.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007.
- RIDENTI, Marcelo S. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*; Rev. Social, USP, São Paulo, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1993.
- RIGONATI, Denise T. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2015.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: Norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- RODRIGUES, Solange S. R. *De pouso em pouso: em busca do repouso prometido*. Salvador: Mosteiro de São Bento da Bahia, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006.
- ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2002.

ROSA, Sussel Oliveira da. ‘Subterrâneos da liberdade’: mulheres, militância e clandestinidade. *Labrys, études féministes/ Estudos feministas*. Janeiro/dezembro 2009.

ROSA, Sussel Oliveira. *Mulheres, ditaduras e memórias*: “ não imaginei que precise ser triste para ser militante”. São Paulo. Editora Intermeios; Fapesp, 2013.

SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular (1962-1973) In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador : EDUFBA, 2009.

SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado em História. 2008.

SANTOS, Jordana Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos “anos de chumbo”. *Baleia na Rede Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura*. Vol. 1, nº 6, Ano VI, Dez/2009.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 2005.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da clandestinidade*: memórias da ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCHILLING, Flávia .*Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Editora Coojournal, 1978.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-faústico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: CORNELSEN, Élcio Loureiro, et al. (Orgs.). *Literatura e cinema de resistência*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.

SILVA, Walkiria Oliveira. Construções de memórias da Ditadura Militar brasileira: entre o trauma e o esquecimento. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 - 1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOCAS, Marlene. *Como ele veio e ficou*. Criciúma Henrigraph Editora e Gráfica, 2000.
- SOCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Edição do Autor, 2014.
- SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica* - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.
- SOUZA, Vivian. A memória traumática da tortura: contribuições do debate acadêmico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013.
- SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo, Global. 1980.
- TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta. Romance*. São Paulo: Alfa-Omega. 1977.
- TAVARES, Derek. Escrita de si: uma ilusão autobiográfica. *1ª Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e segurança*. João Pessoa, Paraíba. 2014.
- TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- TEGA, Danielle. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2015.
- TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicol. USP* vol.14 no.1 São Paulo, 2003.
- TELLES, 2007, p.2 APUD RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In. DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. *Revista História*, São Paulo. jan/jul. 1989.
- TORRES, Mateus Gamba. Lutar para manter, lutar para romper: as mulheres e a ditadura militar brasileira. *Revista Em Debate*, Florianópolis, nº 4. 2010.
- UMBACH, Rosani Ketzer. Memórias autobiográficas em narrativas pós-ditatoriais. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, out./dez. 2013, p. 481.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, 2005.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória – A história de Lia*, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro/São Paulo; Record, 2003.

VOS, Sarah. *Gênero y autobiografía: un análisis feminista de la Autobiografía de Victoria Ocampo*. Promotor: Prof. Dr. Ilse Logie. Universiteit Gent, Faculteit Letteren en Wijsbegeerte, Bélgica, 2009.

WEINTRAUB, Karl. Autobiografía y conciencia histórica. In: LOUREIRO, Angel. La autobiografía y sus problemas teóricos, estudios e investigación documental. Barcelona: *Suplementar Anthropos*, nº 29. Barcelona, 1991.

WEIS, Mariana Tello. La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada. Revista Lucha Armada, Buenos Aires, n. 10, p.26, 2008. *Apud* SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul nos anos de 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana. ISAIA, Artur Cesar. DITZEL, Carmencita. *Relações de Poder e Subjetividades*. Ponta Grossa, Todopalavra, 2011

ZAPPA, Regina, SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. São Paulo. Ed. Zahar, 2011.

ZIRPOLI, Ilzia M. *Dos textos que elas tecem: formas femininas de escrita contemporânea*. – Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. 2007.